

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Cleonice Dias dos Santos

Trabalho social e movimentos de moradia:
um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos
Movimentos de Moradia de São Paulo

Mestrado em Serviço Social

São Paulo
2016

Cleonice Dias dos Santos

Trabalho social e movimentos de moradia:
um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos
Movimentos de Moradia de São Paulo

Mestrado em Serviço Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

São Paulo
2016

Banca Examinadora

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES

AGRADECIMENTOS

Aqui somos mestiços mulatos, cafuzos, pardos, mamelucos, sararás, crilouros, guaranisseis e judárabes. [...]. Não tem um, tem dois, não tem dois, tem três. Somos o que somos: inclassificáveis. (Arnaldo Antunes, 1997).

Este estudo foi tão coletivo que jamais poderei chamar de meu, pois, este foi um processo de autogestão na produção acadêmica. Agradeço pela oportunidade de sistematizar o nosso trabalho e, para tal, utilizo o espaço dedicado a essa família oriunda de diversos e bons momentos compartilhados. Somos uma família de trabalhadores que partilham de laços, os quais nos conduzem por caminhos de aprendizados mútuos para toda a vida.

À família lá de casa: Luzia Dias e Milton Elmitos dos Santos, meus amados pais. Ao meu estimado irmão Luciano e às minhas irmãs Cleide e Carina. Aos sobrinhos e sobrinhas que, apesar da pouca idade, sabem entender os momentos de estudos da tia. Família dos momentos de músicas, aprender piadas, brincadeiras, compartilhar problemas, e também muito amor. Obrigado, Geraldo, Fran e Flavio, por cuidarem de meus entes.

A Daniel Figueira de Mello Paulino da Costa. Para resumir, eu o chamo de “amor”. Companheiro, amigo, parceiro, não há texto que demonstre o quanto lhe sou grata por suas contribuições a este trabalho, pela paciência, leitura conjunta e por me preparar café enquanto escrevia. Nada melhor do que um café com amor.

À amada Ciça Figueira, minha segunda mãe, carinhosamente “sogroca”, tem um amor que não se mede. Obrigada por tudo, você é uma das melhores pessoas que conheço.

Ao cunhado e irmão, Henrique Figueira, e ao amigo, Pedro Pontual. Obrigada por todo apoio e carinho. Logo estaremos juntos nas baladas.

À família acadêmica: Sem desconsiderar os demais aprendizados nos espaços acadêmicos, agradeço às grandes referências na orientação coletiva para este trabalho. Primeiramente, à “minha” orientadora, companheira de luta e que me proporcionou bons momentos de reflexão, além de gargalhadas, afinal, não só de texto a pesquisadora viverá. Obrigada, Rosangela Paz, que nessa reta final dedicou sábados, domingos e feriados para a orientação. Obrigada por possibilitar esse momento, por sua atenção, contribuição e por acreditar na construção deste trabalho.

Ao professor e amigo, Francisco Comaru, sua experiência e contribuição trouxeram muita luz a este estudo. Obrigado pelo apoio e incentivo.

À professora Maria Lucia Martinelli, filósofa do cotidiano. Quando penso em você, sempre associo a uma pessoa que aplica em seu dia a dia aquilo que nos ensina. Obrigada por me fazer refletir sobre os caminhos possíveis para a prática profissional.

À professora Tania Maria Ramos de Godói Diniz, por ser fonte de inspiração, durante a graduação em Serviço Social. Você estimulou meu o interesse em estudos relacionados aos movimentos sociais.

À família UMM-SP: Por me receberem de braços abertos, por acreditarem e contribuírem para meu aprendizado pessoal, profissional e acadêmico. Em especial, aos movimentos e às suas lideranças, com quem tenho o privilégio de vivenciar a experiência de um trabalho coletivo: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste; Anjos da Paz; Associação por Habitação com Dignidade (A.H.D); Família Feliz; Bem Viver; Movimento Habitacional e Ação Social (MOHAS); Leste 01; e Central Pro-Moradia Suzanense (Cemos).

Aos queridos Evaniza Rodrigues, Edilson Mineiro, Donizete Fernandes, Benedito Barbosa (Dito), Zequinha, Maria das Graças, Erika Oliveira, Leninha e Marcia Silva, que contribuíram com os depoimentos. Às companheiras Ivaloo, Graça Xavier, Roger, Dani e Fátima dos Santos. Às famílias dos projetos Alexios Jafet e Santa Terezinha III. Obrigada pelos ensinamentos.

À família Ambiente Arquitetura: Toda a equipe, pelos momentos de suspensão coletiva. Em especial, à amada Paula Paschoal, Renata, ao Tiago e Henrique. É um prazer trabalhar com vocês, companheiras(os) no trabalho, e também nos momentos na cozinha do escritório.

Bah, Cintia Fidelis, minha companheira de trabalho, minha amiga, referência profissional na alegria e na tristeza. Sua contribuição a este trabalho foi fundamental, foi tri legal. Guria parceira, muito obrigada pelos momentos de trocas, por tudo que proporciona em meu saber viver.

A Nataly Ferreira, nossa companheira caçula na idade, porém com grande amadurecimento político. Obrigada pelas trocas, por sua contribuição na pesquisa e por todo o apoio.

A Ricardo Gaboni e Isabel Cabral (Bel), por tudo o que fizeram e fazem por mim, inclusive para eu chegar até aqui. Por sentarem comigo em momentos de produção coletiva deste trabalho. Bel, você é minha inspiração, te dedico este trabalho em especial, pela parceria, pela luta, pelos risos e lágrimas: obrigada.

À família dos amigos nos bastidores: Não poderia citar todos os meus amados amigos e amigos, porém cito os que, de alguma forma, influenciaram na construção deste trabalho.

À principal incentivadora de bastidores, para quem eu até criaria uma sigla com um monte de “As” para resumir, mas você merece a frase completa: Amada amiga Ângela Amaral, obrigada, você acredita em meu potencial mais do que eu mesma. E me estimulou a acreditar que eu poderia construir algo. Este trabalho também dedico a você.

A Gisele Milani, que esteve ao meu lado durante o período de estudos para o mestrado. Obrigada, amiga, pela caipirinha na praia; pelos momentos de cantar no Karaokê; os textos compartilhados; por me ajudar com a burocracia acadêmica, mesmo quando estava na França; pela deliciosa e engraçada viagem a Natal; pelo amor e pela amizade.

À amada Marli Pitarello, pelos momentos de bate-papo, entre uma festa e outra, que tanto contribuíram para as reflexões deste estudo.

Ao amigo Carlos José Ferreira dos Santos (Casé Angatu Xukuru Tupinambá), que me estimulou a olhar para a cidade por outra perspectiva. Você é a inspiração para refletir sobre as questões da cultura, relação humana e a história por trás da história. Obrigada

Aos meus amigos sempre presentes em minha vida. Que bons momentos com vocês: aos amados Luís Crescenzo, Cristiane Japa Mitie, Celia Lima, Marcos Andreoni, Fabio Carvalho, Valdinéia Rosa, Alessandra Melo, Luís André e Paty Hermínio.

Ao Robert Myles McDonnell: Sir, obrigada pela contribuição, por sua paciência, pelas risadas, por tentar me ensinar inglês e assim, poder elaborar o “abstract”. Dizem que o que vale é a intenção, mas acredito que nesse caso, ela não bastou.

Desde a faculdade até o resto da vida “Caborjas”: À Ester Pessoa, Rachel Scavone, Nina Kim, Fernanda Raponi, a Gil Machado, a Viviane Marques, Daiana Rodrigues, Roseli Correia e Rosangela Almeida.

Ao mais novo amigo, porém, não menos importante, Jorge Dreher (churrasco e chimarrão).

O resultado final: Gostaria de dizer a essa grande família que é com vocês que aprendo o que tanto minha mãe me pediu no decorrer da vida: a “ser gente”.

SANTOS, Cleonice Dias. **Trabalho social e movimentos de moradia**: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Tese (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2016.

RESUMO

A dissertação Trabalho social e movimentos de moradia: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, apresenta a contribuição do técnico social na experiência de trabalho social da assessoria técnica Ambiente Arquitetura com a União de Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), em programas de Habitação de Interesse Social (HIS), mais especificamente, no programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E). O objetivo é analisar a dimensão política do trabalho social de assessoria técnica na perspectiva da autogestão. A UMM- SP é um dos movimentos de moradia mais antigos e traz uma diversidade de elementos e riquezas que pode contribuir para o resgate histórico da questão urbana no Brasil. Na contramão da lógica de mercado que exclui a população e estimula o individualismo, a UMM-SP atua por meio da autogestão na produção habitacional com mecanismos de participação popular e a organização dos trabalhadores na luta por direitos e mudanças sociais. Nos anos 90, diversas assessorias técnicas surgiram entre elas a Ambiente Arquitetura criada em 1992 com objetivo de atuar com os movimentos de moradia na luta por direitos e por uma política urbana que atendam aos interesses da população de baixa renda. O estudo parte do reconhecimento da trajetória desses atores no contexto das políticas urbana e habitacional e das conquistas dos movimentos de moradias, com a hipótese de que o trabalho social realizado pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura em parceria com a UMM-SP tem um diferencial na qualidade por ser comprometido politicamente com as lutas sociais. A metodologia da pesquisa foi embasada na perspectiva crítica e nos estudos do materialismo histórico e dialético, envolvendo procedimentos científicos: pesquisa bibliográfica e pesquisa qualitativa com lideranças dos movimentos de moradia e profissionais que participam dos projetos habitacionais. Compõe também os procedimentos, a observação de atividades, materiais e registros fotográficos. Os resultados indicam que as lideranças e assessorias técnicas apresentam identidade política comum pautada pela reforma urbana, pelo direito à cidade, a luta por moradia com qualidade, e com participação social; apresentam também tensões, conflitos e diferentes pontos de vista, entre esses sujeitos políticos, que fazem diferença na cena pública e, principalmente, que o técnico social tem papel importante no fortalecimento dos movimentos de moradia e na sensibilização de grupos que atuam com o objetivo de promover o controle social na produção habitacional, por meio da autogestão.

Palavras-chave: trabalho social, movimentos de moradia, assessoria técnica, habitação.

SANTOS, Cleonice Dias. **Social work and housing movements**: a study of the trajectory of the technical consultancy Ambiente Arquitetura and the União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Thesis (Master of Social Service) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2016.

ABSTRACT

The dissertation Social work and housing movements: a study of the trajectory of the technical consultancy Ambiente Arquitetura and the União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, presents the contribution of the social work advisor through the experience of the social work of the Ambiente Arquitetura technical consultancy, together with the União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), in Social Housing programs (HIS; Habitação de Interesse Social); more specifically, in the program 'Minha Casa Minha Vida – Entidades' (PMCMV-E; My House My Life – Entities). The objective of the study is to analyse the political dimension of the social work of the technical consultancy from the perspective of self-management. UMM-SP is one of the oldest housing movements and thus brings a diversity of elements and riches to the historically important 'urban question' in Brazil. In contrast to the logic of the market that excludes parts of the population and stimulates individualism, UMM-SP acts through popular participation mechanisms and self-management in the production of housing, and the organization of workers in the struggle for rights and social change. In the 1990s, various technical consultancies were founded, among them Ambiente Arquitetura, which was created in 1992 with the objective of acting with the housing movements in the struggle for rights and for an urban policy that attends to the needs of the low-income population. This study begins with recognizing the trajectory of these actors in the context of urban and housing policies and the successes of the housing movements; the hypothesis being that the social work realized by the technical consultancy Ambiente Arquitetura, in partnership with UMM-SP, possesses a differential quality for being tied politically to social struggles. The methodology of the research was based on a critical perspective and on studies of historical and dialectic materialism, involving scientific procedures: bibliographic research and qualitative research with the leadership of the housing movements and professionals who participate in the housing projects. It is composed also of procedures, observation and activity, materials and photographic registries. The results indicate that the leaderships and technical advisors present a common political identity guided by urban reform, by the right to the city, and the struggle for quality housing through social participation; shown also are the tensions, conflicts and different points of view between these political actors that causes difference in the public sphere, and, principally, that the technical social consultant has an important role in the strengthening of the housing movements and in the orientation of the groups that act with the objective of promoting social control over the production of housing, through self-management.

Keywords: social work, housing movements, technical consultancy, habitation.

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Benemérita e Abrigo
AHD	Associação por Habitação com Dignidade
AMA	Atendimento Médico Ambulatorial
Apoio	Associação Profissional de Apoio ao Movimento
AT	Assessoria técnica
BDI	Bonificações e Despesas Indiretas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
Cadin	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
Cadmut	Cadastro Nacional de Mutuários
CadÚnico	Cadastro Único
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obra
CCFDS	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
Cemos	Central Pro-Moradia Suzanense
CMP	Central de Movimentos Populares
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Cohab	Companhia Metropolitana de Habitação
Conam	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRE	Comissão de Representantes do Empreendimento
DI	Desenvolvimento Institucional
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
Fecovi	Federação de Cooperativas de Vivendas
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
Fucvam	Federacion Unificadora de Viviendas por ajuda Mútua
Funacom	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais – Comunitário
GTA	Grupo Técnico de Apoio
HABI	Superintendência da Habitação Popular
HBB	Programa Habitar Brasil BID
HIC	Habitat Internacional Coalition

HIC-AL	Habitat Internacional Coalition América Latina
HIS	Habitação de Interesse Social
MCMV	Minha Casa Minha Vida
MCMV-E	Minha Casa Minha Vida Entidades
MLB	Movimento de Luta dos Bairros e Favelas
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNRU	Movimento Nacional de Reforma Urbana
Mohas	Movimento Habitacional e Ação Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAIH	Programa de Ação Imediata para a Habitação
PEP	Programa Empresário Popular
Planhab	Plano Nacional de Habitação
PNH	Política Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PNH	Política Nacional de Habitação
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNHS	Política Nacional de Habitação e Saneamento
PNHU	Programa Nacional de Habitação Urbano
Prohap	Programa de Habitação Popular
PSH	Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PTS	Projeto Técnico Social
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Rais	Relação Anual de Informações Sociais
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
Selvip	Secretaria Latino-Americana de la Vivienda Popular
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
Siaci	Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária
Simahab	Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação
Sitah	Sistema de Tratamento de Arquivos Habitacionais
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
TAC	Taxa de Apoio Comunitário
UH	Unidade Habitacional
UMM-SP	União dos Movimentos de Moradia de São Paulo
UNMM	União Nacional dos Movimentos de Moradia
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Linha do tempo – assessorias técnicas que atuavam no Funaps comunitário.....	73
Figura 2	Linha do tempo – assessorias da UMM-SP em 2015	78
Figura 3	Reprodução da página: O que é a associação comunitária, da Cartilha do Mutirante	85
Figura 4	Reprodução da página: A associação comunitária e a CDHU, da Cartilha do Mutirante	86
Figura 5	Reprodução da página: Assessoria técnica, da Cartilha do Mutirante	90
Figura 6	Reprodução da página: Atribuições do técnico social, da Cartilha do Mutirante	92

FOTOS

Fotos 1 a 4	Encontro nacional com participação da UMM-SP (2014).....	64
Fotos 5 a 10	Seminário de Formação FASE e Ambiente (1997)	66
Fotos 11 a 14	Oficina de trabalho social no Seminário de Autogestão da UMM-SP (2014).....	67
Fotos 15 a 20	Seminários e atos das mulheres da UMM-SP (2015)	68
Fotos 21 e 22	Ângulos do empreendimento B.11 (década de 1990)	84
Fotos 23 a 26	Mutirões da década de 1990 (UMM-SP).....	84
Fotos 27 a 32	Empreendimentos realizados pela UMM-SP e Ambiente Arquitetura	87
Fotos 33 e 34	Atos da Central de Movimentos Populares (CMP) e UMM-SP, em Brasília, 1997	94
Fotos 35 a 38	Aspectos da convivência no mutirão City Jaraguá (2001-2004).....	102
Fotos 39 a 53	Mutirão e trabalho social com as famílias do Mohas (2007-2015).....	109
Fotos 54 a 57	Atividades de assembleias (2014-2015)	129
Fotos 58 a 61	Atividades com comissões (2013-2015)	130
Fotos 62 a 65	– Atividades de limpeza no terreno (2012-2015)	132
Fotos 66 a 73	– Atividades da equipe urbanística da Ambiente (2015).....	141
Fotos 74 a 77	– Atividades do trabalho social com as famílias da UMM-SP (2015).....	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
QUESTÃO URBANA, POLÍTICA HABITACIONAL E MOVIMENTOS DE MORADIA: DO BNH À AUTOGESTÃO	35
1.1 Divisão de terras e a construção das cidades brasileiras: “tanta adversidade nessa terra de patrão”	35
1.2 Contextualização da política de habitação no Brasil	42
1.3 Autogestão: um modo cidadão de construir cidades	57
CAPÍTULO II	
UMM-SP E AMBIENTE ARQUITETURA: TRAJETÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA HABITACIONAL	62
2.1 Trajetória da UMM-SP e a contribuição das assessorias técnicas	62
2.2 Trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura	76
2.3 Interações da Ambiente Arquitetura com a UMM-SP: contribuição nas políticas públicas de habitação	81
2.4 Cohab – 2001 a 2004: interações coletivas em âmbito municipal	99
2.5 Crédito Solidário e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo.....	103
2.6 Minha Casa Minha Vida Entidades (2009 – Atual)	114
CAPÍTULO III	
TRABALHO TÉCNICO SOCIAL, UMM-SP E AMBIENTE ARQUITETURA: EXPERIÊNCIAS SINGULARES DE PARCERIA	133
3.1 Trabalho técnico social e a trajetória nas políticas brasileiras de habitação..	133
3.2 Particularidades do trabalho social na Ambiente Arquitetura: uma parceria que funciona	138
3.3 “Você tem o direito de NÃO Permanecer Calado”: tensões e possibilidades	144
3.4 “Os chamados técnicos sociais”: nosso chamado é para a luta	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	171

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado é uma contribuição às pautas teórica e política das questões relativas à vida nas cidades brasileiras com igualdade, equidade e justiça social e àquelas relativas à compreensão do trabalho técnico social comprometido com as lutas populares.

No processo histórico de construção das cidades, o Brasil tem sido palco de lutas e disputas pela terra, pelo direito à cidade, por moradia digna, melhores condições da vida e trabalho. As cidades foram crescendo desordenadamente, sem planejamento ou acompanhamento de políticas públicas que atendessem à população de baixa renda.

Na perspectiva da construção de cidades justas e igualitárias, com democracia e participação, o objeto do presente estudo é a contribuição do técnico social na experiência de trabalho social da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura com a União de Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), em programas de Habitação de Interesse Social (HIS), mais especificamente, no programa Minha Casa Minha Vida - Entidades (PMCMV-E). O objetivo é analisar a dimensão política do trabalho social de assessoria técnica na perspectiva da autogestão.

É dos anos 70 e 80 do século XX, no contexto dos movimentos contra a ditadura e por redemocratização, a retomada das lutas por moradia, que tem como marco a conquista da Constituição de 1988 e a luta pela Reforma Urbana. Nesse período surgem os movimentos locais e nacionais por moradia e também o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), principais organizações e articulações relacionadas à luta da questão urbana no Brasil. Desde então, os movimentos de moradia, profissionais e acadêmicos vêm lutando por uma política habitacional nas esferas municipal, estadual e nacional, com participação que garanta o acesso à moradia e a construção de cidades mais justas. De acordo com Saule e Uzzo (2009, p. 2),

Em 1988 a Assembleia Nacional Constituinte foi um grandioso espaço de luta política, em que as forças populares tiveram um árduo trabalho, articularam suas demandas e ao mesmo tempo fizeram o embate com poderosos *lobbies* das forças conservadoras. Em meio a esse percurso pós-1964, que culminou na Constituinte de 1988, foi criado, em janeiro de 1985, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana [...]. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana [...] reuniu-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não governamentais, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (Famerj), Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia, entre outros.

A necessidade de repensar essa configuração de cidades evidencia-se, por exemplo, quando observadas as condições de vida dos(as) trabalhadores(as) que estão isolados em bairros periféricos vivenciando diversos sacrifícios cotidianos, como o longo trajeto em transporte público ao se deslocarem do bairro onde vivem até o local de trabalho, além do precário acesso a serviços públicos.

É possível ainda observar, em grandes cidades como São Paulo, por exemplo, o baixo investimento em atividades culturais e de lazer nas áreas periféricas. Nessa lógica os(as) trabalhadores(as) que já não têm espaços de convívio, lazer e cultura, em seus bairros, ficam ainda mais isolados e, ao mesmo tempo, são estimulados ao consumo, já que o acesso à cultura se dá através da televisão e, atualmente, também da Internet, meios repletos de publicidade, em que a lógica comercial prevalece e a cultura é vendida como produto.

A proposta de Reforma Urbana implica pensar a construção das cidades, com planos diretores e a reorganização do espaço urbano. Visa também o direito à cidade, prevendo a construção de moradia em espaços que não são utilizados na cidade, além de objetivar construir espaços sociais públicos (saúde, educação, cultura, lazer, transporte, trabalho, etc.). De acordo com Maricato (2014, p. 3):

Reforma Urbana é direito à cidade. É a democracia urbana. É a antibarbárie. Reforma Urbana é a luta de classes reconhecidas nas cidades enquanto palco de relações sociais, mas também por meio das cidades enquanto como produto e mercadoria que envolvem exploração, mais valia, alienação.

Marco de lutas por Reforma Urbana e moradia é o Estatuto das Cidades, de 2001, que, dentre os seus princípios, prevê a função social da propriedade. Em

2003, com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), acentua-se a mobilização em torno da Política Nacional de Habitação (PNH).

É desse período a criação do Ministério das Cidades. Em 2009, também com a proposta de estimular a economia brasileira e minimizar o déficit habitacional, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV apresenta contradições, uma vez que vem estimulando o mercado de imóveis, o que gera forte valorização imobiliária e o aumento do preço das terras. Com isso, as famílias de baixa renda, já vítimas de um sistema perverso, continuam com dificuldade de acesso ao direito à moradia.

Por outro lado, verificam-se pressões históricas dos movimentos populares, dentre os quais se incluem os de moradia. Nesse contexto, UMM-SP vem contribuindo para as elaborações de política e programas habitacionais que não apenas atendam a essas famílias com moradia digna, mas com assessoria técnica, trabalho social, garantia de participação no decorrer de todo o processo de gestão dos empreendimentos e com a possibilidade de fortalecer a luta dos movimentos sociais.

O PMCMV inclui a modalidade Minha Casa Minha Vida - Entidades (MCMV-E), fruto da reivindicação dos movimentos de moradia, que, além da luta pela Reforma Urbana, propõem o controle social na produção habitacional, por meio da autogestão.

A autogestão é considerada não apenas no aspecto de construção de moradia e gestão de recursos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades sustentáveis e melhor qualidade de vida.

Considerando que a ideia de cidade é criação humana e que a população pode ter o controle do espaço urbano contribuindo na forma de planejá-lo, a atuação técnica é parte do processo de lutas, da construção coletiva e poderá criar condições para que a participação cidadã ocorra com o envolvimento de todos os atores no processo de transformação das cidades.

Dentre os princípios da UMM-SP, destaca-se a preocupação em trabalhar com técnicos que compartilhem do mesmo ideal político, incluindo a luta pela a Reforma Urbana e a construção de cidades mais igualitárias.

Considerando que, historicamente, no Brasil, há um esforço das elites em restringir o acesso às cidades, criminalizar as lutas dos movimentos sociais, a participação popular nas decisões e na construção de políticas públicas, com vistas a favorecer a classe dominante, é fundamental a presença de profissionais que contribuam para o rompimento dessa lógica desigual.

É preciso que haja clareza de objetivos, unidade e integração entre os técnicos que compõem a equipe técnica e os movimentos sociais. Ao mesmo tempo, reconhecer e valorizar as diferenças de formação, a história de vida de cada membro que compõe o grupo, e saber combiná-las a favor do crescimento coletivo e da troca de saberes.

É importante compreender a cidade como fruto dos processos de produção social, o que requer firmeza nos métodos de participação e compromisso social para uma prática sólida.

O resultado positivo do trabalho depende também da capacidade de reflexão sobre o todo, caso contrário torna-se frágil, excludente e, por vezes, a população é usada apenas para legitimar um projeto pronto, construído a partir do olhar do técnico e não de quem vivencia a situação.

De acordo com Dirce Koga (2003, p. 45), “trazer à tona a voz dos excluídos coloca em questão a ideia de democracia, da necessidade de fazer valer a voz de quem normalmente é tratado como objeto das políticas públicas”.

A participação, no sentido de intervir nas decisões, significa a liberdade política dos indivíduos, a capacidade de trazer mudanças para a própria vida e, principalmente, para a sociedade. Para Toro e Werneck (1996, p. 3), “a democracia é uma forma de ver o mundo” e também de construir a autonomia dos sujeitos, “aceitando como seu fundamento a diversidade e a diferença”.

É necessário respeitar e confiar na capacidade das pessoas decidirem segundo os interesses e as escolhas coletivas, cabendo, aos envolvidos no trabalho, estimular esse comportamento.

Nesse estudo, parte-se da hipótese de que o trabalho realizado pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura em parceria com a UMM-SP tem um diferencial na qualidade por ser comprometido politicamente com as lutas sociais.

A UMM-SP tem longa trajetória de luta por moradia com qualidade e atua, desde o final dos anos 80, nos empreendimentos de HIS, por meio de mutirão e autogestão, tornando-se referência para outros movimentos, nacionais e internacionais, como também para profissionais e programas que pretendem implementar a autogestão.

As assessorias técnicas que surgiram na década de 1990, na cidade de São Paulo, entre elas a Ambiente Arquitetura, têm a preocupação em atuar com os movimentos na luta por direitos e por uma política urbana que atendam aos interesses da população de baixa renda e não aos de mercado.

Dentre os profissionais que compõem a assessoria, está o assistente social, técnico que, no contato direto com os demais profissionais que compõem a equipe e com os dos movimentos de moradia, pode contribuir para o fortalecimento das ações de movimentos sociais, conforme destaca Iamamoto (2008, p. 208):

Orientar o trabalho nos rumos aludidos requisita um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica das dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo [...] Mas requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.

No que tange às áreas de formação profissional, sabemos que há especificidade no olhar dos diversos profissionais que atuam na Ambiente Arquitetura, porém, o trabalho em equipe faz toda a diferença, na atuação com os movimentos de moradia, ainda que ocorra tensão nas relações entre os envolvidos nas ações.

A escolha pela temática do presente trabalho teve como motivação a inserção profissional da pesquisadora no trabalho com a UMM-SP através da assessoria técnica Ambiente Arquitetura. Conforme supracitado, a UMM-SP é um dos movimentos de moradia mais antigos e traz uma diversidade de elementos e riquezas que pode contribuir para o resgate histórico da questão urbana no Brasil.

Na relação e nas experiências com a UMM-SP e também na convivência com os profissionais da assessoria Ambiente Arquitetura, surgiu o interesse em fazer

uma reflexão sobre o trabalho realizado pelos técnicos sociais no processo de autogestão.

A principal questão que norteou essa pesquisa partiu da consideração de que o trabalho social não pode ser descolado do trabalho dos demais profissionais, entretanto, como o técnico social, por meio da especificidade do seu trabalho, contribui para o fortalecimento dos movimentos de moradia?

Elaborar o estudo baseado nessa questão envolveu também identificar quais tensões permeiam essa relação (UMM-SP e Ambiente Arquitetura), as possibilidades do trabalho coletivo, como os técnicos sociais da Ambiente Arquitetura realizam movimentos que contribuem para a trajetória das lideranças que se apresentam como tal no cotidiano do trabalho e as particularidades do trabalho da Ambiente Arquitetura.

A metodologia do presente estudo está apoiada na perspectiva crítica e nos estudos do materialismo histórico e dialético. No contexto dos enfrentamentos aos problemas sociais demandados pelo sistema capitalista, os estudos de Marx buscam desvendar o modo capitalista de produção e permitem desvelar elementos da realidade, muitas vezes camuflados pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Dia após dia, torna-se assim mais claro que as relações de produção nas quais a burguesia se move não têm um caráter uno, simples, mas um caráter dúplice; que, nas mesmas relações em que há desenvolvimento das forças produtivas, há uma força produtora de repressão; que essas relações só produzem a *riqueza burguesa*, ou seja: a riqueza da classe burguesa [...] produzindo um proletariado sempre crescente (MARX, 2009, p. 139).

Os estudos também são embasados na perspectiva de Heller acerca do cotidiano e de suas possibilidades. Cotidiano é a dinâmica social na qual a vida se produz e reproduz em todos os seus sentidos e suas dimensões. Seu ritmo e suas especificidades são determinados pelas transformações do humano, tendo em vista os processos históricos que o constituem, ou, nas palavras de Heller (2008, p.34), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social”. Nesse espaço do cotidiano, é possível identificar questões e analisá-las por meio dos conhecimentos empírico e teórico, com adequado embasamento para a pesquisa. Também são compartilhadas as ideias de Moreira (2014, p. 23-24) ao indicar que:

As formas de explorar o processo de reflexão podem ser variadas e inovadoras [...] Pensar de modo crítico a partir de metodologias não tradicionais, lúdicas, criativas e que surpreendam por conta da novidade [...] A linguagem, além de ter que ser clara e direta, pode e deve ser agradável ao leitor.

Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa fundamentam e contribuem para a elaboração dos aspectos explicativos do objeto investigado. Nessa direção, foram adotadas as pesquisas bibliográfica, documental e empírica qualitativa.

Durante o levantamento de bibliografias, salvo as mencionadas no corpo do trabalho, observaram-se dificuldades em encontrar registros acadêmicos que discutam a atuação dos técnicos sociais com os movimentos de moradia.

As bibliografias utilizadas proporcionaram o pensamento crítico e a compreensão das transformações sociais e históricas, a partir da colocação de autores como José de Souza Martins, Karl Marx, James Hoston, Henri Lefebvre, Maria da Gloria Gohn, Lúcio Kowarick, João Whitaker Ferreira, Bernardo Toro e Ermínia Maricato.

Também foram consultadas teses de mestrado e doutorado de autores que tratam da temática assessoria técnica, com contribuições importantes de Luciana Royer, Débora Sanches e Elaine Rosa; e do trabalho social em HIS, com contribuições de Rosangela Paz.

Ainda foram estudadas as legislações dos programas Crédito Solidário e MCMV-E, no âmbito federal, que abrem a possibilidade de gestão de recursos por parte dos movimentos de moradia. Dentro desse escopo, consta a Portaria 21, de 22 de janeiro de 2014, que aponta as diretrizes para a realização do trabalho técnico social em HIS.

Na condição de pesquisadora e profissional que compõe a equipe da assessoria técnica Ambiente Arquitetura, foi possível acessar registros fotográficos fornecidos pela assessoria e adicionados à pesquisa.

Há, na sede da Ambiente Arquitetura, caixas de arquivos contendo documentos de diversos períodos, desde a década de 1990 e, por meio do estudo desses arquivos, foi possível localizar material elaborado pela Secretaria de Habitação, do governo do Estado de São Paulo, intitulada *Cartilha dos Mutirantes*, que trouxe diversos elementos de reflexão apresentados no corpo deste trabalho.

Outras contribuições utilizadas são os documentos dos movimentos e textos escritos por representantes da UMM-SP, como Evaniza Rodrigues e Benedito Barbosa, publicados pelo Ministério das Cidades.

Na pesquisa qualitativa, a investigação da realidade por meio de estudo de caso deve considerar a exploração e o aprofundamento dos dados para submetê-los a referências analíticas mais amplas. Portanto, é fundamental não perder de vista a dimensão da totalidade, ao analisar situações concretas nas suas particularidades.

Para o presente estudo, foi elaborado um roteiro contendo questões para os técnicos da Ambiente Arquitetura e outro para os representantes da UMM-SP, (Anexo A). As entrevistas ocorreram durante o mês de outubro, dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. A todos (as) os participantes, foi questionado se gostariam de manter seus depoimentos anônimos e todos optaram e autorizaram, a divulgação de seus nomes, por meio de um termo assinado.

No total, foram realizadas nove entrevistas, das quais três com técnicos (as) da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e seis com militantes da UMM-SP.

No caso da assessoria Ambiente Arquitetura, foram gravadas e transcritas de forma fidedigna. Aos profissionais, foi esclarecido que o momento era de conversa e reflexão, deixando a critério do entrevistado seguir a ordem do roteiro ou não.

Já no caso do UMM-SP, as entrevistas foram gravadas e transcritas, porém, em dois casos, as pessoas não se sentiram à vontade com o gravador e preferiram escrever seus pensamentos, baseados no roteiro, com vistas a contribuir, da mesma maneira, para o presente estudo.

Não houve dificuldades no decorrer das entrevistas, ao contrário, ocorreram “cobranças” de mais pessoas que gostariam de relatar experiências no processo de autogestão, porém, apesar de acreditar que quanto mais experiências indicadas, mais rico é o estudo, foi preciso delimitar um número de entrevistados, considerando o curto tempo disponível para o estudo. Entretanto, a continuidade desta pesquisa pode estimular o interesse e contribuir com estudos de outros (as) pesquisadores (as).

No caso da Ambiente Arquitetura, foram entrevistados (as): Isabel Cabral e Ricardo Gaboni (arquitetos fundadores da assessoria técnica) e Cintia Fidelis (assistente social). A escolha dos técnicos relaciona-se com os seguintes critérios:

✓ Os dois fundadores da Ambiente Arquitetura, que contribuíram na trajetória dos trabalhos ali realizados, atuam desde a década de 1990, com a UMM-SP; as dificuldades, possibilidades e mudanças na trajetória dos programas habitacionais de cada período; trajetória da assessoria e dos próprios entrevistados;

✓ Na condição de fundadores, as contribuições de Isabel Cabral são valiosas, ela atua voltada à elaboração e aprovação de projetos habitacionais e também nas articulações com o poder público e agente financeiro, portanto, possibilitou identificar as principais articulações e contribuições ao movimento de moradia nesse processo; e de Ricardo Gaboni, que acompanha obras e atividades das famílias, externamente, visando identificar os pontos de vista e as articulações nesse processo;

✓ A técnica social, Cintia Fidelis, contribuiu para aprofundar a questão do trabalho social e suas especificidades.

Os profissionais da Ambiente Arquitetura também relataram, estimulados pela pesquisadora, suas trajetórias até chegar na assessoria e a principal motivação em trabalhar com movimentos de moradia.

No caso dos representantes da UMM-SP, foram entrevistadas seis pessoas: José de Jesus, mais conhecido como Zequinha; Maria das Graças Rocha (Graça); Marcia Silva; Erika de Oliveira Abreu; Nataly Ferreira e Evaniza Rodrigues.

Os critérios adotados para a escolha foram: ser participante do processo de mutirão, com autogestão cuja assessoria técnica que acompanhou ou acompanha o processo é a Ambiente Arquitetura.

Ainda foi adotado o critério de ter um(a) representante da UMM-SP que acompanha o movimento desde a fundação e que participa das articulações e elaborações de propostas para a Política de Habitação. Contamos com o depoimento de Evaniza Rodrigues que contribuiu com a construção da linha do tempo do trabalho social em programas habitacionais com relatos e experiências vivenciadas em HIS, na relação com assessorias e técnicos, do movimento com o Estado, e os principais desafios e as possibilidades.

Visando à compreensão de como ocorre a participação do técnico social da Ambiente Arquitetura nos programas habitacionais em âmbitos municipal, estadual e federal, foi considerada, ainda, como critério, uma liderança para os programas habitacionais em âmbitos estadual e municipal. Em âmbito federal, há dois

programas habitacionais, e para relatar as experiências do primeiro programa (Crédito Solidário), considerou-se o depoimento da Graça e, para o segundo (MCMV-E), foram entrevistadas as pessoas que se propuseram a contribuir para o estudo, já que é o programa vigente:

- Municipal: Nataly;
- Estadual: Zequinha;
- Federal: Graça, Erika e Marcia Silva.

Ocorre que, inicialmente, a pesquisadora não estava ciente de que a assessoria técnica havia realizado um trabalho em âmbito municipal, portanto, não havia considerado entrevistar alguém que participara desse processo, porém, no decorrer do trabalho, uma das arquitetas da assessoria, Nataly Ferreira, mencionou que acreditava ser diferente o trabalho social da Ambiente Arquitetura, no período em que ela e a família participaram do processo de mutirão com autogestão, e na atualidade.

Identificou-se, então, que Nataly participara do único projeto em âmbito municipal que a Ambiente Arquitetura acompanhou e, ao mesmo tempo, surgiu a curiosidade em saber como a arquiteta, hoje técnica da assessoria, poderia contribuir nessa trajetória, assim, foi sua opção relatar as próprias experiências e lembranças enquanto participante do movimento, e também trazer elementos de alguém que acompanha o trabalho da assessoria com um olhar técnico.

O roteiro (Anexo B) utilizado para o movimento buscou identificar o tempo de atuação dos representantes no movimento, como chegaram, e com qual o objetivo procurou o movimento. Também apresenta a motivação das famílias que continuaram participando desse rico espaço que é o movimento de moradia.

No roteiro, foram consideradas as situações para os casos de projetos mais antigos, com as obras já concluídas e os projetos em andamento, como é o caso dos programas habitacionais mais atuais.

Para a pesquisadora, foi rica essa troca com os representantes dos movimentos, que demonstram satisfação em contribuir e, ao mesmo tempo, apontam elementos peculiares de uma trajetória que somente quem vivenciou a realidade da ausência de acesso aos direitos, as lutas e a participação no movimento poderia trazer.

Dada a riqueza dos depoimentos, optamos por apresentar a trajetória dos sujeitos da pesquisa ao final dessa introdução.

Fazem parte também da metodologia desse estudo elementos extraídos da observação, coletados nos espaços em que os técnicos da Ambiente Arquitetura e os representantes da UMM-SP se reúnem para sensibilização de lideranças, seminários de capacitação acerca do trabalho, social, mesas de debates e fórum de trabalho social, este último reúne profissionais acadêmicos, movimentos de moradia e assessorias técnicas de São Paulo.

Destaca-se, dentre as atividades acompanhadas e observadas, o curso de Capacitação de Lideranças para Autogestão em Habitação, ocorrido em julho de 2015 e ministrado pela UMM-SP, com a participação da pesquisadora e do militante Donizete Fernandes. A temática abordada pela pesquisadora durante a atividade envolveu os movimentos de moradia em seu contexto histórico de lutas, desde a década de 1980. Para tal, foi considerada a questão urbana no Brasil, do período da ditadura militar até os dias atuais.

No momento do curso, a pesquisadora ouviu e registrou as informações fornecidas pela liderança do movimento, Donizete Fernandes, que participou diretamente da elaboração de propostas do movimento destinadas aos governos e das articulações da UMM-SP com o poder público. Devido à riqueza do depoimento, foi solicitada autorização, e aceita, para mencionar o relato no presente estudo.

A partir desse levantamento, foram analisados os resultados da pesquisa. Os depoimentos serão utilizados em todo o trabalho, de acordo com as reflexões abordadas.

A presente dissertação encontra-se estruturada em três capítulos.

O **capítulo I**, cujo título é *Questão Urbana, Política Habitacional e Movimentos de Moradia: do BNH à Autogestão*, apresenta breve contextualização histórica acerca da divisão de terras no Brasil, as influências culturais e ideológicas no processo de construção das cidades e de formação da sociedade brasileira. Além disso, contextualiza como o Estado, por meio de programas habitacionais, responde à problemática da questão urbana.

O Estado apresenta essas respostas em forma de programas habitacionais que vem desde a criação do BNH até o programa MCMV e, nesse processo, o

capítulo também contextualiza a participação dos movimentos de moradia que lutam para que a autogestão da produção habitacional e a gestão dos recursos públicos sejam realizadas também pelas associações, cooperativas e pelos movimentos populares.

No **capítulo II**, intitulado *UMM-SP e Ambiente Arquitetura: Trajetórias e Contribuições para a Política Habitacional*, aponta-se a trajetória desses dois atores, UMM-SP e Ambiente Arquitetura, e para tal foi elaborada uma linha do tempo dos principais marcos históricos dos programas habitacionais, identificando a participação dos representantes de ambas as instâncias.

Nesse sentido, considerando o objetivo do presente estudo, indica-se, na linha do tempo, se havia ou não técnico social durante a atuação da Ambiente Arquitetura com as famílias participantes da UMM-SP na construção de suas moradias, com foco na cidade de São Paulo, por meio de recursos dos programas habitacionais e qual sua contribuição ao movimento. Para a construção da linha do tempo contribuíram profissionais e militantes da UMM-SP, que indicaram os elementos caracterizadores da relação do trabalho social no processo de autogestão, com o poder público e os agentes operadores dos programas.

No **capítulo III**, *Trabalho Técnico Social, UMM-SP e Ambiente Arquitetura: Experiências Singulares de Parceria* é apresentada breve trajetória do trabalho social na política pública de habitação e os programas habitacionais. Também são analisados os dados obtidos por meio de depoimentos dos sujeitos da pesquisa acerca das particularidades do trabalho social, das tensões e possibilidades na relação entre assessoria e movimentos, durante a atuação conjunta.

A prática profissional vivenciada no cotidiano dos movimentos de moradia apresenta desafios e possibilidades que ganham relevância na discussão dessas experiências e trazem elementos para a construção de conhecimento e que podem contribuir para uma reflexão crítica.

A atuação profissional e as experiências da pesquisadora nesses espaços também contribuíram para a produção de conhecimento científico para o Serviço Social.

O presente estudo possibilita conhecer a realidade nesse campo de atuação, considerando que todos estão num processo contínuo de aprendizagem, assim

como a realidade do trabalho integrado, realizado coletivamente entre os profissionais e as famílias que compõem a UMM-SP, que tem reconhecida relevância na construção da Política Habitacional.

Breve Trajetória dos Sujeitos da Pesquisa: Uma caminhada de luta e identidade

Compreendendo as dificuldades colocadas ao trabalho realizado com os movimentos e a participação das famílias também nesses espaços, apresentamos uma reflexão acerca da trajetória dos sujeitos da pesquisa, suas motivações para realizar formas de trabalho coletivo e a identidade política com o espaço do movimento de moradia.

Profissionais da Ambiente Arquitetura

A assessoria técnica Ambiente Arquitetura é composta por técnicos que compartilham da ideia e luta pela Reforma Urbana, e formam uma equipe que atua com trabalho integrado, ainda que com formações diferentes e cada uma em sua especificidade.

O perfil dos técnicos está ligado a determinada concepção da habitação, considerada um direito social; a vivências do cotidiano; compromissos com a organização popular; e lutas dos movimentos sociais.

Visando contribuir para a reflexão acerca da atuação dos profissionais e sua trajetória de luta, buscou-se extrair, das entrevistas, elementos que apontem uma identificação entre a trajetória de cada um e a da própria assessoria. Isso também se reflete na identidade política dos profissionais em relação à luta dos movimentos de moradia.

Isabel Cabral, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), em sua trajetória profissional, fez parte da equipe da Secretaria de Habitação, na gestão Erundina. Isabel, ao relatar sua trajetória, destaca:

Eu comecei a trabalhar com Habitação Social em 89, a convite do arquiteto Nabil Bonduki, na ocasião superintendente de Habi/Sehab, na administração municipal de São Paulo da prefeita Luiza Erundina. [...]. A estrutura de Habi, oriunda das gestões passadas, era predominantemente de serviço público assistencial.

Na gestão da Erundina as Habis foram mais estruturadas para desenvolver projetos e obras nas favelas, cortiços e provisão, também para os movimentos. [...]. Ainda na gestão da Erundina, em Habi, fui coordenadora de projetos na regional do Campo Limpo. Como eu tinha nesta função uma relação próxima aos movimentos sociais por moradia, os conheci e assim começou uma aproximação que terminou que no final da administração. Comecei a trabalhar diretamente com projetos destinados a eles. Algumas associações que conheci em Habi estavam ligadas a movimentos maiores, destaco em especial a UMM (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Observa-se que, a partir das experiências cotidianas e na relação com os movimentos de moradia, Isabel demonstra identidade com esse trabalho, mas não um trabalho alienado, que transforma o trabalhador em produto. É um trabalho com o qual demonstra satisfação social e pessoal.

Eu acredito que todo mundo tem que ter mesmo uma condição melhor, isso me deixa satisfeita profissionalmente. Eu sempre trabalhei com pessoas que discutem a construção das cidades, pessoas mais políticas. Mesmo com todas as dificuldades, nunca pensei em fazer outras coisas (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Também se observa que os espaços acadêmicos a partir de profissionais que são comprometidos com as lutas sociais, também podem estimular outros técnicos a atuar em prol da população e não do mercado.

De acordo com o arquiteto e urbanista Ricardo Gaboni, também fundador da assessoria técnica Ambiente Arquitetura, e graduado pela Faculdade Belas Artes, de 1982 a 1986, houve esse estímulo no período de sua graduação.

Então, quando eu entrei na faculdade o arquiteto era alguém elitista que trabalhava para uma classe média alta, para ricos, e depois, na faculdade, eu fui vendo que existiam outras possibilidades. [...] Eu fiz a faculdade entre 82 e 86 e esse período coincide exatamente com o período do Laboratório de Habitação, na Belas Artes. Então, quem eram os coordenadores lá do laboratório, eram os professores que estavam lá e que davam aula pra gente e que colocavam essa questão da Habitação, do déficit habitacional, do mercado de trabalho para o arquiteto, nessa área. Era um mercado que não era visto pelos arquitetos, não era mesmo, de forma alguma. Na faculdade, lá na Belas artes, tinha o Laboratório de Habitação, que tinha o Vila, o Nabil, vários professores. [...]. Começaram a montar uma outra visão do trabalho, não só com a participação do arquiteto, mas da forma. De não ser mais um cara que vai lá ser o grande arquiteto que tem todas as respostas e tal, mas um grupo de pessoas que trabalha, que discute, que vai propor alternativas para habitação (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Nesse mesmo sentido, a técnica social que atua na Ambiente, Cintia Almeida Fidelis, assistente social, graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), em 2013, coloca a opção de trabalho com movimentos como identidade e escolha, ao mesmo tempo vinculada à sua formação acadêmica.

Trabalhar com movimento por moradia é uma escolha, é uma identidade. Desde a graduação eu vivo buscando essa inserção profissional junto a movimentos de moradia. É dessa forma que eu entendo a minha profissão, e a minha área de atuação é um pouco o resultado desse processo de como que eu vejo e que eu entendo a minha profissão. Agora, a inserção na assessoria, ocorre para materializar esse trabalho. Então, é uma forma hoje de exercer a profissão. A motivação está muito relacionada a como eu me defino enquanto profissional, isso vem já do processo de formação acadêmica, sempre foi uma escolha minha, pessoal, atuar nessa temática, com projetos na área de habitação de interesse social e trabalhar com movimento de moradia (Depoimento de Cintia Almeida Fidelis).

Nos três depoimentos, fica evidente que há identificação com a área de atuação, com a escolha profissional e com a luta. Por meio do trabalho é que se criam as identidades social e pessoal e que esse deve ter significado para aqueles que o realizam. Para os profissionais da assessoria, o trabalho não está resumido à mera execução mecânica de tarefas, há sentido no trabalho executado, há identidade.

Movimentos de Moradia

Consideramos importante relatar, ainda que brevemente, como as pessoas que buscam o movimento para obter sua moradia são estimuladas a continuar participando, mesmo depois da obtenção de sua moradia, e quais são suas motivações. Quem está no cotidiano dos movimentos pode trazer elementos, os quais nem sempre é possível conhecer, por aqueles que não estão presentes nesses espaços.

- **Zequinha**

José de Jesus, mais conhecido como Zequinha, 45 anos de idade, é morador do bairro Brasilândia, no município de São Paulo. Faz parte da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Oeste/Noroeste¹, compõe à UMM-SP.

Zequinha participou do processo de mutirão com autogestão e acompanhamento de obra da Ambiente Arquitetura na construção do

¹ Foi fundada em 1987 com o objetivo de lutar pela Reforma Urbana e direito à Moradia. A associação é compõe à UMM-SP e construiu moradias populares por mutirão em autogestão com recursos das três esferas de governo.

empreendimento Brasilândia B11. Feito com recursos da CDHU, em meados de 1994/95, foi finalizado, de acordo com Zequinha, por volta de 1997/98.

Zequinha atua no movimento desde 1993 e continua até os dias atuais. O representante faz parte da coordenação da associação da qual participa.

Então, eu passei por todas as fases do movimento. No movimento que eu milito hoje, Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Oeste/Noroeste; primeiro eu fui conselho fiscal, e aí de conselho fiscal fui de vice-coordenador, sempre vice, vice coordenador financeiro, e hoje eu sou coordenador financeiro da zona noroeste (Depoimento de Jose de Jesus, 2015).

Zequinha, assim como a maioria das famílias que atua nos movimentos, ao chegar tinha o objetivo de obter moradia, porém, nesse processo, continuou a participar atuando nas lutas, articulações políticas e ações, em conjunto com novas famílias que chegam nesse espaço.

É um dificultador para os movimentos de moradia desconstruir as ideias de uma cultura que estimula as pessoas ao conformismo, a obter, por exemplo, sua moradia e se fechar em suas casas, seguindo alheios aos acontecimentos da sociedade, porém, é possível obter resultados positivos, em processos de trabalho coletivo. De acordo com Zequinha,

O que me motivou a participar do movimento, 16 anos que eu moro no que é meu e eu nunca, nesse tempo todo, da época de construção, da época de todo trabalho ligado à minha casa própria, eu nunca estive afastado do movimento mãe que é a zona oeste, Associação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, nunca. Sempre ajudando naquilo que eu posso. E o que acontece? O maior problema que dá vontade de a gente ficar nesse movimento é porque a gente sabe que tem muita gente ainda desinformada, muita gente ainda que tem que pagar aluguel. [...]. Parece que é uma injeção que dá na gente para a gente tomar mais ânimo e mais vontade. Então, nesse movimento, eu fui ficando, fui ficando, tanto que hoje eu sou 100% movimento (Depoimento de José de Jesus, 2015).

Um espaço de opressão impede que as pessoas sejam criativas ou capazes de enxergar com lucidez suas próprias circunstâncias de opressão e elas vão reproduzir a conduta ou os comportamentos daqueles que as oprimem, como resposta às condições de vida a que são submetidos. Mas cada pessoa tem seu tempo de aprendizado, que deve ser respeitado; o que ocorre dentro do movimento.

No movimento de moradia, as famílias são ouvidas e, a partir de suas próprias observações, elaboram propostas que são discutidas coletivamente. Isso contribui para uma conduta em conformidade com a realidade dos trabalhadores.

- **Graça**

Maria das Graças da Silva Rocha, 62 anos de idade, é moradora da cidade de São Paulo, no bairro da Vila Constância. Faz parte do Movimento Habitacional e Ação Social (Mohas), filiado à UMM. Participou do processo de mutirão e autogestão do empreendimento Vila Patrimonial Zona Sul de São Paulo, que também teve acompanhamento da Ambiente.

O programa habitacional do qual Graça participou é o Crédito Solidário, com recursos de R\$ 30.000, do Fundo de Desenvolvimento Social; R\$15.000, do governo do estado, e R\$ 5.000 da prefeitura de São Paulo. O projeto iniciou as obras em 2005 ou, nas suas palavras: “em 10 de abril de 2005” (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

Segundo Graça, a obra foi concluída em 2012, e os moradores continuaram realizando trabalho com inclusão de itens que gostariam de ter, mas, que não havia nas unidades habitacionais. No que tange à sua participação no movimento de moradia, Graça relata:

Eu comecei a participar mais ou menos assim: eu ia nas reuniões esporadicamente e a Vani² sempre foi muito persistente, muito, muito persistente. Aí ela me ligava: “Ah, isso não deu certo”. Poxa vida né? Sabia que não ia dar certo, não sei por que ela tinha essa esperança. Uma vez, ela me ligou chorando, porque o proprietário do terreno rasgou a opção de compra. Ele disse: “Eu não vou mais vender aqui”. Aí ela chorou e: “Ah não, mas vai dar certo. Calma, não é assim”. Daí, eu falava comigo: Só ela pensa que vai dar certo mesmo, né? Porque eu estava ali para apoiar a Vani, com dó dela, por que eu não acreditava e nem entendia o movimento de moradia. Aí..., ué é verdade (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

Compreendendo a necessidade de obter detalhes acerca do processo de participação da representante no movimento, foi questionada se participando nesses espaços é que se compreendeu liderança de movimento.

Sim. Foi nesse processo. Foi nesse processo que eu entendi, aí eu comecei a participar mais ativamente, comecei a me interessar e comecei a aprender e ver que tinha assim, tudo para dar certo. Mais por causa de pessoas interessadas em fazer as coisas andarem, né? E daí eu continuei com a Vani (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

É importante a integração das associações que são constituídas para mobilizações ao direito à moradia com outras associações, o que pode contribuir

² Vani Poletti é uma das principais lideranças do Mohas. Presidente da associação, assina os documentos solicitados pelos governos para acesso aos recursos de programas habitacionais.

para a atuação dos “novos”. De acordo com Graça, ao se referir ao envolvimento do Mohas com a UMM,

A União foi assim, a gente conhecia uma pessoa que chamava Junior que falava muito da União e, aí, a Vani também trabalhava com uma pessoa do Rio, que também falava muito da União. A Vani queria ir para União, eu não queria. Sabe, ela gostava de ir.

O Patrimonial veio antes, quando nós fomos para a União, o Patrimonial estava quase pronto, já estava tudo negociado, já estava assinado com a Caixa. Depois do Patrimonial é que fomos para a União. Daí o Ricardo chamou, convidou: “Vamos lá, fortalece, vai ser bom para todo mundo” e aí a gente começou a participar, mas foi bem legal. Agora eu gosto. Eu falo: Agora eu gosto (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

Observa-se no depoimento, que Graça compreende que seu envolvimento e suas articulações com as demais lideranças podem contribuir com o saber de suas experiências, e fortalecê-los, assim também aponta Barbosa apud Carpanelli, Santos e Paz (2014, p.10): “a roda da história vai girando e gerando novos fatos. O novo foi gestado no velho”.

- **Marcia Silva**

Marcia Maria da Silva, 44 anos de idade, é moradora do bairro Imirim, no município de São Paulo. Faz parte da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste.

Marcia está no movimento desde 2009 e faz parte das famílias que atuam no projeto Alexios Jafet, viabilizado com a luta pela terra e onde serão construídas HIS. A luta iniciou-se antes mesmo do lançamento do programa MCMV-E.

Com a terra comprada com recursos do MCMV-E, desde 2010, o valor do recurso, por unidade habitacional, é de R\$ 76.000, repassado pelo governo federal e R\$ 20.000 de aporte do governo do estado. A assessoria técnica que acompanha o empreendimento é a Ambiente Arquitetura.

Atualmente (fevereiro de 2016), o projeto está para iniciar a obra, pois já está selecionado para contratação, com publicação no Diário Oficial, do Ministério das Cidades.

A representante faz parte da Comissão de Representantes do Empreendimento (CRE), uma das comissões exigidas pelas legislações do programa MCMV-E, compondo a coordenação de grupos de base do movimento.

Márcia relata que procurou o movimento para obter sua moradia e ressalta o que, na opinião dela, é o movimento:

Antes de conhecer, eu nunca tinha parado para pensar o que era, mas, depois que eu conheci, vi que é uma união de pessoas através de uma luta em busca de um objetivo comum e de direito como cidadão e que sozinho é impossível de conseguir devido às condições financeiras. [...] Antes, como eu não conhecia o que é movimento social, também nunca tinha parado assim para pensar o que era movimento social. E aí, quando eu entrei, eu me identifiquei com o movimento social, primeiramente, e eu acho que o movimento social faz assim, mostra para a gente o que é viver em sociedade, né, principalmente, sei lá, eu acho que ele faz a gente entender o que é uma luta, entendeu? (Depoimento de Marcia Silva, 2015).

Uma vez mais, observa-se, também no relato de Márcia, a visão inicial do movimento enquanto possibilidade de obter uma moradia, ou seja, a reprodução da lógica que é papel do movimento viabilizar a moradia, porém, ao mesmo tempo, identificam-se que ao chegar no movimento há o reconhecimento e a construção da ideia da moradia enquanto direito do cidadão.

- **Erika**

Erika Paula de Oliveira de Abreu, 34 anos de idade, é moradora do bairro Jardim Vista Alegre, em São Paulo. Participa da Associação por Habitação com Dignidade (A.H.D)³ desde 2008.

Assim como Márcia Silva, Erika faz parte do projeto Alexios Jafet como membro da Comissão de Acompanhamento de Obra (CAO). Erika procurou o movimento para obter sua moradia e, ao ser questionada acerca de sua opinião sobre o movimento de moradia, diz:

Não tinha ideia do que era. Hoje é mais do que a moradia, é a conquista de conhecimento e consciência, é buscar além da moradia novas ideias e novos objetivos, é aprender a viver de forma coletiva, conhecendo e respeitando as pessoas a nossa volta (Depoimento de Erika Oliveira, 2015).

³ A A.H.D construiu o projeto Vila Nova Albertina, com recursos da CDHU e em parceria com a Ambiente Arquitetura. Também luta pela moradia e vem adquirindo experiência de articulação política com associações mais antigas da UMM-SP.

Erika ainda não participou do processo de obra, visto que sua moradia também não foi construída, até o momento, mas contribuiu nos mutirões de limpeza do terreno e nas atividades do trabalho social. Questionada se pretende continuar atuando no movimento, após obter sua moradia, salienta: “*Não sei, existe o sentimento e a vontade de continuar, mas os objetivos parecem ser diversos, dentro de alguns espaços*”. (Depoimento de Erika Oliveira, 2015).

- **Nataly**

Nataly Ferreira da Silva Santos, 24 anos de idade, é moradora do bairro City Jaraguá. É graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas. Ela e seus pais fizeram parte da construção do empreendimento City Jaraguá, iniciado em 2002 e término em 2004, por meio da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Oeste.

Esse é o tempo de execução da obra, mas a família de Nataly já participava do movimento desde as articulações para viabilizar o empreendimento, na década de 1990.

O recurso utilizado para a construção desse empreendimento veio do poder público municipal, na gestão da prefeita Marta Suplicy (2002).

Segundo relatos de Nataly, seu pai, Francisco Aprígio dos Santos, procurou o movimento para obter moradia e sua concepção de movimento mudou, a partir da participação nas atividades com os pais.

Antigamente, compreendia que movimento era apenas uma organização que lutava pela moradia/unidade habitacional. Hoje, percebo que o papel do movimento é muito mais amplo e abrangente que isso, é um sistema organizado, que, através da formação política, instrui a compreender e buscar a luta pelo direito à cidade, pelo direito não somente à habitação, mais também à educação, saúde, ao transporte, à cultura, um sistema de infraestrutura básica para o habitat (Depoimento de Nataly Ferreira, 2015).

Nataly não participou diretamente das atividades de mutirão, pois ainda era criança, porém, crescer na convivência com o movimento de moradia, a estimulou a continuar participando de outra forma. Graduiu-se em Arquitetura e optou por trabalhar com movimentos de moradia em projetos de HIS.

Com esse desejo, fez estágio na mesma assessoria que construiu sua moradia: a Ambiente Arquitetura. Após o término do estágio, continuou atuando como técnica nos trabalhos da assessoria.

A minha participação no movimento hoje em dia não é mais como beneficiária e sim como técnica, entretanto há a relação afetiva que construí com esse trabalho, desde o tempo de garotinha que acompanhava o pai no mutirão, durante os fins de semana até a escolha da área de atuação, HIS, é muito grande, de modo que a minha intenção é permanecer trabalhando junto do movimento (Depoimento de Nataly Ferreira, 2015).

É interessante observar que as trajetórias de luta e a participação nos movimentos de moradia se dão de diversas maneiras. É comum ouvir que, quando uma família recebe sua moradia, vira as costas para o movimento e nunca mais participa, já que não é vista dentro dos espaços da sede ou em atividades da associação. Porém, isso não elimina a possibilidade dessa família estar participando e levando esse saber a outros espaços: acadêmicos, assessorias, conselhos, no próprio bairro, etc.

Os depoimentos indicam que cada um teve, e talvez ainda tenha, seus momentos de dúvidas e insegurança. Constata-se o receio acerca de quem é o movimento de moradia; medo das representações criminalizadas colocadas sobre os movimentos.

Compreender de forma mais ampla, ou ainda inicialmente, o que é o movimento de moradia, só é possível ao participar do processo, conhecer os objetivos e, a partir disso, optar por uma forma de envolvimento com as ideias dessa luta.

- **Evaniza Rodrigues**

Evaniza Rodrigues tem 46 anos de idade e milita no movimento de moradia desde 1988. Sempre atuou no Movimento Sem Terra Leste 1 e a partir dessa convivência começou também participar das atividades da União dos Movimentos de Moradia e também da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), na Central dos Movimentos Populares (CMP) e em outros espaços. Evaniza salienta que procurou o movimento de moradia,

através da igreja católica, dos movimentos de base, das pastorais. Num momento muito forte do movimento que eram as primeiras ocupações de terra, em 87 e 88 e isso que fez eu me interessar por essa luta né. Já tinha uma trajetória de luta popular local, mas, aí foi a luta da moradia que me chamou mais, por ser uma luta mais concreta, mais real do que outras discussões que eram mais abstratas, né, da pastoral da juventude, das CEBs⁴. E comecei no movimento, num primeiro momento conciliando essas duas militâncias, mas depois procurei ficar só por moradia mesmo (Depoimento de Evaniza Rodrigues 2016).

Evaniza, com as atividades nesses espaços, interessou-se em estudar Serviço Social.

Para começar, tem tudo a ver a escolha de ser assistente social, achando que era uma forma de não só estudar né, a realidade, mas de intervir diretamente nela. Eu não queria só uma coisa que eu ficasse só estudando, lendo e não tendo nenhuma atuação real. E acho que foi a escolha mais acertada que eu fiz na minha vida nos últimos trinta anos (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

Evaniza é mestre em Arquitetura e Urbanismo, porém sua atuação ocorre nos espaços da UMM-SP e no Movimento Leste 01 como militante. Além de sujeito histórico, influente referência na atuação dentro dos movimentos, contribui com produções científicas que servem de referência aos estudos acadêmicos e profissionais na área de habitação e movimentos de moradia.

Trajetória da Pesquisadora

- **Cleonice Dias**

Assistente social, é técnica da Ambiente Arquitetura e atua com o trabalho social direcionado a movimentos filiados à UMM-SP, em projetos de HIS. Também contribui em atividades da UMM-SP, em âmbitos nacional, estadual e municipal, por meio do projeto de Capacitação de Lideranças, com recursos da Fundação Ford.

A opção pela área de pesquisa e atuação recebeu influências de elementos que vêm sendo colocados em sua trajetória durante toda a vida. Portanto, devido ao longo discurso que isso implicaria, optamos por mencionar apenas alguns desses elementos.

A escolha da profissão foi algo consciente e bem definido, por existir identificação com a proposta de atuação dessa categoria de profissionais.

⁴ Comunidades Eclesiais de Base.

A atuação na área de habitação teve início em 2006, na Prefeitura de Taboão da Serra/SP, já com movimentos por direito à moradia, porém, do ponto de vista do poder público, o que também foi bastante positivo. Nesse processo, iniciou-se o contato com a UMM-SP e também o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Em março de 2011, com a possibilidade de atuar mais diretamente com a UMM-SP e a diversidade de associações por moradia filiadas, passou a trabalhar na Ambiente Arquitetura, a partir do convite de Isabel Cabral.

Participando desse espaço, foi possível compreender melhor o processo histórico de lutas dos movimentos, dos profissionais, na questão urbana, já que o exercício de aprendizado é mútuo. O trabalho está contribuindo com mudanças construídas, no cotidiano, por trabalhadores que se dispõem a realizar trabalhos coletivos e com objetivos compartilhados.

As atividades contribuem com a própria postura de trabalhadora dentro da sociedade, portanto, estar nesse espaço é uma escolha que considera todas as dificuldades e possibilidades implicadas.

CAPÍTULO I

QUESTÃO URBANA, POLÍTICA HABITACIONAL E MOVIMENTOS DE MORADIA: DO BNH À AUTOGESTÃO

Meu pai sempre me dizia, meu filho tome cuidado. Quando eu penso no futuro não me esqueço do passado (Paulinho da Viola, 1972).

1.1 Divisão de terras e a construção das cidades brasileiras: “tanta adversidade nessa terra de patrão”

Para compreender a questão urbana no Brasil e as políticas habitacionais, é necessário considerar que, historicamente, no País, a disputa pela terra e os conflitos fundiários oriundos dessa dinâmica contribuíram com os problemas sociais. Segundo Whitaker (2010, p. 18), “o problema habitacional no Brasil remonta o período da colonização e não pode ser separado da questão do acesso à propriedade da terra”.

No período colonial (século XIX), as terras eram ocupadas sem que houvesse a necessidade de comprá-las, porém, eram fornecidas conforme os interesses da coroa. A terra ainda não era utilizada para o mercado capital, mas a maior parte ficava na mão de latifundiários, ou seja, as minorias, no País.

Quando ocorrida a invasão do Brasil, pelos portugueses, fato conhecido como “descobrimto do Brasil”, o País foi dividido em capitâneas hereditárias, sistema em que a Coroa, que até então era carente de recursos financeiros, transferia para os nobres, conhecidos como donatários, a responsabilidade de explorar e ocupar as terras.

Mas os donatários não eram proprietários das terras, já que estas pertenciam a Portugal. Os objetivos da Coroa, dentre outros, era explorar as riquezas naturais do País, atrair mais portugueses para ocupar as terras, temendo que outros países o fizessem, e utilizar a mão de obra escrava para movimentar a economia portuguesa.

Segundo o autor José de Souza Martins (2014), nesse período, o valor de mercado estava na mão de obra escrava, já que o fazendeiro investia capital e esperava extrair lucros do trabalho escravo.

De acordo com Martins (2014), o capitalismo brasileiro não esperou o fim da escravidão para acumular capital, ao contrário, ela ocorreu no período da escravidão.

O trabalho, na perspectiva de Marx (2012), é um processo em que o ser humano e a natureza participam. O Homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, ele se transforma. Nesse processo, utiliza seus braços, pés, suas mãos para o trabalho, porém, antes de realizar algo, o idealiza e essa ideia se materializa no resultado do trabalho. Nesse sentido, o trabalho é consciente, é onde o Homem se realiza.

Já no contexto de uma sociedade que visa lucros, o trabalho escravo de fato atende a uma lógica capitalista, pois quando o preço do escravo começa a subir e desfavorecer os interesses do capital, rapidamente os capitalistas exploradores da terra e de escravos buscam outra forma de obter lucros: o colonato, modalidade em que o trabalhador produzia seu próprio alimento, cuidava da terra e recebia baixo salário.

Estruturalmente, a escravidão negra entrou em crise em boa parte por conta da escassez de escravos em face da expansão territorial da agricultura de exportação, em particular do café, e por conta da significativa elevação de preço do escravo, que ameaçava a economia da grande lavoura. A escravidão terminou basicamente em consequência de um cálculo de custo. Tornara-se um mau negócio (MARTINS, 2014, p. 205).

Nesse contexto, resta aos trabalhadores apenas a venda da sua força de trabalho. O trabalho torna-se então um meio de sobrevivência, pois o capital apropria-se do trabalhador, retira sua consciência e torna sua ação uma mercadoria. As relações sociais passam a basear-se nas relações capitalistas.

Ainda assim, a transição do trabalhador escravo para um trabalhador “livre” e assalariado, não foi tranquila. Nesse período, houve resistência dos indígenas, no momento em que os colonizadores tentam se apropriar de suas terras e escravizá-los; houve resistência dos escravos, dos posseiros que cuidavam das terras devolutas; entre outros.

Essas resistências indicam que a luta pela terra é também contra o capital. O autor José de Souza Martins (2013, p. 81) salienta que, no período colonial, ainda que em pequena proporção, já havia greves de colonos conscientes de que trabalhavam excessivamente para favorecer fazendeiros.

A greve transformava-se numa recusa do trabalho, através da recusa da mercadoria potencial, do café na eminência de tornar-se mercadoria, pois somente colhido o café tinha condições de ser mercadoria [...]. O colono sabia que era desigual, pois além de a desigualdade se antepor a ele já no próprio processo de trabalho, ela se lhe antepunha de diferentes modos e em diferentes momentos no relacionamento com o fazendeiro.

Compartilhamos da ideia do autor, quando ressalta que essa forma de propriedade capitalista da terra provoca a injustiça social, já que não faz sentido alguém possuir mais terra do que precisa para trabalhar.

No que tange às estratégias da elite fundiária, a vinda de trabalhadores europeus para o Brasil preocupou os grandes latifundiários acerca da questão da terra. Evidentemente, havia receio, devido à ausência de norma jurídica que dificultasse o acesso à terra para os trabalhadores. O desejo era que os trabalhadores não ocupassem e cultivassem as terras e sim que oferecessem mão de obra às elites. De acordo com Holston (2013, p. 161),

Ao longo da história do Brasil, as ofertas de terra e de trabalho têm condicionado uma a outra e são, nesse sentido, interdependentes. A apropriação da terra depende da organização do trabalho, assim como diferentes tipos de trabalho requerem diferentes tipos de uso da terra.

Com vistas a atrair mão de obra, e oferecer terras que fossem compradas por um valor pago à vista, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras. Aqueles que haviam deixado de ser escravos, não receberam nada. As dificuldades desses trabalhadores estavam relacionadas à falta de terra para viver e trabalhar, além da ausência de recursos financeiros. Holston (2013, p. 155) afirma que, depois de “três séculos de colonização, o Brasil era uma terra sem povo e um povo sem terra”. Ainda segundo o autor,

A Lei de Terras de 1850 só foi bem-sucedida, se assim podemos dizer, em evitar a existência de pequenos proprietários de terra entre as massas de brasileiros, os cidadãos e os imigrantes, livres e libertos, rurais e urbanos. A maioria dos brasileiros continuou destituída de terras pelos cem anos seguintes, e com grande parte do imenso interior do país desocupado até hoje (HOLSTON, 2013, p. 184).

A Lei de Terras surge exatamente no momento em que o tráfico negreiro passa a ser proibido no Brasil. Além disso, incentiva a imigração com vistas a explorar o potencial produtivo agrícola, propondo regularizar o acesso à terra pelos trabalhadores assalariados. Nas palavras de Holston (2013, p. 186), as elites agrícolas, que se sentiram motivadas com a valorização da terra, “com o fim do

comércio de escravos, precisariam encontrar novas formas de investimentos de capital”.

Com a lei, as terras sem dono, ou que pertencessem ao Estado, só poderiam ser obtidas pela compra feita do governo. Com isso, ex-escravos e estrangeiros foram os principais prejudicados, pois somente aqueles com maior poder aquisitivo conseguiam comprar um terreno, ou seja, os antigos latifundiários. A ideia era justamente essa: dificultar o acesso à terra por parte desse novo contingente de trabalhadores.

A modernização do setor agrícola contribui para acentuar a centralização de terras e, com isso, a população do campo se desloca para as cidades, ou outros estados, em busca de trabalho. Assim, a terra substitui a propriedade escrava e passa a ter valor de mercado, compondo a circulação de capital na esfera capitalista.

O autor Holston (2013, p. 155-156) alerta que a posse, em geral, resulta de um processo de legitimação, em que a ocupação ilegal é o único meio de acesso à terra, para a maioria dos cidadãos. Holston salienta ainda que o “acesso restrito à propriedade fundiária teve o efeito de forçar a maior parte dos brasileiros a morar ilegalmente, tornando a ilegalidade se não uma norma, ao menos a condição predominante de assentamento”.

Após a década de 1930, o Brasil estava vivenciando o processo de industrialização da economia urbana e as regiões mais afastadas dos centros urbanos tornaram-se as únicas áreas em que os trabalhadores conseguiam estabelecer residência. “As periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (HOLSTON, 2013, p.197).

A partir da divisão de terras, as cidades brasileiras foram sendo construídas de forma a favorecer os interesses daqueles que detém o poder. Ao mesmo tempo, cria-se um contingente de população sem moradia e situações de vulnerabilidade. Não diferente dessa lógica, com a globalização, a partir da década de 1980, a questão da terra agrava-se e preocupa o mundo todo. Segundo Maricato (2010, p. 14):

Produtos primários como minérios, celulose, grãos, carne, petróleo, etanol (*commodities*) ganham importância estratégica nos mercados globais promovendo a migração de milhões de camponeses de suas terras. Excluída do acesso à terra urbanizada, essa população migrante ou em alguns casos, imigrante, amontoa-se em favelas já que a terra urbanizada é um bem precioso e escasso nas cidades periféricas [...]. Alguns lutam pelo direito à cidade e outros por ganhos extras advindos de atividades que são especulativas, na maior parte das vezes. E essa condição é tão dominadora das relações sociais urbanas que frequentemente pobres que são proprietários rejeitam a vizinhança de pobres moradores de favelas porque têm a consciência do impacto negativo que estes têm sobre o preço de seus imóveis. Ainda que pertençam à mesma faixa de renda, os proprietários se antagonizam com os não proprietários.

Considerando que a maioria da população faz parte da classe trabalhadora, como é possível que uma minoria indique o modo de ser de uma sociedade e até mesmo decida como são feitas a divisão de terras e a construção das cidades? De acordo com Vilaça (1986, p. 10):

A essas perguntas a ideologia burguesa e com ela o Estado e a classe média, tem oferecido várias respostas. Alguns afirmam, por exemplo, que o Brasil é um país pobre e que por isso não tem condições de oferecer habitações razoáveis à maioria ou a quase totalidade do povo. [...]. Entretanto, continuam eles, com o progresso do país, o problema será praticamente resolvido, pois haverá então recursos para construir melhores habitações para os mais carentes.

De acordo com Chauí, a situação do Brasil é explicada, em muitos momentos, pela lógica da intervenção divina e a representação de que os governantes são soberanos. Também a relação, entre a população e os representantes de governo, nas chamadas “relações de favores”, vem das ideias construídas historicamente, visto que “a política se oculta sob a capa da representação teológica, oscilando entre a sacralização e a adoração do bom governante e a satanização e a execração do mau governante” (CHAUÍ, 2001, p. 98).

Compreende-se que no cotidiano é que se conhecem e experimentam as representações que muitas vezes nos levam a acreditar na homogeneidade da nação e do povo brasileiro.

O brasileiro comumente é visto como um povo pacífico, sensual, que está sempre alegre, mesmo com todo o sofrimento que vive e carrega consigo, e é um povo acolhedor. Tais representações permitem, segundo Chauí (2001, p. 5), “que uma sociedade que tolere a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde seu surgimento, pratica o *apartheid* social, possa ter de si mesma a imagem positiva de sua unidade fraterna”.

As ideias ou histórias narradas pela classe dominante não são sempre iguais. Conforme a época, é reinterpretada de acordo com os interesses daqueles que estão no poder, e conforme emergem as lutas sociais. O autor Ianni (1992, p. 149) salienta que:

os donos do poder falaram em sociedade brasileira, nação, Estado nacional, formularam constituições, votaram leis, baixaram decretos, ditaram os fins e os meios de governo dos homens e das coisas. [...]. Amplos setores da população - na cidade e no campo - não entraram no exercício de direitos políticos, foram rechaçados, postos à margem das decisões e das próprias representações. Sem voz, nem voto, nem representação. Ocasionalmente, obtiveram alguns direitos de cidadania regulada, administrada, corporativa.

Nesse contexto de ideologias, as cidades brasileiras, em especial as grandes metrópoles, como a cidade de São Paulo, foram sendo construídas e a população, dentre ela os trabalhadores que contribuíram nas obras de construção dessas cidades, foi forçada a viver em condições precárias.

O autor Carlos José Ferreira Santos (2003, p. 76), em seu livro *Nem Tudo Era Italiano*, sobre a cidade de São Paulo, salienta que, na sua construção, valorizava-se a cultura de “cidade moderna”, com características europeias, “muitas vezes confundidas com a modernidade”. Ainda de acordo com o autor,

Na nova metrópole cada grupo social teria lugar vinculado ao trabalho, ao modo de vida, à nacionalidade e à parcela da população a qual pertencesse. Da mesma forma, seriam considerados perigosos e rejeitados aqueles que não exercessem uma ocupação dentro dos padrões entendidos como trabalho honrado e qualificado. [...] e os que fossem pobres e representassem uma maneira de viver ligada ao que se desejava apagar: qualquer traço não europeu e caipira (SANTOS, 2003, p. 76).

Essa divisão de cidades conforme o grupo social, é uma lógica que permeia todas as cidades do Brasil. O local onde um (a) trabalhador (a) mora, também determina como esse (a) será visto e recebido pela sociedade. O saber das experiências individuais, das experiências de vida aprendidos na relação com o outro, não é reconhecido, já que há um estigma naqueles que não se encaixam no modelo burguês de cultura.

Nesse sentido, observa-se que, historicamente, a população trabalhadora é vítima de diversos tipos de violência. Na lógica capitalista, são estimulados ao individualismo e a não se organizarem pelos interesses coletivos da população, porém, vale destacar que as necessidades em comum fazem com que as pessoas se identifiquem umas com as outras. O sentimento de não estar só nas mesmas

dificuldades parece despertar o desejo de luta. Martins (2015, p. 57), ao utilizar as ideias de Heller, diz que:

Só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só se pode desejar o impossível aquele para quem a vida já não pode mais ser manipulada.

A globalização prega uma modernidade que não engloba as pessoas e deixa ao (à) trabalhador (a) os problemas demandados por essa modernidade. A modernidade “mistificadora” faz com que o homem comum tenha que “descobrir e inventar caminhos para superá-las” (MARTINS, 2015, p 20).

Assim, historicamente, a terra e o trabalho tornam-se mercadoria e essa dinâmica vem aumentando o número de pessoas sem acesso à terra, moradia e cidade, até os dias de hoje.

As cidades brasileiras são hoje a expressão urbana de uma sociedade que nunca conseguiu superar sua herança colonial para construir uma nação que distribuísse de forma mais equitativa suas riquezas e, mais recentemente, viu sobrepor-se à essa matriz arcaica uma nova roupagem de modernidade “global” que só fez exacerbar suas dramáticas injustiças. [...] E não seria exagero afirmar que a questão do acesso à propriedade da terra está no cerne dessa enorme desigualdade socioespacial (WHITAKER, 2011, p.19).

Não obstante, e em contraponto a essa forma excludente de construção de cidades, há aqueles que se organizam para lutar pelo e com o coletivo, compreendendo a cidade como um espaço de todos. Aqueles que se organizaram e se organizam pela luta de terra são, historicamente, compreendidos como inimigos do Estado.

Os movimentos de moradia, na condição de movimento social, buscam difundir a luta pelo controle social de modelos culturais, por meio da construção de um discurso, que produz uma identidade entre os envolvidos.

Compreende-se, assim, que as lutas pela terra, desde o período colonial, até os dias de hoje, a luta pelo direito à cidade, por moradia digna, por melhores condições de vida e trabalho, são expressões das contradições do sistema capitalista e, principalmente, de movimentos de resistência popular que contêm em si a possibilidade de mudar essas condições.

1.2 Contextualização da política de habitação no Brasil

Historicamente, no Brasil, a formação de áreas irregulares e a falta de moradia para a população estão relacionadas à forma excludente de produção de habitação e a urbanização das cidades realizadas pelo Estado durante o século XX.

Vale salientar que o controle na produção de moradia é uma das formas que o Estado tem de intervir na sociedade.

Debates e trabalhos acadêmicos relacionados às políticas públicas de habitação analisam a questão urbana no Brasil e as respostas públicas no campo habitacional. Em praticamente todas as discussões identifica-se que uma das principais dificuldades é a ineficiência do Estado em elaborar políticas públicas que atendam à população de baixa renda. Fernandes (2009, p. 11) relata que,

Diante da grande demanda por habitação e a incapacidade do mercado privado de resolver tal problema, o governo propõe uma intervenção mais sistemática no campo habitacional nos anos de 1930 com a criação das Cooperativas de Casa, que direcionavam recursos para o financiamento da construção de imóveis residenciais. Todavia, é uma ação seletiva e excludente, pois tem como critério a inserção formal dos cidadãos no mercado de trabalho. Assim essa experiência foi limitada, mas serviu de base para a concepção da Fundação Casa Popular (FCP), que representa o primeiro órgão nacional para habitação popular criado pela Lei n. 9.218 de 10 de maio de 1946.

Nesse período, vigorava a ideia de industrialização e as ofertas de emprego, nas grandes cidades, estimularam intensa migração de trabalhadores das áreas rurais para os espaços urbanos, em que as indústrias se instalaram. Não havia planejamento do governo e nem estrutura organizada, para receber esses trabalhadores.

De 1964 a 1985, o Brasil vivenciava a ditadura militar, período em que, além de aprofundar as desigualdades, a população teve cerceadas e reprimidas as liberdades democráticas, manifestações políticas de contestação e organização na luta por seus direitos. Ainda nesse período, mais precisamente na década de 1970, o País vivenciou a crise do petróleo, que trouxe consequências econômicas.

O mundo passava por transformações importantes, no processo produtivo, com a introdução de novas tecnologias e exigências de melhor qualificação de mão de obra, especialmente em países mais desenvolvidos, como o Japão.

O novo método iniciado pelos japoneses, e tornado possível pelas tecnologias da década de 1970, iria ter estoques muito menores, produzir o suficiente para abastecer *just in time*, e de qualquer modo com uma capacidade maior de variar a produção de uma hora para outra, afim de enfrentar as exigências da mudança (HOBBSAWM, 2007, p. 394).

Entretanto, especialmente os países em desenvolvimento, não estavam preparados para uma crise tão profunda. O impacto nos países da América latina foi mais intenso, verificando-se um aprofundamento das desigualdades, o aumento do desemprego, a falta de moradia e de políticas públicas, que garantissem os direitos sociais para amplos contingentes da população que se aglomerava nas cidades.

O Estado, então, busca alternativas, apresentando respostas insuficientes para a população no que tange ao déficit habitacional, contribuindo ainda mais ao crescimento urbano desordenado nas cidades. Soma-se, a essa problemática, a situação financeira do País, com a inflação crescendo rapidamente e inviabilizando a implementação de uma política habitacional que contemplasse os trabalhadores em sua totalidade.

As condições precárias de sobrevivência dos trabalhadores tornam-se forte elemento para a organização dessa parcela da população a favor de terem atendidas suas necessidades. Dessa forma, em 1964, o governo militar, visando contemplar seus interesses financeiros, controlar a crise inflacionária e, ao mesmo tempo, se manter no poder, comedindo possíveis manifestações da população, responde à problemática com o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado pela Lei 4.380/1964. De acordo com Cardoso e Aragão (2013, p. 17):

O modelo de financiamento habitacional adotado no Brasil, a partir de 1966, baseou-se em dois instrumentos de captura de poupanças: o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), ambos submetidos à regulação pública no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. [...]. O FGTS foi administrado pelo Banco Nacional de Habitação até a sua extinção, em 1986, passando, a partir de então, a ter a sua gestão operacional efetuada pela Caixa Econômica Federal e a gestão administrativa efetuada pelo órgão responsável pela formulação e implementação da política habitacional em nível federal.

O SBPE tinha recursos captados de maneira voluntária e os destinava ao atendimento de famílias de classe média e classe média alta, administradas pelas empresas privadas. Já o FGTS utilizava as contribuições dos trabalhadores, em situação empregatícia formal, e administradas pelo poder público.

Encarregado de gerir o SFH, de acordo com Fernandes e Ribeiro (2011, p. 4), o BNH “nasce com funções regulatória e de controle, de fomento à formação de

poupança; de incentivo à indústria da construção civil; de garantir o funcionamento do mercado; e de apoio aos serviços complementares”.

As propostas de enfrentamento do déficit habitacional, desde esse período, já estavam vinculadas à produção de moradias e isso implica, dentre outros fatores, envolver as empresas de construção civil; estimular a participação do setor privado e a economia financeira.

Segundo Carrion (1990, p. 296), com a notória fragilidade do SFH, gerido pelo BNH, as poucas ações do Estado, além de insuficientes, eram precárias, autoritárias e voltadas ao interesse de mercado.

Durante a década de 70 houve redefinição daquilo que era oferecido à população de baixa renda, em termos de possibilidade de financiamento habitacional. A partir de 1964, predominara a prática da venda da casa própria: o interessado comprava o lote com a moradia, e essa era a modalidade básica de acesso à habitação, financiada dentro das normas vigentes. Com a crise do SFH e o agravamento da situação econômico-social, nos anos 80, essa solução mostrou-se muito cara, e o aumento da inadimplência, a dificuldade dos mutuários em quitar suas prestações, fez com que a atuação do Governo se direcionasse para programas do tipo mutirão, em que as prefeituras entram, por vezes, com os terrenos e a infraestrutura, e a população, com o seu trabalho.

Já a autora Maricato (2014, p. 4) chama a atenção para as características da reestruturação das cidades brasileiras, a partir dos anos 70, período do chamado milagre econômico, no qual a urbanização é marcada pela periferização das cidades de médio e grande portes. Crescem as favelas, os cortiços, e todas as formas de habitação precária, mas as políticas dos governos militares concentram a renda, mantêm baixos os salários, e negligenciam as necessidades sociais.

O fim do Estado provedor e a emergência da globalização neoliberal (entre as décadas de 1970 e 1980) tiveram um impacto profundo nas cidades, em especial nas cidades do capitalismo periférico que nunca viveram a “plenitude”, capitalista, dos direitos sociais. Ao lado do recuo das políticas sociais, aumento do desemprego, da pobreza e da violência, um novo ideário de planejamento urbano substituiu o urbanismo modernista, ambos importados do capitalismo central. Desregulamentação, flexibilização, privatização são conceitos que acompanharam a reestruturação das cidades buscando abrir novos espaços para os capitais, em especial os capitais imobiliários, de construção de infraestrutura e de serviços.

Entretanto, nesse mesmo período, a partir da década de 1970, os movimentos sociais ressurgem no Brasil. Os movimentos de moradia, sempre atuantes no contexto de lutas do País e apoiados pelas CEBs, retomam as lutas por

moradia digna, serviços básicos, regularização fundiária, saúde e saneamento. A autora Gohn (1991, p. 9) destaca que

O Brasil registrou a partir dos anos 70, como em vários países da América Latina, o surgimento ou ressurgimento de um grande número de movimentos sociais. [...] Os movimentos sociais na década de 70 eram lutas isoladas, por água, luz, transportes, creches.

Em 1986, na gestão do presidente José Sarney, o BNH é extinto, por meio do Decreto-Lei 2.291/1986, por incorporação da Caixa Econômica Federal (CEF), que passa a ser sucessora do BNH “em todos os seus direitos e obrigações” (DECRETO 2.291,1986, Art. 1º).

Segundo Fernandes e Ribeiro (2011, p. 5-6), uma das principais razões indicadas pelo governo para extinguir o BNH foi a falência do planejamento que controlava a inflação no Brasil e não teria sido suficiente para impedir a queda do Sistema. Ainda segundo os autores,

Durante todo esse período, aos agentes privados foram reservadas as funções de promoção, execução e comercialização de projetos de construção de habitações, na vertente SBPE, os recursos arrecadados pelos agentes financeiros, assim chamados de associações de poupança e empréstimo, eram direcionados ao financiamento de projetos habitacionais de iniciativa do setor privado, ou seja, as empreiteiras, construtoras e incorporadores propunham o empreendimento, cabendo-lhes a venda das unidades habitacionais aos consumidores finais. As atribuições do setor privado terminavam nesse ponto. A partir daí o adquirente tornava-se mutuário do Sistema, cabendo-lhe a responsabilidade de saldar o empréstimo do contrato junto a instituições financeiras.

Os recursos provenientes das contribuições do trabalhador ao FGTS e geridos pelo BNH eram direcionados à construção de Habitação de Interesse Social (HIS). Segundo Bonduki (1992), o recurso para habitação popular era administrado por empresas da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab), mas que pouco atendeu os trabalhadores com baixos salários. As obras eram executadas por construtoras, que excluía a participação dos moradores da gestão. De acordo com o manual de orientações para entidades sociais urbanas, publicado pela Prefeitura de São Paulo, os critérios destacados como requisitos mínimos para atendimento à população são:

Idade mínima de 21 anos e máximo de 60 anos; renda mínima do casal de 2 ou três salários-mínimos; ser casado ou arrimo de família; não possuir propriedade na área do Grande São Paulo; ter pelo o menos dois anos de trabalho ou residência na área do Grande São Paulo (SECRETARIA DE BEM-ESTAR SOCIAL,1973, p.103).

Nota-se que os trabalhadores que recebiam um salário-mínimo, ou seja, a maioria da população não atendia ao critério de renda do programa. Além disso, apresenta-se a compreensão de que somente as pessoas casadas têm direito de acessar o programa. Também excluía o acesso da população idosa à moradia, limitando a faixa etária até 60 anos, os demais não tinham direito a morar ou, na lógica capitalista, não atendem aos interesses do capital no trabalho, no sentido da produção em massa.

Basta observar que o acesso está condicionado ao tempo de trabalho na cidade, além disso, se a família tivesse moradia em outro estado, não seria problema, afinal, o importante é trabalhar para o desenvolvimento de “cidades modernas”.

Chama também a atenção no documento que, para o “caso do responsável ser arrimo de família, o comprovante deverá ser passado pela Delegacia de Polícia do bairro” (SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL, 1973, p.103). Prova cabal do controle ao trabalho e ao trabalhador.

Sem a participação do público interessado, os empreendimentos de habitação popular construídos nesse período tiveram avaliação negativa, conforme aponta Bonduki (2012, p. 66).

Do ponto de vista da arquitetura e urbanismo, os conjuntos habitacionais implantados com o financiamento do Banco Nacional da Habitação se tornaram uma referência tão negativa que se difundiu, tanto entre os especialistas como na opinião pública em geral, a ideia de que a experiência do BNH foi um absoluto desastre. [...] foram empreendimentos desarticulados de uma concepção urbanística mais consistente, soluções uniformizadas e padronizadas, em que a preocupação com os aspectos da habitabilidade e da qualidade arquitetônica ficou fortemente condicionada ao processo de produção comandado pelo setor da construção civil e aos limites dos custos.

De acordo com Kowarick (1993, p. 28), no pensamento elitista e autoritário brasileiro, “a política é considerada como algo especial e restrito aos poucos que sabem o que é desejável para todos”. Nessa linha de pensamento, a população não deve participar dos processos de decisão, já que não tem conhecimento para isso e, obviamente, “deve ser guiada por um minguido grupo de esclarecidos”.

A participação das Cohabs também se restringia à obra e às famílias beneficiárias, assim como, no caso das habitações construídas com recursos do SBPE, tornavam-se mutuárias do BNH.

Nessa lógica, só havia risco para o trabalhador, enquanto para as empresas não, nem no que tange à utilização dos recursos do SBPE nem nos do FGTS, já que, no primeiro caso, só era necessária a venda do imóvel e, no segundo, a sua atribuição nem chegava a ser a de intermediário. Porém, segundo Fernandes e Ribeiro (2011, p. 6), essa situação não se deu por acaso já que, impulsionar as atividades da indústria de construção civil, era uma das missões que o BNH deveria impulsionar.

Encarada como aquela com maior capacidade de criar empregos em curto prazo, sem exigências quanto à capacitação de seus empregados. A construção civil desde então é elevada à condição de grande empregador (independentemente do caráter frágil e temporário deste emprego) de uma enorme massa de trabalhadores, com pouca ou nenhuma qualificação. Este argumento aliás tem sido comumente lembrado sempre que se destinam benefícios fiscais e canalizam-se recursos financeiros a esta atividade econômica.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, período de forte crise no País, em especial, para a questão urbana, os movimentos de moradia organizaram-se para promover ocupações coletivas de terra em todo o território, realizadas por meio de acampamentos com centenas de famílias. As ocupações são uma forma de luta e, ao mesmo tempo, de acesso à terra, historicamente em disputa para atender aos interesses de mercado.

Como resposta às famílias engajadas nos movimentos sociais, ocorrem despejos e violência policial, com vistas a reprimir e criminalizar a atuação organizada.

Foi um período de intensa organização dos movimentos sociais contra a ditadura militar e, ao mesmo tempo, em busca de mudanças para uma sociedade mais democrática. Toro e Wernek (1996, p. 8) salientam que é importante compreender que toda ordem social é criada pelas pessoas, o que implica compreender que os males da sociedade também resultam dessa ordem social. Entretanto, se o Homem criou, por isso mesmo, pode modificá-la.

Não aceitar a responsabilidade pela realidade em que vivemos é, ao mesmo tempo, nos desobrigarmos da tarefa de transformá-la, colocando na mão do outro a possibilidade de agir. É não assumirmos o nosso destino, não nos sentirmos responsáveis por ele, porque não nos sentimos capazes de alterá-lo. A atitude decorrente dessas visões é sempre de fatalismo ou de subserviência, nunca uma atitude transformadora.

As ações dos movimentos sociais, nesse sentido, contribuem para modificar as regras e os comportamentos previstos pelo sistema político. Organizados,

possibilitam à sociedade civil a conquista de direitos que lhes são negados pelo Estado. Por meio de suas ações coletivas, promovem um processo de construção de uma nova ordem social.

As lutas organizadas na década de 1980, com a participação dos movimentos populares, foram diretamente decisivas para a conquista e elaboração da Constituição Federal de 1988, que reconhece, por meio das legislações, os direitos dos cidadãos.

O cenário de reconstrução democrática, pós-ditadura militar, possibilita o surgimento de um modo de atuação dos movimentos sociais que combina a luta direta com a negociação e atuação em espaços de participação.

A Constituição da República Federativa do Brasil resulta da preocupação com os direitos e também de emancipação e enfrentamento das ideologias do regime militar. Dentre os direitos previstos, a Constituição reconhece a moradia⁵ como direito social:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 6º)

Ainda que com diversas lutas, conquistas e aspirações de uma política urbana embasada nos direitos constitucionais, o período democrático, pós Constituição de 1988, apesar dos avanços legais e programáticos, não consegue reverter esse quadro das cidades brasileiras. De acordo com Rodrigues e Barbosa (2010, p. 24):

Também, a partir do final da década de 1980, houve a eleição de administrações municipais democráticas e populares em vários pontos do País. Este fator, somado às mudanças no papel dos municípios que, depois da Nova Constituição de 1988, passaram a ter maior importância na condução das políticas sociais e em especial, da habitação, trouxe para os movimentos nova frente de luta: estes passaram a atuar em parceria com o poder local. Essa mudança, longe de superar os conflitos, dá uma nova lógica às lutas sociais [...]. Além disso, passaram a atuar nos programas de produção habitacional, ao mesmo tempo em que mantiveram e aprofundaram a pressão sobre as prefeituras.

A Constituição também contribui para elucidar as competências de cada nível de governo e, assim, o compromisso acerca da questão habitacional é distribuído

⁵ A Constituição Federativa de 1988 reconhece o direito à moradia digna pela Emenda Constitucional nº 26/2000.

aos governos municipais, estaduais e federal, considerando que é função das três instâncias providenciar e promover programas que apresentem soluções de longo prazo para cobrir o déficit habitacional.

Após o BNH e com o momento de democratização, fruto da Constituição de 1988, já nos anos 90, o presidente, Fernando Collor de Mello, da mesma forma que os governos anteriores, chega com a proposta de “modernidade” e o discurso de que favoreceria as empresas privadas, em especial as de construção civil, que tinham condições favoráveis de atuação. Segundo Paz (1996, p. 28-29),

As mudanças neoliberais tomaram impulso na década de 90 acompanhando o processo internacional de reestruturação do capitalismo, globalização da economia e mundialização da cultura. Collor venceu Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989, com uma campanha emocional e apelativa. Apresentou-se à população pobre como o salvador dos "descamisados", prometendo levar o país ao Primeiro Mundo com as bandeiras neoliberais. Foram apenas 930 dias de mandato, sendo que as denúncias de corrupção, os desvios de recursos públicos, a utilização do aparelho estatal para fins privados e o tráfico de influências levaram-no ao *impeachment* em 1992.

Em sua curta gestão (1990-1992), Collor criou o Programa de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), em 1990; Programa de Habitação Popular (Prohap), em 1991; Programa Empresário Popular (PEP); e Cooperativa, em 1991, com recursos do FGTS, e as empresas privadas foram estimuladas a atuar com programas de interesse social, como um bom negócio. Segundo Fernandes e Ribeiro (2011, p. 8), no primeiro ano de gestão, 67% dos projetos financiados no âmbito do PAIH foram feitos por construtores privados.

A gestão posterior, em 1992, do presidente Itamar Franco, criou os programas Habitar-Brasil e Morar-Município, em 1994, porém, com efeito mínimo, na implementação dos programas.

Também nesse período houve grandes incentivos para as empresas privadas convidadas a participar das produções de HIS. Para chamar a atenção dos empresários, o governo oferecia acesso aos recursos do FGTS e, com isso, as empresas construíram um grande número de habitações. Entretanto, havia, por exemplo, imóveis disponíveis em regiões sem infraestrutura, mas nem os trabalhadores podiam acessá-los, devido ao alto valor, e tampouco eram interessantes para os que podiam pagar, devido à localização. Por esses motivos, o

governo cessou novas contratações de projetos habitacionais por meio dos recursos do FGTS.

Fernandes e Ribeiro (2011, p. 10) salientam que essas ações geraram sequelas para a população.

As sequelas desta época perduraram por alguns anos. De um lado, unidades habitacionais vazias e sem comprador, em um país onde o déficit habitacional é enorme: dar solução a esses ativos imobiliários demandou esforço e tempo. Por outro lado, a exaustão da capacidade de financiamento do FGTS imobilizou o poder público fazendo com que o déficit habitacional já crescente aumentasse ainda mais neste período. As empresas que atuavam com capital próprio continuaram a crescer, independente de recursos públicos.

De acordo com Shimbo (2010, p. 63), na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995 a 2002), é “quando se assume definitivamente a lógica privada na provisão na produção de habitação”.

Nesse período, foi criado o Programa de Subsídio à habitação (PSH), com o objetivo de construir habitação para as famílias com renda de até três salários-mínimos. Ocorre que o orçamento para executar tal objetivo era muito baixo e diversos municípios acabaram por utilizar o recurso para realizar melhorias externas em habitações precárias e em áreas periféricas, ou seja, melhoria da fachada. Os poucos municípios que conseguiram construir moradia, utilizaram recursos de contrapartida municipal, para os embriões⁶.

O programa é desenvolvido por meio de bancos, em especial, privados. Os bancos privados participam do leilão⁷ de cotas de subsídio habitacional, e o que oferece as menores taxas de administração das cotas levadas a leilão, é o ganhador do lote. A partir daí o banco negocia com as prefeituras, ou os governos estaduais, para levar determinado número de cotas de melhorias habitacionais. É o banco que dita as regras, contrata construtoras, etc. Se o poder público municipal propõe alterações no formato de como o programa vai acontecer no município, o banco pode retirar as cotas desse município e levar para outro que aceite o formato que lhe convém.

⁶ Termo técnico que define o projeto do primeiro pavimento de uma casa com previsão de expansão futura.

⁷ Baseado na Portaria Conjunta 2, de 7 de outubro de 2003

Eram favorecidas com esse programa as construtoras que, por sua vez, lucravam em cima das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI)⁸. Contratavam mão de obra temporária e, na maioria das vezes, informal; montavam ampla frente de trabalho para realizar apenas melhorias externas, pois argumentavam que se entrassem nas casas das famílias para empreender melhorias internas, descobririam outros problemas, como, por exemplo, vazamentos e infiltrações, fora do orçamento previsto.

Na lógica desse programa, não cabia a participação dos moradores e tampouco atender à real situação das famílias que, dentro de suas moradias, viviam em situações de insalubridade, com infiltração de água e sem acabamento interno, enquanto que, na parte externa, tudo parecia estar bem. As experiências positivas existem, porém, em tão baixa proporção que não possibilita mudanças.

Nessa gestão também surgiu o programa Carta de Crédito, com o discurso de oferecer financiamento direto à população de baixa renda, porém,

O Programa Carta de Crédito, apesar de procurar atender, originalmente, faixas de renda mais baixas, acabou sendo o principal instrumento de financiamento para os setores de renda média, entre os anos 1990 até o presente momento (SHIMBO, 2010, p.71).

Evidentemente, essas formas excludentes de execução dos programas habitacionais, não passaram despercebidas. Apesar das tentativas dos governos em responder às pressões populares com discursos populistas para evitar conflitos, manter-se no poder e fornecer respostas fragmentadas por meio dos programas habitacionais, os movimentos de moradia estavam se articulando em diversos espaços, como fóruns, seminários, etc.

Soma-se, aos movimentos de moradia, a criação, nos anos 90, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, importante espaço de articulação política de pautas e lutas, que representou um espaço de encontro entre lideranças, profissionais, pesquisadores e professores. Segundo Ferreira (2012, p. 5),

⁸ O BDI não é apenas o lucro, mas inclui as despesas indiretas (garantias, seguros, despesas financeiras, administração central e local, manutenção do canteiro de obras, lucro e bonificação, impostos e taxas).

Ainda na mesma década, o processo de elaboração da Constituição Democrática de 1988, que previa a possibilidade – conquistada pelos movimentos sociais – de apresentação de emendas populares, provocou a articulação de entidades e organizações para discutir uma proposta de Emenda Popular de Reforma Urbana, que acabou por resultar na organização do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), posteriormente denominado Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). Desde então, o FNRU mantém-se reunindo regularmente, pautando junto aos governos uma plataforma que tem como princípios a função social da propriedade e da cidade, a política urbana redistributiva e a gestão democrática e participativa das cidades.

Rodrigues e Barbosa (2010, p. 24) afirmam que, em 1993, houve grande articulação dos quatro movimentos nacionais de luta por moradia: CMP, Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), UNMP, e a eles atribuem-se, também, as propostas de projeto de iniciativa popular.

Foram elas que, de forma conjunta, apresentaram o primeiro Projeto de Iniciativa Popular do País dispendo sobre a criação do Fundo e Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social, com mais de um milhão de assinaturas, aprovada em 2005 pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em 2006. Tal proposta teve tanto impacto que, hoje, diversos países da América Latina possuem iniciativa de mesma natureza.

A ideia de criar o FNHIS objetiva implementar a proposta de uma PNH de interesse social. De acordo com Paz (1996, p. 5), esse processo de enfrentamento à problemática habitacional:

Mobilizou amplas parcelas da população, desencadeando um debate e negociação sobre os diversos interesses e alternativas referentes a uma política habitacional para o país com outros setores da sociedade, como os representantes de empresários da construção civil, as Companhias de Habitação - Cohabs, a Caixa Econômica Federal - CEF, e também com os órgãos governamentais.

Os representantes dos movimentos participaram da elaboração de propostas para políticas públicas, inclusive do Estatuto das Cidades, em 2001, que regulamenta o capítulo constitucional da política urbana, ao definir a função social da cidade e da propriedade, reconhecendo a prevalência do interesse coletivo sobre o individual e estabelecendo parâmetros para a intervenção do poder público no espaço.

Mais do que seus instrumentos, foram os três princípios do Estatuto da Cidade - cumprimento da função social da cidade e da propriedade; justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização; e a gestão democrática da cidade - que levaram a mensagem que mobiliza os movimentos na defesa e na pressão sobre o poder público municipal para sua implementação (RODRIGUES; BARBOSA, 2010, p. 25).

Também a partir de 2001, são criados espaços institucionalizados para a participação social na gestão das políticas, como o Conselho das Cidades e o processo de conferências, reconhecendo a atuação dos movimentos sociais urbanos nos espaços institucionais nas diversas esferas públicas.

A partir de 2001, estabeleceu-se uma articulação mais estável entre essas entidades, o que tem garantido seu protagonismo nas principais agendas da Reforma Urbana no País. Essa articulação também se manifesta nas Conferências Nacionais das Cidades, realizadas a cada dois anos a partir de 2003. Por meio da elaboração de uma estratégia e uma pauta conjunta, as entidades nacionais de luta por moradia têm conseguido eleger os conselheiros que representam o segmento dos movimentos populares no Conselho Nacional das Cidades (RODRIGUES; BARBOSA, 2010. p. 24).

A partir de 2003, com o início do governo Lula, inicia-se um novo momento político no Brasil. No âmbito da política urbana, é criado o Ministério das Cidades, reivindicação dos movimentos sociais e do Fórum Nacional de Reforma Urbana. A autora Fernandes (2009, p. 15) ressalta que, apesar dos avanços, há

A limitação do Ministério das Cidades frente à gestão dos recursos para a habitação, pois as operações financeiras de recursos do FGTS e na atualidade do expressivo Programa “Minha casa, Minha Vida” são centralizadas na Caixa Econômica Federal, por sua vez subordinada ao Ministério da Fazenda. Assim, tem-se que o poder de decisão quanto aos financiamentos e gestão de projetos fica na prática a critério da Caixa.

Os marcos legais e institucionais aprofundam-se com a aprovação da Política Nacional e do Sistema Nacional de Habitação. Nessa trajetória, é importante salientar o saber da experiência cotidiana, pois tendo vivenciado a realidade e considerando o estudo histórico da questão urbana brasileira, tanto os movimentos como os profissionais, que apoiam e participam da luta pela Reforma Urbana, puderam contribuir de uma maneira mais concreta e participativa. Segundo Maricato (2014, p. 34),

Havia muito conhecimento acumulado pelos movimentos sociais organizados em torno da temática Reforma Urbana em decorrência de debates e ações disseminadas pelo Brasil desde meados dos anos de 1970, quando o Movimento Contra a Carestia iniciou processos de lutas urbanas que demandavam melhores condições de vida e desafiavam a ditadura.

Ao mencionar as experiências transformadas em conhecimentos acumulados por profissionais, pesquisadores e pelos movimentos sociais, Maricato (2014) indica que é necessária, também, a participação de lideranças para conduzir as mobilizações; participar de esferas públicas; negociar com o Estado; relacionar-se

com partidos e parlamentares; articular-se com outros movimentos e, ao mesmo tempo, dar direção política, contruindo propostas, alianças e legitimidades.

Maricato (2014, p. 35) destaca, ainda, que “o caminho que levou à criação do Ministério das Cidades teve pavimentação consolidada por muitos e sucessivos passos dados por um número cada vez maior de lideranças sociais, profissionais e técnicas de diversas origens”.

A partir de 2004, a PNH passa por novo processo e a contar com um conjunto de instrumentos, como o Sistema Nacional de Habitação; o Desenvolvimento Institucional; o Sistema de Informação e Avaliação e Monitoramento da Habitação; e o Plano Nacional de Habitação (Planhab).

O significado de habitação que norteia a PNH tem como diretriz a garantia de moradia digna que contemple a população em todos os aspectos para além da casa, ou seja, na inserção urbana; em um espaço servido de infraestrutura com qualidade, serviços e equipamentos públicos.

Não se pretende aqui aprofundar a discussão de todos os instrumentos, mas destacar que uma das etapas mais importantes para a consolidação da PNH é o Planhab, iniciado apenas em agosto de 2007, com o objetivo de fornecer diretrizes ao planejamento das ações privadas e públicas, com a finalidade de direcionar os recursos para melhor atender às demandas habitacionais.

De acordo com Fernandes (2009, p. 17),

um dos aspectos centrais desse plano é o processo participativo, o que pode ser verificado pela realização de seminários regionais, reuniões técnicas, oficinas e consultas aos conselhos de participação e controle social da área habitacional.

Desde a gestão do governo Lula até o atual, de Dilma Rousseff (2011- atual), o Ministério das Cidades é o gestor dos programas habitacionais, com recursos oriundos de diversas fontes, como o FGTS, o Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR, vinculado ao FGTS) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). A CEF continua sendo o agente financeiro que opera o sistema.

A pressão dos movimentos de moradia, por meio de protestos nas ruas, discussões em fóruns, articulações políticas, envio de carta aberta, abaixo assinado da população aos agentes públicos, etc., contribuiu para a proposição do programa

Crédito Solidário com recursos do FDS, criado na gestão Itamar Franco, em 1993, mas que estava inoperante.

Atendendo à reivindicação dos movimentos sociais, em 2004 é criado o Programa Crédito Solidário, voltado ao atendimento de necessidades habitacionais da população de baixa renda organizadas em cooperativas e/ou associações, visando à produção e aquisição de novas habitações ou a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário. [...]. O programa representou uma grande conquista dos movimentos de moradia, que passou a contar com recursos federais para apoiar as ações de provisão habitacional baseadas na autogestão (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 30).

Ainda nessa gestão, foi lançado o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, com o objetivo de atender à população de baixa renda e promover o crescimento econômico. Em 2009, foi criado o programa MCMV, por meio da Lei 11.977, de 7 de julho de 2009. Em 2011, o programa MCMV 2, já na gestão de Dilma Rousseff, foi aprovado por meio da Lei 12.424, de 16 de junho de 2011.

O programa MCMV trouxe como avanço a possibilidade de regularização fundiária, visto que a legislação do programa é o primeiro marco jurídico em âmbito nacional a dispor sobre a regularização fundiária em áreas urbanas de forma mais ampla.

Com o programa, foram criados novos instrumentos e procedimentos. Na legislação, definem-se as competências e responsabilidades para potencializar os processos de regularização, principalmente de HIS. Compreende-se como avanço, considerando que é a materialização do resultado de luta histórica dentro de cidades que cresceram tão irregularmente.

O programa MCMV também visa a criar condições de ampliar o mercado habitacional e atender às famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00, valor que no período se igualava a até dez salários-mínimos e tinha como meta construir 1 milhão de moradia no curto prazo.

Segundo Cardoso e Aragão (2013, p. 36), o valor estipulado para atender a essa meta é de R\$ 34 bilhões e, desse montante, 75% oriundo do Orçamento Geral da União e 22%, aproximadamente, do FGTS. Para complementar a infraestrutura urbana, prevê-se R\$ 1 milhão, com administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para famílias com renda de até 3 salários-mínimos, a meta era construir 400 mil unidades, através do Fundo de Arrendamento Residencial, do PMCMV Entidades, do Programa Nacional de Habitação Rural e do PMCMV para municípios com população de até 50 mil habitantes. Para famílias com renda de 3 a 6 salários-mínimos, a meta também era construir 400 mil unidades, por intermédio do Programa Nacional de Habitação Urbano – PNHU e do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR/Grupos 2 e 3. Já para as famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos, o objetivo era construir 200 mil unidades, com financiamento do FGTS, e eram concedidos, também, benefícios indiretos representados pela redução dos custos de seguro e acesso ao Fundo Garantidor de Habitação.

Ainda segundo os autores, ao estabelecer um patamar de subsídio direto em conformidade com a renda das famílias, fica claro que o programa busca incidir e impactar na economia, com a mesma lógica dos programas anteriores, nos quais as indústrias de construção civil contratam a mão de obra, gerando emprego (formal ou não) e produzem habitação ao mesmo tempo.

Com as possibilidades geradas pelos programas criados, o setor privado é atraído para a produção de moradias. Além do envolvimento de grandes empresas, o programa estimula o aumento do preço de terras e a especulação imobiliária.

O programa gera a produção de moradias em massa, sem a preocupação de localização e infraestrutura. As casas são construídas de forma padronizada; no processo, não é considerada a realidade dos grupos de famílias; e, principalmente, não é prevista a participação da população

Os movimentos de moradia que não compartilham da lógica desses programas lutaram para que, no programa MCMV, constasse uma alternativa em que as famílias participantes dos movimentos pudessem produzir habitações sociais de forma diferente daquela executada pelas construtoras. Assim foi criada a modalidade MCMV-E.

A conquista dos marcos legais, que defendem o direito à moradia digna, cidades justas e igualitárias, resulta da luta permanente de movimentos e setores comprometidos da sociedade civil.

O reconhecimento do direito à cidade, contemplado na Constituição, é um avanço, já que parte da concepção que envolve o direito ao trabalho, à educação, saúde, habitação, ao lazer, à criação, cultura e outros fatores voltados à necessidade do ser humano. O autor Lefebvre (2001, p.105) salienta que o ser humano tem necessidade de acumular, gastar e desperdiçar energias, “tem a

necessidade de ver, ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções num mundo” (p. 105).

A construção de cidades é fruto da ação humana e, portanto, passível de mudanças; é produto de trabalho coletivo. Nesse sentido, a luta dos movimentos de moradia pela Reforma Urbana busca viabilizar também o direito à cidade que, de acordo com o autor Harvey (2012, p. 74),

É o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

Compreendendo que a mudança é possível, desde a década de 1980 até os dias atuais os movimentos de moradia, atores históricos, têm como uma de suas bandeiras de luta a autogestão na produção habitacional.

1.3 Autogestão: um modo cidadão de construir cidades

Diante das dificuldades geradas pela questão urbana no Brasil e a falta de respostas para essa problemática por parte do poder público, a autogestão na produção habitacional, compreendida aqui como resultado de longo processo histórico, é uma das principais bandeiras dos movimentos de moradia e traz à tona uma realidade em que faltam não apenas moradias para a população de baixa renda, mas revela a intencionalidade no atendimento aos interesses de empresas privadas na produção de habitação.

Com a ideia de produção social da moradia por meio da autogestão, desde a década de 1980, os movimentos de moradia lutam por uma PNH incorporada à política urbana, que se contrapõe à lógica de segregação nas cidades. Para que isso ocorra, os movimentos também reivindicam o acesso aos fundos públicos e à autogestão de programas habitacionais.

Compreendendo o fato de que as formas que o Estado tem de garantir os direitos da população são autoritárias e insuficientes, os movimentos opõem-se a elas, estimulando e influenciando a sociedade civil a buscar alternativas que

impliquem realizar a gestão do espaço social, a autogestão das cidades e dos territórios.

Também buscam romper com a ideia de cidadania que coloca as pessoas em uma situação de consumidoras, contribuintes, relacionadas ao voto, ou estimuladas a reivindicar ganhos individuais. A partir da necessidade de buscar novas alternativas e visando contribuir para um processo de participação efetiva, os movimentos de moradia articularam-se com cooperativas uruguaias, com vistas à troca de experiências.

No Uruguai, desde 1968, existem cooperativas que se constituíram como possibilidade diferenciada na produção habitacional. Essas cooperativas habitacionais caracterizam-se por meio da população organizada em associações. População que, mediante a necessidade de acesso à moradia digna, se organiza com o objetivo de satisfazer essa necessidade de forma coletiva, participativa, com qualidade e baixo custo.

De acordo com Rubén Darío Lucas Navarrete (2008, p. 87), as formas de cooperativas do Uruguai estão agrupadas e organizadas por meio da Federación Unificadora de Viviendas por ayuda Mútua (Fucvam), que teve papel fundamental perante as permanentes ameaças às organizações sociais, em especial às iniciativas autogestionárias, durante a ditadura militar e os governos posteriores, e a Federação de Cooperativas de Vivendas (Fecovi), que estava articulada à Fucvam, com o objetivo de preservar os interesses dos seus associados. Observa-se, nesse processo das experiências habitacionais uruguaias, a atuação de assessorias técnicas.

Configurando institucionalmente a criação de equipes técnicas multidisciplinares que dão apoio e subsídio nos diferentes campos da gestão das cooperativas, configurando estruturas que assessoram juridicamente, no campo da educação e cultura participativa, nos aspectos financeiros, econômico, social e em todos aqueles aspectos técnicos construtivos que envolvem o projeto, a administração e o acompanhamento das obras de construção das unidades habitacionais (NAVARRETE, 2008, p. 88).

A década de 1980, no Brasil, foi o período de redemocratização e contexto de ressurgimento dos movimentos sociais. Os movimentos de moradia, espelhados nas experiências positivas de construções habitacionais por meio de mutirão e autogestão, trouxeram essa ideia para o País. De acordo com Mineiro e Rodrigues (2012, p. 22),

As primeiras experiências tiveram caráter pontual, efetivadas por organizações populares apoiadas por profissionais da área, ONGs, pastorais da igreja católica, mecanismos de cooperação ou governos locais, ainda como “projetos-piloto”. Foi a partir de 1989, com os primeiros programas habitacionais autogestionários em alguns municípios, como São Paulo, Diadema, Santo André, em São Paulo, Ipatinga, em Minas Gerais, entre outros, que a proposta passa a fazer parte do rol de políticas públicas para habitação. Depois desses, outros programas foram criados em prefeituras e governos estaduais, com diferentes características e níveis de participação. O governo federal financiou poucos projetos, sempre em resposta à pressão de movimentos populares que, apesar de bem-sucedidos, não tiveram continuidade até 2002.

Ainda de acordo com Mineiro e Rodrigues, a proposta dos programas habitacionais autogestionários, financiados diretamente pelo governo federal, consta das pautas de luta dos movimentos sociais desde 1988, quando ocorreu a primeira Caravana de Moradia à Brasília. Em 1988, com a consolidação do processo democrático, foi possível realizar experiências autogestionárias, no País, com a participação dos movimentos de moradia. Ferreira (2012, p. 120) utilizando como exemplo a cidade de São Paulo, salienta que

O governo de Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores) vai ser protagonista de uma destas experiências emblemáticas, o Funaps – Comunitário (ou Funacom), que viabilizou 93 convênios com grupos organizados de famílias em associações comunitárias, envolvendo 12.000 unidades habitacionais construídas por mutirão e autogestão. Este programa ampliou e potencializou a organização autogestionária dos movimentos em São Paulo.

Também é pauta das propostas dos movimentos de moradia a construção de moradias por meio de mutirão⁹. De acordo com Arantes (2002, p. 219):

O mutirão autogerido é um lugar diferenciado dentro da produção capitalista do espaço. Esse pequeno e minoritário momento na construção da cidade é um vislumbre do que poderia (poderá?) ser uma outra forma de produção. O canteiro autônomo, ao mesmo tempo que indica o vir a ser, ilumina as contradições das relações sociais capitalistas, cuja violência e alienação impostas ao trabalho passam a ser questionadas por outra prática.

Para atuar por meio de “outra prática”, os movimentos de moradia também buscam romper com a ideia de favorecer grandes empresas com os programas

⁹ Mutirão é aqui compreendido no conceito de sistema de ajuda mútua. Uma possibilidade de acessar a moradia, baseada na organização e no esforço de um grupo na construção de sua própria moradia. Ao participar desse processo, o grupo é conhecido pelo nome de “mutirantes”. Adotamos a concepção de Sergio Ferro, que ressalta que essa forma de autoconstrução por ser coletiva já se diferencia da autoconstrução individual dominante, ou seja, se diferencia daquela em que o trabalhador, mediante a forma de trabalho que lhe é imposta “nega a universalidade atingida, parte do trabalhador coletivo atuando com os meios de produção em massa, nega a solidariedade orgânica e coletiva, fruto do trabalho comum e retoma o princípio da propriedade que lhe é negada enquanto assalariado” (FERRO, 2006, p. 66).

habitacionais, como historicamente as propostas do Estado vêm estimulando. Para tal, organiza-se com profissionais parceiros dos movimentos, como é o caso das assessorias técnicas, compostas por profissionais e acadêmicos que compartilham da luta dos movimentos sociais, e se diferenciam das grandes empresas, considerando que o objetivo principal desses profissionais não é o lucro financeiro.

O trabalhador não é um sujeito passivo, que irá receber conhecimento de um ser “esclarecido”, ao contrário, participa do processo de construção do conhecimento e também é o protagonista desse saber, na medida em que a realidade o provoca a produzir soluções para as problemáticas colocadas no cotidiano do exercício de seu trabalho. Nesse sentido, as assessorias que atuam com os movimentos não objetivam definir ideias padronizadas e tutelar a participação das famílias presentes nos movimentos de moradia.

Compreendendo a complexidade da questão urbana, é significativo o papel dos profissionais na atuação com os movimentos já que “é uma minoria que tem o pé na realidade e tem propostas concretas para a solução de problemas. Abundam profissionais que vendem ideologia sob a forma de resultados práticos” (MARICATO, 2014, p. 3).

As assessorias técnicas, criadas, em sua maioria na década de 1990, frutos da luta dos movimentos sociais e profissionais, também vieram em contraponto aos programas que atuam por meio de grandes empresas.

A proposta dos movimentos em relação à assessoria técnica é também espelhada nas experiências uruguaias. Para atuar com os movimentos de moradia, os profissionais precisam identificar-se com a luta e objetivos destes atores.

Nesse sentido, as assessorias, assim como os movimentos não atuam como empresas que objetivam obter lucros exorbitantes, que estimulam o capital. Porém necessitam de recursos para manter o corpo técnico funcionando e garantir a sua sobrevivência.

Evidentemente, a lógica de mercado encontra formas de criminalizar as assessorias técnicas que atuam com os movimentos; cria mecanismos que as colocam em uma situação precária de trabalho onde os profissionais, sem condições de mantê-la em funcionamento, deixam de atuar nesse campo, ou incorporam exigências colocadas pelos programas. Dessa forma, fragmenta-se cada vez mais a

relação de parceria entre as assessorias e os movimentos, ao mesmo tempo em que as ideias de mercado são colocadas e estimulam uma relação de contratado e contratante.

Ainda assim, o processo de autogestão na produção habitacional, abre caminhos de pensar também essa relação das assessorias e dos movimentos. É por meio desse processo que se cria a possibilidade para a população de desconstruir a ideia de “patrão e empregado”; de acompanhar coletivamente os processos; de estimular as decisões coletivas e de organização da vida. Para Evaniza Rodrigues (2014, p. 4), ao observar a autogestão nos processos de produção habitacional, a partir do movimento UMM-SP, no qual é militante, esses processos,

São processos em que a própria comunidade gerencia a produção da solução relacionada à sua habitação, dentro da política pública de habitação e contam com financiamento e/ou subsídio estatal. Tem o controle sobre todas as etapas para produzir a moradia, desde a definição do terreno, projeto, a assessoria técnica que os acompanhará, forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária.

A autogestão está conectada aos princípios de democracia, cidadania, autonomia, igualdade e justiça social, aspectos políticos que envolvem as relações sociais na sociedade. Entende-se que a autonomia é o alicerce para o exercício de um comportamento democrático.

CAPÍTULO II

UMM-SP E AMBIENTE ARQUITETURA: TRAJETÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA HABITACIONAL

A gente quer viver pleno direito. A gente quer viver todo respeito. A gente quer viver uma nação. A gente quer é ser um cidadão (Gonzaguinha, 1988).

2.1 Trajetória da UMM-SP e a contribuição das assessorias técnicas

Na cidade de São Paulo/SP e em algumas cidades do interior do estado de São Paulo, os mutirões habitacionais foram conquistados pelos movimentos organizados, já que têm atuante participação nessa organização e propostas para as políticas públicas.

A multiplicação dos projetos de mutirão, em toda a cidade, na década de 1990, resulta de lutas ocorridas desde os anos 80 e iniciadas na zona sul de São Paulo/SP. Os encontros de ajuda mútua e autogestão, realizados em 1984 e 1985, pelos movimentos daquela região e também com a participação de representantes de cooperativas habitacionais do Uruguai, foram circunstâncias nas quais se desenhou a modalidade de autogestão.

Os movimentos de moradia apresentam longa trajetória de lutas, configurando-se numa diversidade de atores e modos de organização: movimentos de favela, loteamentos, cortiços, ocupações no centro, dos sem-teto, etc. Em âmbito nacional, destacam-se seis movimentos¹⁰ urbanos populares: CMP, Conam, MNLM, UNMP, MTST e, mais atualmente, o Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB).

Para contribuir com a reflexão da pesquisa, trabalhamos com um dos movimentos de moradia mais antigos e com intensa atuação na cidade de São Paulo/SP: a UMM-SP.

¹⁰ A CMP foi fundada em outubro de 1993; o MTST, em 1997; o MNLM foi criado em julho de 1990; a UNMP foi fundada em 1989; e, o MLB, fundado em 1999.

Fundada em 1987, com o objetivo de lutar pelo direito à moradia, por Reforma Urbana e autogestão, é uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos e está organizada por regiões: norte, sul, leste, oeste e região central¹¹. Com isso, contribui com a organização, articulação e fortalecimento dos movimentos de moradia no estado de São Paulo.

O movimento sempre defendeu o direito à moradia, à cidade e à participação popular nas políticas públicas, por meio da proposta autogestionária, e desde sua fundação mobiliza grupos e estimula o surgimento de novas lideranças pelo País. No âmbito nacional, as articulações da UMM-SP estendem-se também à UNMP e CMP, com apoio logístico e construindo uma articulação que hoje atinge 23 estados brasileiros.

A UMM-SP contribuiu para a criação da UNMP, que se consolidou, em 1989, após a articulação dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais no processo de coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Lei 11.124/2005)¹². Desde então, os representantes da UMM-SP organizam-se dentro do Estado; participam, por meio de seus representantes, na coordenação nacional do movimento, e das articulações interestaduais, em especial, nos Encontros Nacionais realizados a cada dois anos (Fotos 1 a 4).

Fotos 1 a 4 – Encontro nacional com participação da UMM-SP (2014)

¹¹ Em regiões mais extensas, como a leste, foi dividida em duas: leste 01 e leste 02.

¹² Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura ¹³

A UMM-SP é filiada, a entidades internacionais, como a Habitat Internacional Coalition (HIC)¹⁴, e um dos movimentos fundadores da Secretaria Latino-Americana de la Vivienda Popular.

Além de atuar na produção de moradias populares com participação das famílias de diversas regiões da cidade, a UMM-SP também está presente nos espaços de participação e controle sociais institucionalizados, como, por exemplo, o Conselho Nacional das Cidades, Conferências das Cidades, o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo, etc., além do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Internamente, a UMM-SP funciona em uma sede alugada, localizada no bairro da Liberdade, em São Paulo/SP, onde há reuniões semanais com os representantes dos movimentos regionais filiados. Além disso, realiza encontros estaduais a cada dois anos, ocasiões em que ocorrem atividades como, por exemplo, a eleição de

¹³ Todas as fotografias apresentadas no corpo da pesquisa foram cedidas pela Ambiente Arquitetura.

¹⁴ A Habitat Internacional Coalition América latina (HIC-AL) reúne mais de cem organizações, de 19 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, com o objetivo de criar alianças com membros que realizam articulações, que tenham capacidade propositiva, além de fortalecer as iniciativas populares que promovam a defesa do direito à terra, habitação e cidade, em especial aos que trabalham na produção e gestão coletiva de moradia e, principalmente, incidir nas políticas públicas de habitação.

representantes da coordenação executiva; avaliação das atividades realizadas; elaboração de novas propostas de atuação e organização do movimento, etc.

Nos espaços dos encontros, o movimento articula discussões relacionadas com a questão urbana no País e conta com o apoio das famílias do movimento, das coordenações das associações, dos profissionais do movimento e profissionais acadêmicos também parceiros do movimento que muito tem a contribuir no estímulo ao pensamento crítico acerca da política urbana.

A UMM-SP, na luta pela moradia, tem sua forma de atuação direcionada à construção por meio de mutirão autogerido, pela possibilidade de incidir nos modos de produção e no processo como um todo. De acordo com Arantes (2002, p. 172),

No caso dos mutirões geridos pelos movimentos sociais, apesar de um conflito permanente com o Estado, existe um esboço de controle popular sobre todo o processo de produção. É o movimento que, ao fazer ocupações, indica os terrenos; escolhe a “demanda” de cada projeto em função de critérios claramente estabelecidos, impedindo a prática fisiológica; decide como serão as casas e a organização do trabalho no canteiro; contrata trabalhadores; escolhe fornecedores; forma comissões de compra; escala coordenadores; faz assembleias; aprende a negociar com o governo e empresas. Isso não quer dizer que seja imune às contradições da formação social brasileira e, por isso, é grande o risco de sucumbir a formas tradicionais de autoritarismo e clientelismo. Para distinguir o mutirão a que me refiro dos mutirões oficiais e tutelados, utilizarei a designação “mutirão autogerido”.

Nesse sentido, a proposta do movimento é realizar atividades que não se igualem às ações de tutela e controle do Estado.

É interessante para o movimento contar com o apoio de profissionais que atuem com práticas inovadoras e diferentes daquelas que expropriam o trabalho. Uma das características da UMM-SP é o estímulo à integração dos profissionais das assessorias que trabalham com o movimento.

É exemplo o seminário de formação política organizado na década de 1990, pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)¹⁵, com representantes da UMM-SP.

A Fase-SP é uma dessas instituições que realizou de forma mais sistemática um programa específico voltado para movimentos de moradia e

¹⁵ Organização Não Governamental (ONG) fundada em 1961, que atua com educação popular (PAZ, 1996).

para a UMM-SP. Iniciou esse trabalho em meados de 1985, na região sul da cidade, nos mutirões localizados em Campo Limpo e no bairro Grajaú. Sua visão de formação é processual, ou seja, ênfase na construção de um saber a partir da experiência de organização e reivindicação, combinando o acompanhamento da prática diária da organização do movimento social com momentos de reflexão (em seminários, encontros e cursos). Vale dizer, contudo, que há um certo ressentimento entre os participantes da UMM-SP pelo fato desse trabalho ter sido praticamente interrompido pela crise financeira da Fase, a partir de 1993, com a redução de seus quadros técnicos e dos recursos financeiros. Com isto, a carência de assessorias formativas tem sido uma constante nas diversas regiões e na própria coordenação da UMM-SP (PAZ, 1996, p. 86).

Esses processos de seminários não ocorrem apenas para projetos específicos, mas envolvem todos os participantes da UMM-SP (Fotos 5 a 10).

Fotos 5 a 10 – Seminário de Formação Fase e Ambiente (1997)



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

A UMM-SP também viabiliza recursos por meio de projetos que possibilitem a elaboração de materiais e cursos para capacitar lideranças em âmbito nacional e, nesse processo, conta com o apoio de assessorias técnicas parceiras.

Uma parceria mais recente e em andamento é o do projeto de capacitação de lideranças desenvolvido pela UMM-SP, UNMP e apoio da assessoria técnica Ambiente Arquitetura, com recursos da Fundação Ford.

É uma proposta de fortalecer e difundir a ideia de autogestão na produção de moradia por meio de cursos e seminários em cinco regiões brasileiras. O objetivo é:

Sensibilizar e capacitar lideranças de base dos movimentos que atuam na produção habitacional autogestionária, difundir conceitos e compartilhar ferramentas e experiências entre os participantes.

Entendemos a autogestão como uma proposta política de fortalecimento das lutas populares e de organização. Além de construir moradias de melhor qualidade, queremos construir comunidades ativas e mobilizadas. Também queremos qualificar nossa atuação e fazer propostas para a melhoria do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, do governo federal, no sentido de reconhecer a trajetória, os princípios e a prática dos movimentos populares organizados (UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA, 2014).

Os cursos realizados pela UMM-SP possibilitam aos envolvidos debater temas que envolvem a autogestão, políticas públicas (Fotos 11 a 14) e também vem discutindo o tema da propriedade coletiva. É um processo fundamental, considerando que no espaço da UMM-SP há movimentos mais antigos, que atuam na luta pela Reforma Urbana desde o início da fundação da UMM-SP, e há aqueles que estão chegando e muitas vezes buscam se fortalecer e fortalecer a UMM-SP em estreita parceria.

Fotos 11 a 14 – Oficina de trabalho social no Seminário de Autogestão da UMM-SP (2014)



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Por meio do debate do direito à Reforma Urbana, autogestão nos processos de produção, direito à moradia, direito à cidade e cidadania, a UMM-SP estimula o

envolvimento das famílias nas discussões dos demais direitos como, por exemplo, de idosos, ao transporte, da juventude, e também compõe o Movimento das Mulheres da Moradia da UMM, que atua nas questões de gênero, saúde, educação, dentre outros (Fotos 15 a 20). Há cursos e debates acerca da temática do Dia do Trabalho, Dia da Consciência Negra, Dia das Mulheres etc., acompanhados de festas, compreendidos também, como momentos de compartilhar saberes.

O sentido da luta pela moradia para trabalhadores (as) está no direito pelo seu lugar na cidade e no mundo; na atuação de sujeitos históricos que lutam pela transformação do espaço urbano.

Fotos 15 a 20 - Seminários e atos das mulheres da UMM-SP (2015)



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Uma das propostas de organização da UMM-SP, reproduzida pelos movimentos filiados, são os espaços de assembleias gerais com as famílias como maior órgão de discussões e decisões coletivas.

Os movimentos que se filiam à UMM-SP, em sua maioria, objetivam trabalhar na mesma dinâmica de organização da UMM. Ao chegar à associação, as famílias são orientadas acerca do funcionamento das atividades e convidadas a comparecer em datas específicas quando, dentro de cada movimento, são apresentados o histórico, os objetivos, as dificuldades, pautas de lutas e conquistas.

A proposta é que as famílias interessadas em participar inscrevam-se nos grupos de base, que realizam reuniões mensais ou quinzenais, dependendo da organização dos movimentos, para proporcionar a formação política. Há, dentro da UMM, movimentos que conseguem realizar essas atividades e há outros que encontram dificuldades, considerando a realidade de cada grupo.

A formação política é no sentido de organização da sociedade como um todo; estimular o pensamento crítico, para que as ações, pautas de lutas, mobilizações e para que a participação nas ações coletivas seja consciente. Também no estímulo à compreensão da realidade, a partir de experiências concretas.

Em paralelo, os representantes da UMM-SP articulam-se com o poder público para atendimento das famílias em programas de HIS.

Considera-se fundamental que tais articulações contribuam para os objetivos dos movimentos, ao possibilitar moradia digna para os que dela necessitam. As condições mais comuns de moradia popular englobam o aluguel em unidades individuais, casas ou cômodos de fundo de quintal, imóvel cedido, casas improvisadas com madeira, ocupações irregulares, dentre outras modalidades.

Influenciadas pela cultura de criminalização dos movimentos sociais, muitas pessoas demonstram certa desconfiança, medo ou vem com ideia equivocada desses espaços. Um dos sujeitos da pesquisa, José de Jesus, mais conhecido como Zequinha, apresenta em seu depoimento um exemplo dessa situação:

Depois de tanta insistência de uma amiga minha, ela me convenceu, depois de 3 meses a entrar para o movimento, pela questão da moradia própria. Porque a maioria desse povo que está no movimento popular vem em busca de ter a sua moradia, de ter seu teto. Então, foi isso que me trouxe, depois de muita insistência, porque eu achava que era tudo picareta, de tanto o povo falar. Então, eu sou aí testemunha viva que o movimento é um movimento que faz acontecer (Depoimento de José de Jesus, 2015).

A UMM-SP compreende que envolver as famílias nesse aprendizado permanente é possível, por meio da autogestão, um processo de auto-organização, uma possibilidade de autonomia. A autogestão é reivindicação dos movimentos de moradia desde a década de 1980, no decorrer dos processos de construção habitacional.

As famílias procuram a UMM-SP interessadas em moradia, e o movimento estimula-as, por meio de formação política, a participarem das lutas pelos direitos,

pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade, utilizando esses espaços e saberes para pressionar os órgãos públicos. Para Evaniza Rodrigues, a formação política também contribui com a organização comunitária.

Formação política tem a ver com organização comunitária. Se o cara não sabe que existe uma sociedade de classes e que existem mecanismos de luta e organização para supera-las, se organizar para quê? Organização comunitária para quê? Não tem sentido. Mas é claro que isso é um esforço, é um exercício (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

Além disso, a participação no movimento é um processo de aprendizado coletivo que se contrapõe às ideias que criminalizam as famílias. De acordo com Barbosa (2014, p. 105),

Em geral as instituições imaginam que estes grupos ou atores que lutam por moradia possuem um grau baixo de compreensão da realidade, considerando que esta realidade é complexa, se expressa por significados, das instituições e da política. No entanto, as pessoas, sujeitos ou atores, na medida em que se encontram num processo de luta pela moradia, transformam seu cotidiano num aprendizado permanente: numa escola da luta.

Nesse processo de aprendizado no movimento, é possível também ir desconstruindo a ideia de moradia como relação de favores e estimular as ideias de luta, resistência, direitos e, principalmente, que é possível mudar.

Primeiro que a gente sabe que o movimento é luta, não é nada como a gente achava que consegue moradia só se for atrelado a algum deputado, algum vereador, ou alguma coisa assim. A gente achava muito quando está fora, e quando a gente chega no movimento à gente vê que não é em assim. A gente tem que lutar, tem que fazer por onde ter esse teto. Então, o pensamento mudou muito na cabeça, com certeza (Depoimento de José de Jesus, 2015).

Apesar dos limites encontrados para a participação autônoma dos movimentos, a autogestão, no processo de construção de moradias, é forte ferramenta, já que as famílias, ao participarem do planejamento e da construção de sua moradia; ao tomarem decisões acerca do uso dos recursos; ao gerirem as ações do empreendimento; ao escolher os profissionais que vão trabalhar com elas; ao participarem de decisões coletivas; estão exercendo seu direito cidadão, ao mesmo tempo em que recebem informações e outros elementos que podem estimular o pensamento coletivo e democrático.

As contribuições da UMM-SP para a elaboração de propostas como estratégia de enfrentamento aos problemas da questão urbana são identificadas nas três esferas de governo, porém, vale destacar que uma das opções do movimento é

influenciar a população, ter o controle social nos modos de produção, e não ser alternativa para programas habitacionais feitos segundo os interesses de mercado.

Uma das primeiras conquistas da UMM-SP ocorreu nas interações com as políticas públicas municipais. Baseando-se em seus princípios e objetivos, a partir de 1989, na gestão municipal da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), participou da construção de moradias por meio de programas de habitação com mutirão e autogestão. Segundo Sanches (2013, p. 9),

foi implementado o Programa de Produção de Habitação por Mutirão e Autogestão, que tinha como objetivo fortalecer a participação da população na gestão de políticas sociais com projetos de excelente qualidade e custos menores.

A participação da UMM-SP nesse processo é não apenas um marco histórico de luta no que tange ao direito à moradia digna, mas também fez história ao realizar esse processo com a participação dos moradores.

As construções por mutirão promovidas pelo Funaps Comunitário têm apresentado melhor qualidade e menor custo do que as obras convencionais para a produção de moradias populares. Mas, para que isso aconteça são necessárias algumas condições: a população ser organizada e ter lideranças democráticas e uma assessoria técnica competente e comprometida politicamente e fiscalização pelo poder público quanto à qualidade da obra e à aplicação dos recursos públicos sem prejudicar a autogestão e a autonomia das associações populares (SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO PAULO, 1990. p. 9).

A política habitacional do governo Erundina é considerada referência para os movimentos e pelos profissionais que atuavam em projetos de habitação social, seja por meio de assessoria técnica ou do poder público. É desse período a criação de várias assessorias técnicas. Segundo Sanches (2013, p. 9),

Na gestão da prefeita Luiza Erundina de Sousa (1989-1992) [...] foram formadas várias Assessorias Técnicas com arquitetos, professores e estudantes de arquitetura que vivenciaram na prática profissional a experiência de trabalhar diretamente com as comunidades.

A participação de profissionais nos movimentos de moradia compõe um processo histórico de parceria e luta. É importante destacar que o ponto em comum, entre os movimentos de moradia e as assessorias técnicas, que fizeram e fazem parte da jornada de luta pela Reforma Urbana, é a identidade com a luta para os direitos da população.

Os profissionais das assessorias técnicas partem do princípio de que é possível realizar trabalho de qualidade para a população. Segundo Reginaldo Ronconi (1995, p. 87),

no início dos anos 80 era possível constatar a presença de técnicos de engenharia ou arquitetura que realizavam trabalho individual na periferia dos centros urbanos ligados ou a instituições religiosas ou políticas.

Nesse processo já participavam, além dos arquitetos e engenheiros, técnicos sociais, conforme salienta Pereira (2006, p. 90),

De volta à reconstrução da linha histórica sobre a formação das assessorias, a maioria se formou na década de 1980, mas suas configurações têm raízes na década de 1970, época de um forte movimento rumo às periferias. Nesse esforço, além de arquitetos e assistentes sociais, estavam juntos órgãos públicos, universidades e Igreja Católica, principalmente. É importante destacar o envolvimento e a importâncias das assistentes sociais nesse período, e também nos posteriores. Pois na maioria das vezes esses profissionais introduziam os outros profissionais nas comunidades que sofreriam intervenção.

No município de São Paulo, as assessorias técnicas têm significativa história de participação. Segundo Ronconi (1995, p. 87), havia assessorias que atuavam nas escolas de arquitetura, como, por exemplo, o Laboratório de Habitação, na Faculdade Belas Artes, que estava envolvido em projetos na periferia; o Laboratório do Habitat, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas/SP; e o Laboratório da Universidade de Campinas (Unicamp).

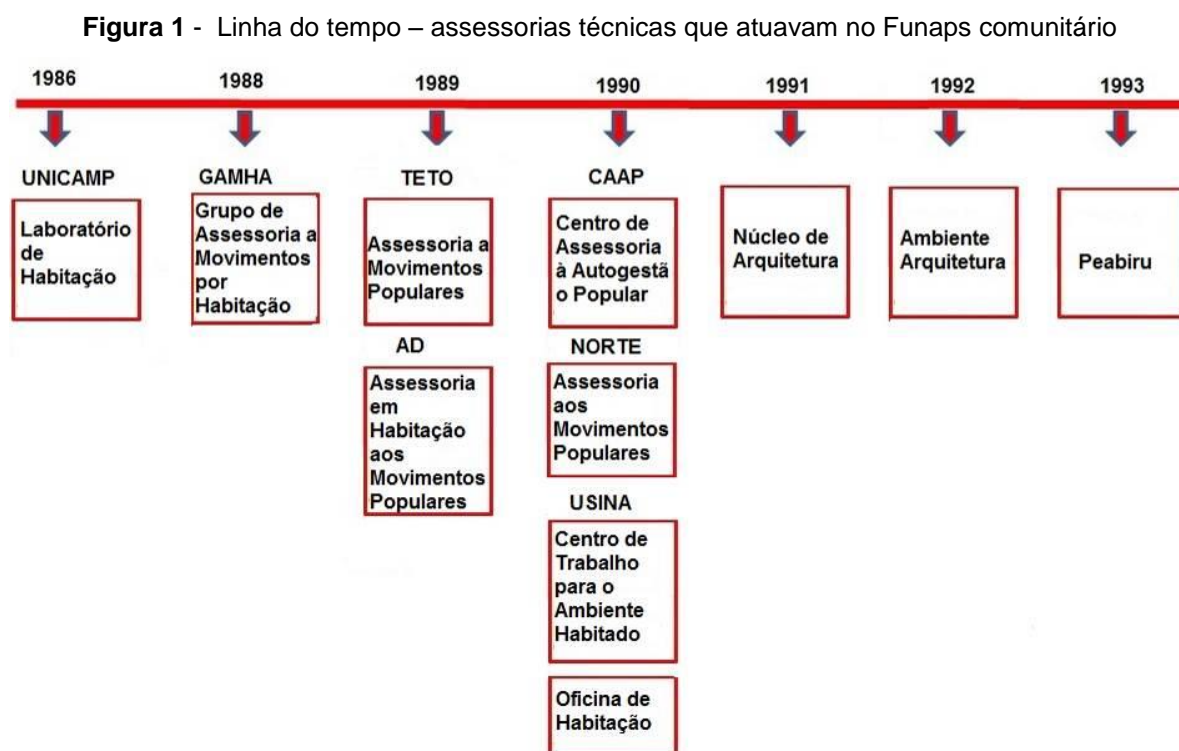
Com a mesma proposta de integrar o saber profissional, a formação acadêmica com o trabalho destinado à sociedade civil, havia também o Habitafaus, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Santos. Ronconi (1995, p. 87-88) salienta que:

Mais tarde, em 1987, o sindicato dos arquitetos organiza o Primeiro Encontro de Assessorias técnicas que reúne perto de 90 pessoas interessadas pelo tema. No mesmo ano, outro encontro acontece, desta vez com sede na Faculdade de Direito do largo São Francisco procurando afirmar desde aquela ocasião o desejado caráter multidisciplinar desse trabalho.

A partir dos estudos de Ronconi (1995, p. 89), verifica-se que na gestão Erundina as assessorias eram entidades sem fins lucrativos, sem relação direta com o governo e “a maioria absoluta das assessorias técnicas não recebe financiamento do exterior para assegurar sua manutenção; a remuneração pelo trabalho prestado é destinada para esse fim”.

A maioria desses atores, no contexto político das décadas de 1980 e 1990, atuava com a UMM-SP, além disso, essas organizações surgem alinhadas com projetos de mutirão com autogestão da UMM-SP e participaram da concepção da Política Municipal de Habitação desenvolvida durante a gestão da prefeita Luiza Erundina.

Na Figura 1¹⁶, observam-se as assessorias técnicas¹⁷ que atuavam no Funaps comunitário, por meio de serviços prestados aos movimentos de moradia.



Fonte: Elaboração própria

¹⁶ Baseada na tese de mestrado de Reginaldo Ronconi (1995).

¹⁷ Em Ronconi, (1995), verifica-se que havia ainda outras assessorias, mas não foi possível, durante o estudo, identificar referências que localizem o ano de fundação delas. São elas: Associação Benemérita e Abrigo (ABA); Associação Profissional de Apoio ao Movimento (Apoio); CASA - Assessoria Técnica; CEPO; CO-OPERA-ATIVA; Espaço de Formação, Assessoria e Documentação; S.C.S - Assessoria a Movimentos Populares; Sociedade Comunitária Habitacional PRÓ FAVELA; URBI - Assessoria Habit. e Infra-estrutura Urbana aos Movimentos. A pesquisadora identificou a assessoria Grupo Técnico de Apoio (GTA) fundado em 1993, por meio do site da assessoria, que atua em programas de autoconstrução assistida e melhorias habitacionais. Também presta assistências técnica, jurídica e social a movimentos sociais, associações de bairro e cooperativas em projetos e programas habitacionais, urbanísticos, ambientais e de saneamento. Acompanha e gerencia obras. Não foi identificado pela pesquisadora, na fonte utilizada, se esta assessoria atuou ou atua em processos de mutirões com autogestão,

A época foi rica e inovadora na produção de HIS. Ao refletir acerca das experiências com programas habitacionais, Bonduki (2012, p. 89) indica inovações e avanços no município de São Paulo.

Das experiências municipais, o Programa de Habitação Social do município de São Paulo, desenvolvido pela Superintendência da Habitação Popular (HABI) no Governo de Luiza Erundina (1989-1992) foi considerado um laboratório de experiências participativas para enfrentar a questão de uma maneira inovadora. Tanto do ponto de vista da diversidade, dos programas e da sua dimensão como da qualidade do projeto, a intervenção foi marcante, apontando para a inserção da Habitação como um elemento fundamental para a produção da cidade e para a implementação de novas formas de gestão.

Outra indicação de avanços na Política de Habitação, nesse período, é destacada por Maricato (2014, p. 33), que compreende que, naquele momento,

Alguns paradigmas foram quebrados: projetos de qualidade de habitação social mostraram boa arquitetura, alta qualidade de construção, adequada inserção na malha urbanizada, participação social; métodos de intervenção em áreas de risco geotécnico foram desenvolvidos; novo arranjo de fiscalização integrada dos mananciais foi colocada em prática (operação SOS Mananciais que mais tarde foi desmontado pelo governo de Mario Covas); novas leis permitiam abrir novas possibilidades para edificações.

Após a gestão da prefeita Erundina, os programas de HIS, em conjunto com os movimentos, foram praticamente paralisados pelas gestões de Paulo Maluf e Celso Pitta, conforme relata Cavalcanti (2006, p. 81),

No tocante à gestão de Maluf e Pitta, coube à União dos Movimentos de Moradia a tarefa histórica de combater as inúmeras investidas dessas administrações contra todas as iniciativas do Governo anterior na política habitacional principalmente contra o programa de mutirões autogestionários. Havia cerca de 120 empreendimentos habitacionais em andamento quando Paulo Maluf assumiu o comando da PMSP¹⁸, e todos foram paralisados ainda nos primeiros meses de seu mandato.

Nesse período, a União, por meio de articulações das lideranças, com profissionais e políticos que as acompanhavam, resistiu e mostrou a sua força realizando amplas mobilizações para retomar as atividades dos empreendimentos parados, além de articular novas propostas.

Os anos da gestão de Paulo Maluf e Pitta, por sua vez, também consistiram em um período,

de alargamento dos horizontes políticos da UMM, as famílias do movimento realizavam grandes protestos em frente à prefeitura.

¹⁸ Prefeitura Municipal de São Paulo.

Foi nesse período que a UMM incorporou um novo tipo de demanda, de proposta de política habitacional e que durante o governo Marta na PMSF foi desenvolvida: Moradia no Centro (CAVALCANTI, 2006, p. 82).

A autora Débora Sanches (2013, p. 15) relata que, na gestão da prefeita Marta Suplicy (2000 a 2004), “várias Assessorias Técnicas voltaram a desenvolver projetos para os movimentos organizados, sobretudo, na reciclagem de imóveis vagos na área central para serem transformados em habitação social”.

Nessas gestões em que os programas previam recursos para a prestação de serviços por meio de assessorias técnicas e que possibilitavam a participação dos movimentos por moradia, era possível realizar um trabalho com qualidade e, principalmente, coletivo. Ocorre que, no decorrer dos anos, com as mudanças nas gestões e nos programas habitacionais, as assessorias foram sendo extintas.

Vale destacar que essas assessorias atuavam com os programas nas gestões de Erundina e Marta e o longo período sem viabilizar projetos também foi um fator que contribuiu para diminuir o número de assessorias técnicas, que não puderam manter estrutura que garantisse a sobrevivência da equipe.

Isso é difícil, é claro que é difícil porque a gente não tem política permanente, então, nós vivemos dos projetos e hoje tem projeto, amanhã não tem projeto. A gente não tem grana. Tem hora que a gente monta uma sede e tem computador, tem telefone, depois a gente não tem mais nada disso porque é um momento de refluxo. A gente não tem nada que favoreça esse processo de continuidade só que isso acaba sendo fundamental para que a coisa continue andando e a gente não tenha sempre que falar “ bom, aonde que a gente está? O que é isso? ” [...] estamos falando o seguinte, nós entendemos que o trabalho, seja qual for ele, tem que ser algo digno da pessoa viver, então, estamos falando de trabalho (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

Considerando que as assessorias necessitam de recursos para sobreviver, porém se opondo à forma de organização de trabalho para o mercado dentro de um sistema capitalista, é quase impossível sobreviver. Também há outros fatores, conforme salienta Elaine Rosa (2012, p. 89),

A relação estabelecida historicamente é vista como uma condição de fragilidade, uma posição dúbia, em que a assessoria não faz parte do movimento de moradia, portanto, não possuía poder de reivindicação similar, e era a parceira que garantia a viabilidade dos processos. Por consequência, seria um dos pontos para o poder público questionar todo o processo, trazendo, através da fragilidade das assessorias, a fragilidade também para os movimentos de moradia. A parceria levava a vinculação de determinadas assessorias a alguns movimentos e o próprio processo de escolha de uma assessoria passava pelo crivo do movimento, o que, com o esvaziamento da importância das assessorias e a diminuição do número delas o movimento acaba não tendo liberdade de escolha como antes.

Nas interações da UMM-SP com o poder público, os agentes financeiros e as políticas públicas, conforme já salientado, atuam as assessorias técnicas, entre elas, a Ambiente Arquitetura que faz parte das lutas dos movimentos por moradia.

2.2 Trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Para resgatar a trajetória da Ambiente Arquitetura, contamos com os depoimentos de seus fundadores, Isabel Cabral e Ricardo Gaboni, ambos arquitetos e urbanistas que atuam desde antes da fundação da assessoria até os dias de hoje prestando serviços a movimentos de moradia.

Conforme mencionado, do final da década de 1980 e início da década de 1990, na cidade de São Paulo, os profissionais que, de alguma forma, já se articulavam com as lutas dos movimentos de moradia, se organizaram em assessorias técnicas. Algumas surgiram em espaços acadêmicos, outras foram compostas por técnicos que atuavam com os movimentos, ou mesmo no poder público, na área de habitação.

As assessorias técnicas que atuavam com os movimentos de moradia não tinham o mesmo perfil de uma empresa de construção, ou de arquitetura, voltada ao mercado. O foco das assessorias é a luta pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade, direito à moradia digna, enfim, pela qualidade de vida do cidadão.

Nesse contexto, em 1992 foi fundada a assessoria técnica Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado, conhecida atualmente como Ambiente Arquitetura. Segundo Isabel Cabral,

A Ambiente era como outras assessorias técnicas daquela época, era uma associação, na realidade. Não tinha uma figura jurídica que formasse essa pessoa, essa assessoria técnica. Havia algumas ONGs, mas a grande

maioria das assessorias que atuava naquela época eram associações. Eram pessoas jurídicas sem fins lucrativos (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Apesar de fundada em 1992, a assessoria Ambiente Arquitetura já realizava trabalhos com a UMM-SP, no desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos e, apesar das dificuldades de recursos nos programas habitacionais para custos com trabalho social, manteve na equipe pelo menos um técnico social.

Sempre atuou exclusivamente com movimentos de moradia, em especial, com a UMM-SP. Além disso, trabalha com a ideia de autogestão, importante forma de contrapor-se à ideia de mercado, que padroniza os projetos para famílias de baixa renda, com vistas a diminuir os custos, e desconsidera a realidade da população, que, nessa lógica, deve se adaptar à moradia.

Na forma de atuar da UMM-SP e da assessoria, os projetos é que são adequados àqueles que vão morar. Assim, um dos propósitos é também contribuir para a transformação do espaço urbano. O processo de trabalho com assessoria e movimentos em parceria, e por meio da autogestão, prevê que as famílias organizadas coletivamente participem das decisões também nas etapas do projeto arquitetônico, desde o momento de elaboração até depois da obra pronta.

Os técnicos da Ambiente Arquitetura, desde 1992, participam das atividades da UMM-SP; dos atos e seminários em outros estados; de cursos; visitas a empreendimentos com vistas à troca de experiências; contribui na articulação com o poder público, tanto na parte burocrática como na relação cotidiana com as lideranças que, por sua vez, utilizam as informações, para pressionar o poder público.

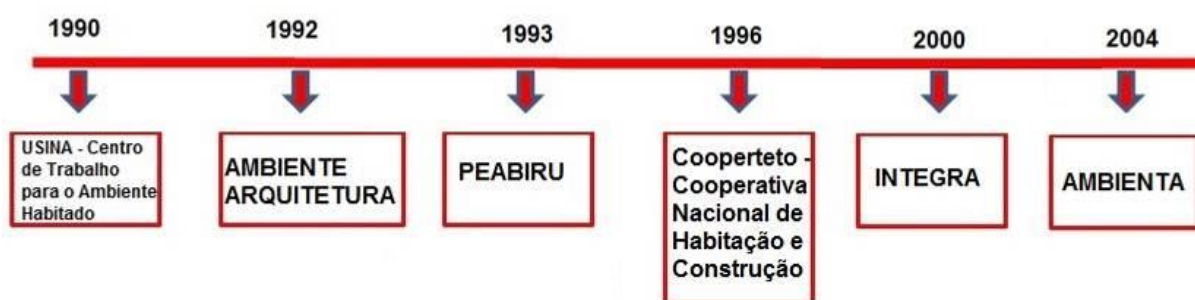
A técnica Isabel relata que, em 2002, as assessorias técnicas já não tinham mais o mesmo perfil, pois muitos técnicos que trabalhavam na gestão da prefeita Erundina foram para o poder público, ou trabalhar em universidades. Não há o mesmo número de assessorias, como nas décadas de 1980 e 1990, em especial com o perfil e a identidade política das assessorias técnicas que atuaram naquele período.

Os técnicos da Ambiente Arquitetura têm contato apenas com duas outras assessorias com esse perfil, na cidade de São Paulo (Usina e Peabiru) com as quais realizam articulações, como, por exemplo, para compor o Conselho Municipal de

Habitação, para fóruns de assessoria, e demais espaços de debates e trocas. Essas articulações e trocas são importantes para as assessorias se fortalecerem.

Por meio de participação nas atividades da UMM-SP identificamos algumas assessorias¹⁹, relacionadas na Figura 2, que atuam em associações que compõem o movimento.

Figura 2 – Linha do tempo – assessorias da UMM-SP em 2015



Fonte: Elaboração própria

Ainda em 2002, a UMM-SP queria obter financiamento do estado de São Paulo por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), considerando que era o único possível na época. E, segundo relatos dos entrevistados, havia um grande número de escritórios que não eram assessorias técnicas.

Alegando que a responsabilidade técnica em relação à produção de HIS é fundamental e compreendendo que os movimentos não iriam abrir mão de trabalhar com assessorias técnicas, o governo estadual exigiu que as assessorias realizassem um cadastro na CDHU, tornando-se empresas com fins lucrativos.

¹⁹ Durante atividade realizada no início de 2015, a UMM-SP solicitou, às associações parceiras com projetos em andamento, que apresentassem as assessorias técnicas que as acompanham e como o trabalho conjunto vem sendo desenvolvido. Nesse processo, a UMM-SP quer identificar se os movimentos estão atuando com a mesma proposta, as fragilidades e os avanços para pensar atividades que fortaleçam as pautas e os objetivos dos movimentos. Compreendendo que há associações filiadas que não tem a mesma trajetória de luta, e que, assim como todos estão sujeitos à influência da lógica de mercado, preocupa-se em realizar esses levantamentos, também para inviabilizar que construtoras e empresas utilizem o espaço do movimento como fonte de lucro, prejudicando as famílias e a própria luta. Nesse sentido, a UMM-SP nem sempre consegue evitar a aproximação dos interesses mercadológicos, mas busca, dentre outras estratégias, realizar diálogos, cursos, trocas de experiências com as lideranças para que não se deixem levar pelos interesses de mercado.

Em 2002 havia esta exigência. O movimento queria continuar trabalhando com as assessorias técnicas parceiras e nos pediram que alterássemos a pessoa jurídica em conformidade com a exigência da CDHU. Nós queríamos continuar nosso trabalho com o movimento, assim formalizamos a alteração da pessoa jurídica, mas prosseguimos com a mesma forma de trabalhar, como assessoria técnica (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Por causa dessa exigência e mediante a solicitação do movimento, a Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado, passa a ser pessoa jurídica e resolve também, alterar a nome para Ambiente Arquitetura.

Não bastasse a necessidade de se tornar pessoa jurídica, a opção de assessoria técnica não consta, até os dias de hoje, no processo de habilitação. Assim, as assessorias entram na mesma categoria de Empresa.

Outras assessorias precisaram também se adequar, mas a Ambiente Arquitetura vivenciou momentos em que quase não conseguiu se manter atuante²⁰:

Na formalidade, é isso, com fins lucrativos, mas prosseguimos com a mesma forma de trabalhar e não pegamos outras coisas que não fosse essa forma de trabalho. A rigor, a gente se prejudica muito, porque acaba tendo um ônus grande de impostos e tudo mais, mas, enfim, a gente nunca mudou isso até hoje. A gente também se limita porque acaba não sendo nenhuma ONG, ou nenhuma figura que possa estar entrando em outras coisas, como conselhos, por exemplo. Eu sou conselheira, mas não pela Ambiente. Há um fórum, um pouco precário, das assessorias técnicas, que hoje se limita a três e que a gente faz uma troca sempre com os técnicos de assessoria que podem se candidatar, então, a Usina permaneceu, a Peabiru também (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

A Ambiente Arquitetura busca trazer, para o espaço de trabalho, estudantes e técnicos que estejam alinhados com o pensamento de construção de cidades mais igualitárias e participativas. Porém, também há um processo de formação política e técnica dentro do próprio espaço de trabalho, já que nas relações há essa troca de aprendizados.

Para a composição da equipe, não há indicação, por parte dos movimentos, de quem deve ou não trabalhar na Ambiente Arquitetura. A decisão fica a critério da própria assessoria técnica, que tem autonomia para isso, porém, é claro que o profissional necessita estar alinhado com as agendas de luta.

²⁰ Importante destacar que as associações que compõe à UMM-SP, para manter suas assessorias técnicas em funcionamento, pagavam os técnicos quando havia a liberação do recurso por parte do poder público, o que dificultava tanto para os movimentos quanto para as assessorias. A equipe técnica estava sempre reduzida, em especial a equipe social.

Ocorre que, algumas vezes, filhos (as) de famílias que participaram do processo de mutirão e autogestão e que, por sua vez, estudaram Serviço Social, Sociologia, ou Arquitetura, procuram a assessoria revelando que tem afinidade com os trabalhos dos movimentos e acabam por compor a equipe.

Para além das lutas pela própria moradia, uma família que faz parte do movimento pode continuar contribuindo, na luta e pelo direito à cidade, como técnico, pesquisador, ou mesmo militante do movimento.

Houve muita rotatividade de técnicos, dentro da Ambiente Arquitetura, visto que, com todas as dificuldades encontradas nessa forma de trabalho, os profissionais não ficam muito tempo.

A arquiteta Isabel Cabral destaca que os técnicos mantêm uma relação sem hierarquias, entre quem sabe mais ou quem sabe menos. A busca é pelo aprendizado recíproco, em que as lideranças aprendem com os profissionais e estes aprendem com as lideranças.

Os técnicos da Ambiente Arquitetura trabalham com vistas a contribuir para o aprendizado coletivo, em especial, nas orientações para as novas lideranças, mas considerando a importância daquelas que já estavam nesse espaço, conforme relata Isabel:

Hoje, eu quero muito é trabalhar com uma coisa que seja de participação das coordenações, de uma forma mais realista, ter uma forma mais concreta, com novas lideranças. [...]. Hoje observo que aumentou muito o número de associações e a UMM também cresceu, mas não só da UMM, há o crescimento e o surgimento de outros mais radicais. Nós levamos ao movimento e principalmente aos novos grupos os questionamentos, estimulamos os atores às articulações, e eles estão debatendo, estão aprendendo a defender os interesses voltados aos direitos, à cidadania, e isso é formação (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

A cada dia, aumenta o número de movimentos sociais e, ao mesmo tempo, diminui o número de assessorias técnicas, e observa-se, nesse sentido, que as assessorias estão enfraquecidas, o que demanda um esforço ainda maior de trazer à luz esse pequeno e grandioso trabalho de parcerias, lutas, desafios e conquistas.

2.3 Interações da Ambiente Arquitetura com a UMM-SP: contribuição nas políticas públicas de habitação

2.3.1 CDHU na década de 1990: articulação política

Nos anos 90, entre o período de governo da prefeita Luiza Erundina e a gestão de Marta Suplicy, a UMM-SP pressionou o governo do estado de São Paulo para que criasse um programa de mutirão com recurso estadual.

O governo do estado buscou oferecer programas por meio da CDHU, empresa vinculada à Secretaria Estadual de Habitação.

Os programas da CDHU eram voltados aos interesses de mercado e das construtoras. Considerando suas lutas, seus objetivos, e a realidade de exclusão que caracteriza a participação desses programas, a UMM consegue pautar a criação de um programa habitacional estadual. Tal programa recebeu o nome do movimento, conforme apresenta Royer (2002, p. 72).

Além do chamamento empresarial, outra marca dessa fase de consolidação da CDHU foi a introdução do Programa Mutirão UMM (União dos Movimentos por Moradia), bem distinto da média desenvolvida pela Companhia. O referido programa, nascido de uma reivindicação dos movimentos organizados de luta por moradia, desenvolver-se-ia com associações comunitárias, na forma do mutirão. O programa Mutirão UMM tem como data-marco o compromisso do governador Fleury firmado em ata de reunião de agosto de 1991.

As ocupações realizadas pela UMM foram organizadas, obrigando o estado a elaborar políticas públicas que atendessem aos movimentos.

O arquiteto Ricardo Gaboni compreende que as experiências bem-sucedidas do movimento e das assessorias, nos mutirões da gestão Erundina, fortaleceram os movimentos e, com isso, tornou-se possível mostrar essa força no tensionamento ao governo do estado.

Esse também foi um momento que tanto os movimentos sociais como as assessorias estavam fortalecidos. Então, lideranças dos movimentos acreditavam muito no programa que estava começando, mas que apresentava resultados bem positivos. Eu acho que, naquele momento, a diferença do que uma construtora fazia para o que o movimento fazia era maior ainda do que é hoje (...) o mutirão fazia umas coisas muito boas. Tinha uma força aí do movimento, tinha muita assessoria, então a gente aproveitou esse momento e foi para cima do governo do estado levar a proposta de montar um programa de mutirão com autogestão (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Durante as articulações com o poder estadual, em 1991, as lideranças da UMM-SP utilizaram a própria experiência na gestão de Luiza Erundina para esclarecer, ao governador Fleury, que eram capazes de construir moradia digna com participação popular. O governador exigiu então que a UMM-SP construísse prédios, e não casas, como vinha ocorrendo em âmbito municipal.

Para os representantes da UMM-SP, o governo colocava essa exigência como obstáculo, como se as famílias do movimento não tivessem condição de organizar a construção de prédios por meio de mutirão e autogestão.

Durante um seminário de capacitação de lideranças²¹, realizado na cidade de Americana/SP, em julho de 2015, pela UMM-SP e a Ambiente Arquitetura, cujo tema possibilitou resgatar as lutas e o histórico das articulações dos movimentos com as políticas públicas, explanou Donizete Fernandes:

Na época do Fleury, nós, dos movimentos, fomos lá e dissemos: “Escuta, Fleury, a Erundina, com o programa de mutirão, possibilitou a construção de muitas casas e nós fizemos boa parte delas. As famílias puderam participar de todas as decisões. Como é que é? O governo do estado não faz nada?”. Daí o governador não queria ter um programa para os movimentos. Lembro que o governador disse: “Vocês vão ter que construir prédios, vocês acham que conseguem construir prédios?”. Aí eu respondi para ele: “Quem você acha, ô governador, que constrói os prédios das cidades? São os trabalhadores que estão no movimento construindo prédios para vocês. Agora, pelo menos, vamos construir para eles morar. Nós vamos fazer sim e vamos fazer com qualidade” (Depoimento de Donizete Fernandes, julho de 2015).

Os representantes do governo não acreditavam que as famílias dos movimentos de moradia fossem capazes de construir prédios, porém, viabilizou um programa experimental de mutirão especificamente para a UMM-SP.

Se esse programa falhasse, seria mais um obstáculo que reforçaria a ideia de que os empreendimentos devem ser assumidos por construtoras, sem a participação

²¹ Compõe o projeto de capacitação de lideranças, elaborado pela UMM-SP com recursos da Fundação Ford e com apoio da Ambiente Arquitetura.

das famílias. Não foi o que ocorreu, a UMM-SP conseguiu garantir que outras habitações fossem construídas com o método participativo da autogestão.

Nesse processo, estava presente a Ambiente Arquitetura. Segundo relato de Isabel, no período em que a UMM-SP estava articulando com o governo do estado de São Paulo a concepção de um programa habitacional com recursos estaduais, os profissionais já realizavam, em parceria com os movimentos, orientações e indicações de proposta.

Começamos com projetos para associações ligadas à UMM. O programa experimental de Mutirão/UMM, do governo estadual, gestão Fleury. Foram quatro projetos pilotos, e nós tivemos dois. Estes projetos pilotos demoraram demasiado para serem aprovados na CDHU/SH Estadual. Vivenciamos grande resistência do órgão/dos técnicos. Acabamos aprovando os dois projetos, mas com grande enfrentamento do movimento, nossa participação, apoio e necessidade de provarmos nossa competência. Este programa e conseqüente aprovação e contratação dos projetos para serem construídos com autogestão e mutirão, fugia da convencional produção de moradias sociais do estado e da CDHU, acostumados com escritórios convencionais e construtoras (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

No relato de Isabel, observa-se que a proposta de trabalho da UMM-SP, por ser coletiva, se destaca dos modelos padronizados para o mercado. Os projetos debatidos com o envolvimento das famílias têm também um diferencial.

É uma luta para viabilizar e todas as dificuldades possíveis são colocadas aos técnicos e aos movimentos, porém, quando funciona, é também considerado como um ganho para o governo, conforme se observa no depoimento de Zequinha, que utiliza o projeto de sua moradia, B11, para indicar o sucesso do processo de construção (Fotos 21 e 22).

E a Ambiente, a gente já está com a Ambiente há muito tempo, a assessoria técnica da Ambiente já fez vários projetos com a gente. Já fez sobrado, já fez prédio de 7 andares, foi modelo para a Secretaria de Habitação do governo do estado de São Paulo, então, isso é importante. Uma vez, a gente foi numa reunião na Rua Boa Vista, assim que a CDHU mudou para a Boa Vista, que era lá no Ibirapuera, a gente chegou na sala do Secretário, tinha um quadro estampado com uma foto do nosso prédio com tijolinho à vista, com aquele prédio bonito de 7 andares. No que eu bati o olho, eu disse: “Eu moro nesse prédio aí”. Então, eles não confiavam, antes, que a gente tinha capacidade de fazer por autogestão, mas, depois, o nosso projeto deve ter ganhado prêmios porque estava lá estampado (Depoimento de José de Jesus, 2015).

Observa-se a satisfação de Zequinha, nas considerações acerca de sua moradia. Há um vínculo construído no espaço que ele associa à forma como a moradia foi construída, ou seja, a autogestão.

Fotos 21 e 22 – Ângulos do empreendimento B.11²² (década de 1990)



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Após o resultado positivo obtido pela UMM-SP na construção de moradias com a participação das famílias, a CDHU liberou mais recursos para que outros projetos fossem realizados, porém, com a visão que os profissionais da CDHU e o governo têm acerca dessa forma de trabalho, as dificuldades continuaram, para os movimentos de moradia (Fotos 23 a 26).

Fotos 23 a 26 – Mutirões da década de 1990 (UMM-SP)²³



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

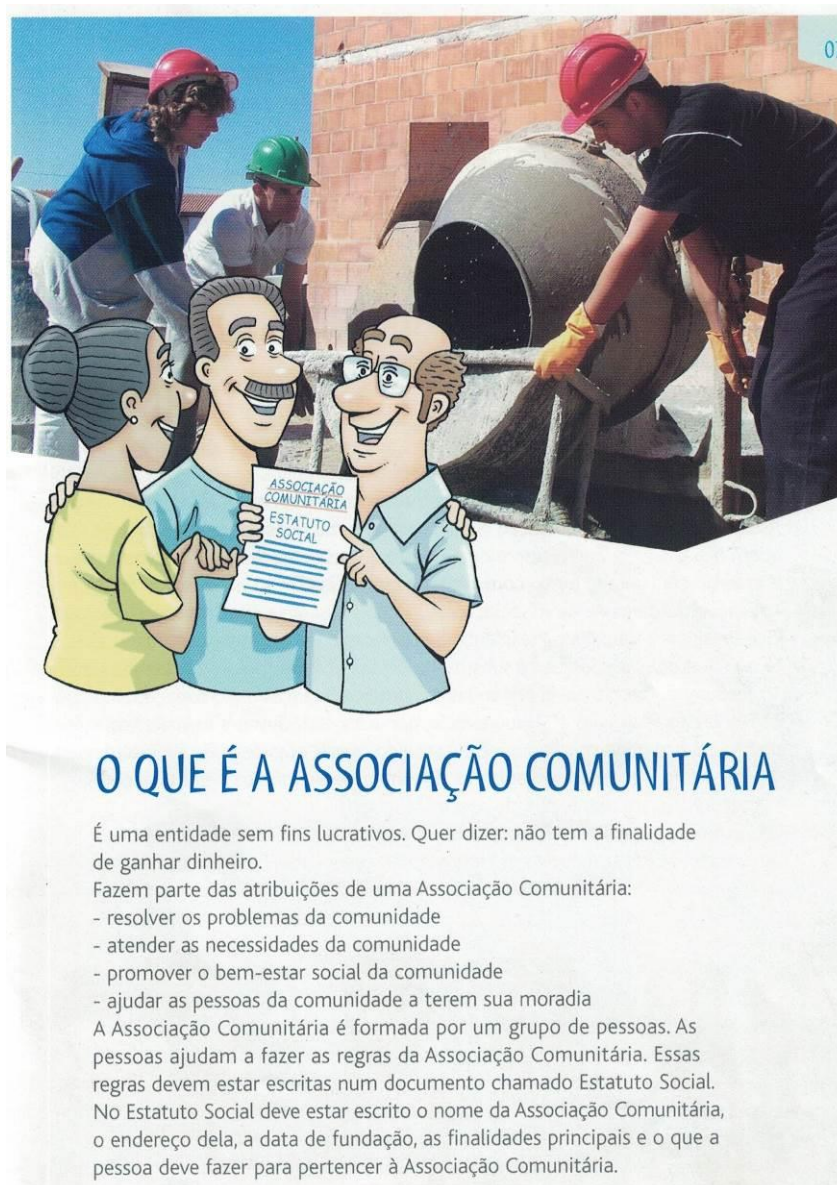
²² Viabilizado e construído pela Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste/ Noroeste (UMM-SP)

²³ Mutirão realizado no bairro de Campo Limpo, zona sul de São Paulo.

Muitos são os obstáculos que dificultam a participação popular, inclusive nas decisões relacionadas à sua moradia, compreendida aqui como um espaço em que é possível acessar os demais direitos.

Segundo a *Cartilha do Mutirante* (CDHU, 2005), elaborada por profissionais da Secretaria de Habitação do estado e CDHU, é atribuição de uma associação comunitária (Fig. 3):

Figura 3 – Reprodução da página: O que é a associação comunitária, da *Cartilha do Mutirante*



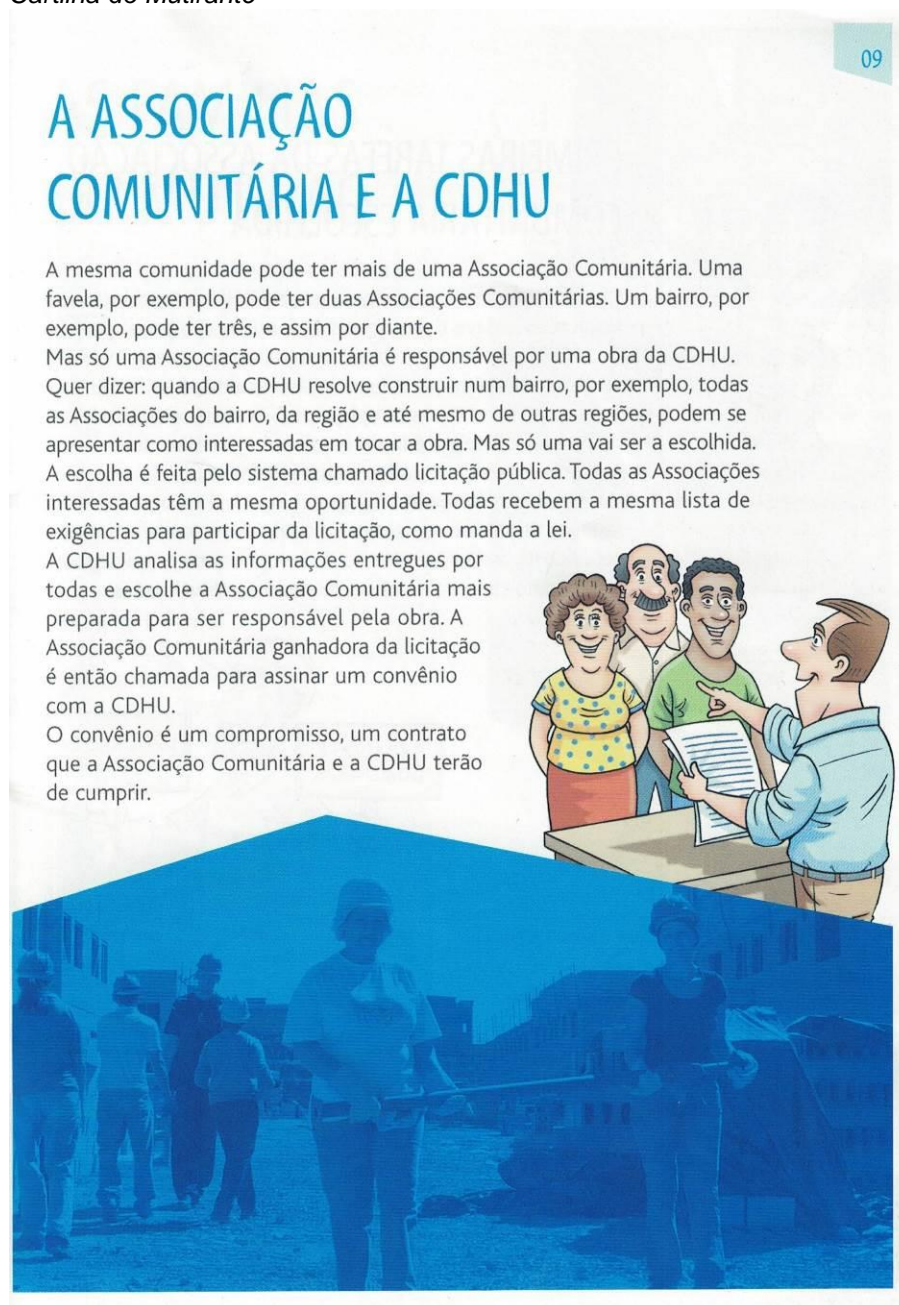
Fonte: CDHU, 2005

Ao afirmar que cabe às associações “resolver o problema da comunidade”, por exemplo, fica claro que o governo transfere a responsabilidade da questão

urbana aos movimentos de moradia. Outro ponto que chama a atenção, nesse material elaborado pela CDHU, é a forma de chamamento à participação, das associações, na gestão dos recursos.

Ao tratar do critério de escolha das associações, salientam (Fig. 4):

Figura 4 – Reprodução da página: A associação comunitária e a CDHU, da *Cartilha do Mutirante*



Fonte: CDHU, 2005

Se todas as associações têm a mesma oportunidade, qual critério define a “mais preparada”? O cumprimento da lista de exigência (não mencionada na

cartilha) pode envolver mais de uma associação, porém, no mesmo texto, observa-se a seguinte informação: “Mas só uma Associação Comunitária é responsável por uma obra da CDHU” (CDHU, 2005, p. 9). Além disso, estimula uma disputa entre as associações do bairro, que pode contribuir a lógica de desmobilizar possíveis articulações entres esses atores.

Ainda assim, a diferença do trabalho realizado pelas famílias da UMM-SP em relação ao que é realizado pela construtora, é visível na qualidade do projeto arquitetônico; apropriação dos espaços; e convivência dos grupos. Além disso, muitas das lideranças da UMM-SP que hoje militam, vivem em habitações construídas por eles próprios, nos âmbitos estadual e municipal, ou seja, são frutos da própria luta. As Fotos 27 a 32 ilustram dois²⁴ empreendimentos realizados pela UMM-SP em parceria com a Ambiente Arquitetura.

Fotos 27 a 32 – Empreendimentos realizados pela UMM-SP e Ambiente Arquitetura



Empreendimento Praia Grande: 2000-2001

²⁴ Empreendimento Praia Grande, realizado pela Associação Sitio do Campo, e Vila Albertina, realizado pela A.H.D, ambas compõem à UMM-SP.



Vila Albertina Brasília/foto de 1999



Vila Albertina Brasília/foto de 2015

Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Além de construir mais de 30 mil moradias, por meio de mutirão com autogestão, e da participação direta na elaboração de propostas para as políticas habitacionais, a UMM-SP, articulada com outros grupos organizados, contribuiu na elaboração de legislações habitacionais, inclusive mais recentemente, na construção do Plano Diretor do Município de São Paulo.

2.3.2 CDHU na década de 1990: trabalho social, movimento e assessoria

O trabalho técnico social é uma luta antiga dos movimentos de moradia, que envolveu consultas a profissionais, acadêmicos e elaboração conjunta de propostas. Também a opção de que haja recursos para contratação de técnicos sociais, para que esses possam realizar um trabalho social de qualidade, com profissionais que compartilhem da visão de proteger e fortalecer os Direitos Humanos.

Segundo Evaniza Rodrigues, o trabalho social em processos de construção de moradias com autogestão da UMM-SP teve contribuição de profissionais de variadas formações:

Nos programas feitos com autogestão, desde o começo da discussão da autogestão na formação da UMM, a gente teve muita influência e muita atuação de profissionais do Serviço Social, dos sociólogos, junto dos arquitetos, junto com os advogados. Não era uma discussão específica de uma profissão, mas foi na construção. Mas não tinha nada específico para

o trabalho social em habitação, o que existiam eram atuações profissionais nesse meio e que apareciam em alguns momentos, às vezes por intervenção de algum profissional e às vezes pelo próprio movimento (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

Ainda de acordo com Evaniza, apesar das dificuldades colocadas pelos programas, da necessidade de dar seguimento na obra, no período de desenvolvimento do Funaps comunitário e CDHU, havia os momentos de assembleias, de construção de propostas e de formação política.

É positiva a organização da UMM-SP e dos grupos de famílias nesse processo e até mesmo uma vitória, já que o Estado não se preocupa com a forma e, sim, se a moradia foi construída ou não, portanto, se observa a desvalorização, por parte do governo, não apenas do trabalho social, mas do próprio técnico que o executa. Acerca do trabalho social, Evaniza salienta,

Não tinha no programa, a gente pode dizer que os programas, tanto o Funaps como também depois a CDHU, eles eram muito “tijolo, pedra e areia”. Não tinha nem muito espaço na grana para isso, então “vamos tirar um dinheiro para ter um profissional de Serviço Social aqui”. Como também não tinha muito tempo, tempo de relógio “a gente está aqui reunido, bora trabalhar, bora construir casa” porque era isso que a gente veio fazer (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

Ao mencionar o “papel” da assessoria técnica no processo de autogestão e mutirão, a *Cartilha do Mutirante* (CDHU, 2005) traz (Fig. 5):

Figura 5 – Reprodução da página: Assessoria técnica, da *Cartilha do Mutirante*



Fonte: CDHU, 2005

A frase “e os chamados técnicos sociais” não apenas coloca o técnico social em um patamar inferior aos demais profissionais, como também reforça a ideia de que a função da equipe é “ajudar a associação a tocar a obra”, estimulando ainda mais a ideia equivocada de que os profissionais de forma geral, em especial o técnico social, tem o papel de “adaptar” as famílias às casas e garantir a sustentabilidade do empreendimento.

A visão de assessoria técnica colocada como “empresa”, por sua vez, salienta a ideia de que qualquer empresa da qual façam parte do quadro de funcionários, engenheiros, arquitetos e os “chamados técnicos sociais” pode ser contratada para a execução desse trabalho. Essa visão desconsidera a relação dos movimentos com profissionais que historicamente vem construindo uma relação de parceria e, principalmente, a identidade política com a luta.

As assessorias, parceiras da UMM-SP, também se preocupam com a participação dos técnicos sociais nos processos de trabalho, ainda que não houvesse recursos previstos nos programas. Algumas assessorias técnicas já tinham essa preocupação um pouco mais forte, algumas já trouxeram os profissionais para trabalhar junto, mesmo não estando previsto no programa. Eu não consigo precisar exatamente quem e quando, mas você tem algumas iniciativas que começa a trazer também para a questão de formação de grupos. [...]. Era coisa de formação de grupo, para esse grupo conseguir se entrosar, se conhecer, atuar de forma mais coletiva, então essa foi uma dimensão sempre forte que o movimento veio fazendo. Às vezes com apoio de profissionais, às vezes sem apoio de profissionais (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).


De acordo com a *Cartilha dos Mutirantes* (CDHU, 2005), o trabalho social é acompanhado pelos representantes da CDHU via relatórios mensais e visitas no canteiro de obra. Não obstante, a CDHU dá diretrizes das atribuições do técnico social, direcionadas ao processo de obra e com ações voltadas ao empreendimento. Além disso, define inclusive a carga horária do técnico social, limitando suas ações e condicionando-as aos dias de obra. Conforme a CDHU (Fig. 6), são atribuições do técnico social:

Figura 6 – Reprodução da página: Atribuições do técnico social, da *Cartilha do Mutirante*

15

ASSASSORIA TÉCNICA

Atribuições do técnico social



- Realiza um estudo da situação das famílias em relação a saúde, profissão, idade, etc, formando um banco de dados que irá subsidiar a formação dos grupos de trabalho;
- Elabora o plano de trabalho social contendo o Regulamento de Obras;
- Propicia aos Mutirantes as informações necessárias, como Regulamento de Obras, critérios estabelecidos para o programa pela CDHU, direitos e deveres do Mutirante, preparação das famílias para a ocupação das unidades informando sobre a vivência em condomínio, serviços existentes no entorno e o planejamento dos equipamentos necessários para atender a nova comunidade, quando da ocupação do empreendimento;
- Promove a apresentação do Projeto Urbanístico-Arquitetônico do empreendimento aos Mutirantes, antes do início das obras;
- Participa do planejamento da implantação do canteiro e das demais etapas da obra;
- Desenvolve projetos sociais junto aos Mutirantes, propiciando a integração e motivação do grupo alvo;
- A carga horária do técnico social é a mesma do Mutirante.

O trabalho social é desenvolvido com a orientação e coordenação da CDHU, que acompanha por meio de relatórios mensais, encontros técnicos e visitas periódicas ao canteiro de obras.

Atenção! O trabalho da Assessoria Técnica é feito em conjunto com a Associação.

Fonte: CDHU, 2005

Essa forma de pensar a presença e o trabalho do técnico social, nos espaços, está também vinculada à visão de que seu papel é resolver os problemas relacionados a questões estruturais da sociedade brasileira.

No contexto da década de 1990, a ideia de trabalho social da CDHU, no que tange às assessorias, estava mais voltada a questões burocráticas do que à possibilidade de realizar um trabalho integrado com as famílias.

Não havia o trabalho técnico social antes do período de obra, já que o formato do programa não considerou essa organização do movimento. As famílias que já

compunham o movimento, no começo da obra, tinham contato apenas com os profissionais de arquitetura.

Quando o técnico social da assessoria iniciava sua atuação, tinha que fazer planejamentos sem conhecer o grupo, além de cumprir as exigências do programa, que previa o recurso para a assessoria técnica, com pequena porcentagem para o trabalho social.

Essa porcentagem pagava o trabalho do técnico social para atividades específicas exigidas pela CDHU: elaboração de relatórios com a descrição das atividades que, de certa forma, também era uma prestação de contas; elaboração de um projeto social no modelo da CDHU; e seleção das famílias. As atividades que deveriam compor o relatório envolviam a descrição de problemas no mutirão, desistências, e nomes de famílias que eram substituídas no projeto. A técnica social que atuava na Ambiente, nesse período tem formação em psicologia.

2.3.3 Relação com o poder público

Interessante observar que movimento de moradia e assessoria técnica atuam juntos para pressionar e negociar com o poder público. Assim é entre a UMM-SP e a equipe da Ambiente Arquitetura, que por ser parceira do movimento, também é criminalizada.

Há grande estímulo dos agentes públicos, mas, algumas vezes, por falta de compreensão da realidade dos movimentos de moradia, outras por questões ideológicas, sugerem aos movimentos que é mais fácil trabalhar com acompanhamento técnico por meio de construtoras e não de assessorias técnicas. Observa-se tal avaliação no relato da técnica Isabel.

Fizemos muito isso junto com o movimento, a gente foi muitas vezes à luta, e dávamos suporte não só técnico, mas político também para reivindicar estes programas, e na CDHU, aconteceu muito isso, a Ambiente era a parceira do movimento, então não era tão bem-vista, a Ambiente era movimento quase visto desta forma, pela CDHU, e de fato era, se a gente pensar no que eram os interesses dos programas habitacionais do Estado. Então, nós não fomos, em nenhum momento, vistos como os escritórios que eles trabalhavam, técnicos, de arquitetura convencional, ou a construtora, que é o que mais eles trabalhavam, nós éramos o braço técnico do movimento. Nós ficamos um período bastante grande, intercalando com

estes projetos, que tem a ver com este processo todo, de ir em manifestação, de encaminhar propostas técnicas para viabilizar programas. (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

No período, apesar das dificuldades, o movimento e a assessoria mantinham-se mais juntos. Os movimentos levantavam um problema, ou mesmo a assessoria, que era colocado em pauta e discutido com as lideranças que, por sua vez, realizavam atos, acampamentos em frente ao órgão público, manifestações, e também articulações internas; negociações e reuniões das famílias com os representantes do governo, como forma também de pressioná-los.

Os movimentos de moradia atuam, assim, por meio do confronto, inclusive produzido espetacularmente, mas com o pressuposto da possibilidade de negociação. É preciso, pois, produzir um enfrentamento e, ao mesmo tempo, entrar em “acordo”, daí a sua dubiedade: fazer oposição porque quer integração. Sua radicalidade, por isso mesmo, numa situação de desigualdade extrema como a brasileira, não consiste na crítica à propriedade privada em si, mas na exigência de sua universalização como “direito de todos”. Numa sociedade de senhores e escravos, isso é uma revolução (ARANTES, 2002, p. 168).

A UMM-SP, em conjunto com os movimentos, realiza atos que reúnem movimentos do Brasil inteiro e as assessorias, incluindo a Ambiente Arquitetura, participavam dessas ações (Fotos 33 e 34).

Fotos 33 e 34 – Atos da Central de Movimentos Populares (CMP) e UMM-SP, em Brasília, 1997



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Não adianta apenas estimular as famílias, o trabalho deve despertar vontades que surgem a partir de alguma identidade das famílias com a situação real. Portanto, se não houvesse interesse das famílias e até mesmo vontade em fazer parte do movimento, essas ações não ocorreriam.

No que tange ao recurso destinado ao trabalho técnico social, era especificamente para pagar o técnico, sem considerar a estrutura da assessoria; os materiais necessários para as atividades, inclusive os utilizados nos relatórios que a CDHU exigia. Mesmo assim, a CDHU determinava que fossem discriminados os equipamentos e materiais utilizados nas atividades.

Esse modo de administrar permeia a atuação do técnico social na área de habitação até os dias atuais: ser encarregado de elaborar relatórios. Com isso, não se quer dizer que esse instrumento não seja importante, porém, ocorre que esses registros são a forma que os técnicos sociais dos agentes públicos têm de acompanhar o trabalho que está sendo feito pela assessoria e os movimentos.

Na época do CDHU eles queriam um relatório. Crédito Solidário eles queriam um relatório. E o Minha Casa Minha Vida Entidades hoje, o que eles querem é um relatório (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Há certa lógica em definir que, se a família faz parte do movimento, não importa o problema ou se é função do poder público atender à situação, é orientada a procurar o técnico da assessoria que trabalha com os movimentos.

Questionado sobre como era o trabalho social da assessoria, na época em que trabalhava com recursos da CDHU, Ricardo Gaboni informa que, para a CDHU, o técnico social da assessoria deveria resolver todos os problemas.

Resolver o problema com as famílias, resolver o problema com as relações, não fazer com que esses problemas cheguem à CDHU. [...]. Então, na época em que a gente trabalhou com a CDHU, era que o técnico social tivesse um trabalho com as famílias, para não deixar que houvesse alguma manifestação, alguma coisa contra a CDHU. Se alguém ligava lá reclamando alguma coisa, eles imediatamente mandavam a pessoa procurar o técnico social da assessoria porque ele tinha que resolver. Mas não tinha absolutamente nada a ver, mas era tipo resposta padrão (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

A observação do técnico assemelha-se às propostas de atuação do trabalho social indicadas na *Cartilha dos Mutirantes* (CDHU, 2005), já destacada no presente trabalho. O trabalho social previsto está muito voltado a ações assistencialistas.

Ao que tudo indica, essa lógica de trabalho, colocada aos técnicos de forma geral, visava às ações distantes das famílias dos movimentos. Ainda assim, os profissionais buscavam realizar ações menos burocráticas com as famílias, dentro do que era possível.

Os arquitetos e os técnicos sociais trabalhavam um pouco mais distantes. [...] Era um trabalho não muito elaborado, para que se tivesse um entendimento maior tanto político quanto do papel de cada um dos componentes, dos atores, enfim, do processo todo. [...]. Tinha também, especificamente pelas necessidades, pelo perfil do técnico social da época, sempre tinha esse trabalho voltado para um lazer, ou passava um filme, discutia um filme, aí ia para um teatro, e era muito interessante pelo trabalho ser muito pequenininho. (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Também não havia proximidade dos técnicos da CDHU com o trabalho que estava sendo realizado. Segundo Isabel, a relação da CDHU com as famílias era o acompanhamento a distância.

Nunca ninguém ia até a obra, ou pelo ao menos não me recordo de ter acontecido mesmo [...]. Todos os programas e mais recentemente o Minha Casa Minha Vida não tem nenhuma visita ao trabalho que está sendo feito, não existe isso, né. É um acompanhamento a distância, e é só interpretado pelos relatórios, pelo projeto social que vai analisar, porque sempre esse projeto social é feito, embora fora do foco que a gente entende que tenha que ser feito, mas tem que seguir regras, e as regras são bem fechadas. E é o que eles acompanham (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Esse acompanhamento a distância não é compreendido, aqui, como um problema do técnico que trabalha na CDHU, mas da lógica como as políticas públicas para a população são pensadas e planejadas e a organização desse sistema. Mas é importante destacar também que a identidade do técnico com o trabalho, influencia sua forma de atuação e faz a diferença na forma de trabalho imposta, pelos programas habitacionais, aos técnicos.

Na época em que tinha os financiamentos da CDHU, tinha um técnico que trabalhava para a CDHU, [...] que ia na obra. Às vezes ele ia na obra, queria entender o processo de organização, esse técnico foi demitido. Ele não era da CDHU direto, era de uma terceirizada, gerenciadora, sei lá, e foi demitido. Aí a gente falou: “mas justamente o cara que ia na obra”. E aí ele ficou desempregado, ficou meio mal, e a gente o convidou e ele veio trabalhar na Ambiente, porque de fato eu via que ele tinha essa ligação e esse entendimento. Ele trabalhou um tempo na Ambiente, eu vi que ele tinha muito mais o perfil de trabalhar na assessoria técnica do que no órgão do governo, no agente financeiro, porque eles não tinham esse entendimento e não queriam que tivesse. Então, talvez [...], eles achassem que ele não resolvia a burocracia do jeito que eles queriam. Ele gostava disso, ele marcava reunião durante a semana à noite. Foi a única vez que eu vi um técnico da CDHU trabalhar numa reunião à noite no meio da semana. E era exatamente o que ele fazia, e com muito prazer, inclusive. Não me lembro exatamente a formação dele, acho que era sociólogo (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Todo trabalhador está sujeito a sofrer opressões que o impede de se reconhecer em suas próprias criações e, em vez disso, sentir-se ameaçado por elas, visto que estão inseridos na mesma lógica, na sociedade.

Observa-se, no relato de Ricardo, a preocupação do técnico em “*compreender o processo*”, que é o processo de trabalho com as famílias e das atividades desenvolvidas. Essa compreensão é muito importante e também deve ser considerada no contexto da questão urbana, de suas contradições, enfim, com tudo o que implica historicamente à sociedade.

2.3.4 Atividades do trabalho social com o movimento: contribuição dos sujeitos da pesquisa

O representante Zequinha, que teve seu empreendimento (B11) construído na década de 1990, relata que a Ambiente Arquitetura era a assessoria que acompanhava as atividades, porém não havia trabalho técnico social no processo realizados por eles, nem por parte da assessoria, nem da CDHU.

Então, a gente teve que implantar, no início, eu lembro muito bem que a gente tinha que fazer tudo. A assessoria tinha que fazer o papel dela, que era a execução da obra, e a gente, em si, tinha que fazer minimamente, não é bem uma formação, mas falar com as famílias como seria para manter a organização acontecendo. Então, a gente teve que arregaçar as mangas e fazer por conta própria, porque a gente não tinha ninguém de suporte. A gente falava muito de obra, de obra, de obra, mas de como vai morar depois, ninguém falava. Então, a gente se organizou muito (Depoimento de José de Jesus, 2015).

Imaginamos que o trabalho técnico social era tão esporádico e o contato com a profissional tão curto que o representante Zequinha não se recordou que havia uma psicóloga que realizava o trabalho social com o grupo do empreendimento B11.

Era obrigatória a presença de um técnico que minimamente fizesse a seleção das famílias na CDHU e os relatórios. Vale destacar que a liberação de recursos para a obra estava condicionada à entrega desses relatórios, ou seja, se não estivessem assinados por um técnico social da assessoria, o dinheiro da obra não era repassado às famílias.

Conforme já mencionado, na atuação com a CDHU a presença dos técnicos sociais na assessoria era rotativa e esporádica. Esse trabalhador atuava em nos projetos que a Ambiente Arquitetura desenvolvia, em alguns momentos no mesmo período, inclusive no B11.

Ah, tem um aspecto que eu acho que tem que ser levado em conta sim. O trabalho social e os problemas da CDHU. O trabalho específico do técnico social teve psicólogo, teve também uma assistente social que também esteve com a gente, mas nunca durava muito porque era um trabalho pontual, esporádico, não tinha uma renda, enfim as pessoas saíam e iam para outros trabalhos (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

A participação do técnico social nas atividades ocorria uma vez por semana, o que é pouco, considerando o tempo e as atividades necessárias para contribuir com as famílias, e para que o mutirão não seja um espaço reprodução da produção das grandes empresas de construção. Os técnicos de arquitetura compareciam todos os dias, logo, as famílias tiveram mais contato com esses profissionais, e, estes técnicos também necessitam ter um olhar diferenciado para atuar com as famílias.

Evitando a intermediação de uma construtora capitalista, que impõe sua forma de organização e expropriação do trabalho, o mutirão organizado pelos movimentos vai permitir o controle das decisões e a administração dos recursos pelos próprios construtores e futuros moradores. De outro lado, a participação dos novos arquitetos será fundamental: porque substitui os técnicos do governo e das construtoras, questiona seu “discurso competente”, e estabelece uma outra prática e uma base técnica inovadora que sustentam o poder de organização do movimento (ARANTES, 2002, p. 170).

As tentativas de realizar um trabalho integrado, por parte do movimento e da Ambiente Arquitetura, independiam de recurso, pois apresentava integração relevante com os anseios dos movimentos.

A assessoria e UMM-SP estimulavam a criação de comissões com representantes das famílias. Nesse período, as comissões eram mais básicas: Cozinha, Obra, Limpeza, Almoxarifado, Creche e buscavam integrar a atuação desses grupos enquanto desenvolviam tarefas da comissão que faziam parte.

Uma das atividades elaborada pelos arquitetos da Ambiente Arquitetura nos movimentos é a discussão de regras e formas de organização no espaço de mutirão. Nesse período, era conhecido como Regulamento de Obra, também previsto como exigência da CDHU, apesar de já fazer parte da organização da UMM-SP. Esse instrumento por parte do movimento e assessoria, é um plano que possibilita a organização das famílias nos processos de trabalho e que inclusive é elaborado e aprovado pelas famílias.

É característica da assessoria verificar as expectativas das famílias dos movimentos e uma das pautas mais discutida era o fato das mães e dos pais terem que deixar seus filhos em casa enquanto estavam no mutirão.

Separar os filhos dos pais é um problema, então, havia uma preocupação em envolver a família.

A técnica social da Ambiente e os profissionais de arquitetura buscaram articular com o movimento duas alternativas: pensar um espaço no terreno em que pudesse ser construída uma estrutura para as crianças; e que houvesse uma comissão para realizar atividades com elas.

Um dos objetivos dos movimentos e dos técnicos é manter os vínculos familiares e os membros da família participando dos processos de forma coletiva.

Diante disso, o centro comunitário passou a servir de cozinha e uma parte do espaço para a creche. Também foi criada a Comissão de Creche que acompanhava as crianças em atividades educativas, no mesmo espaço em que ocorria o mutirão. Os movimentos reproduzem essa ideia até os dias atuais.

2.4 Cohab – 2001 a 2004: interações coletivas em âmbito municipal

Dentre as lutas para as quais a assessoria técnica Ambiente Arquitetura contribui, também estão às articulações destinadas a viabilizar os projetos, visto que os movimentos, para continuarem sobrevivendo, precisam de conquistas, de algo concreto.

No início dos anos 2000, na cidade de São Paulo, a prefeita era Marta Suplicy (2001 a 2004). No período, o atendimento do poder público na questão habitacional foi tão inexpressivo que pessoas acreditam não ter sido construída nenhuma moradia, nessa gestão. Para Cavalcanti (2006, p. 53), não houve grandes mudanças, no que tange à construção de moradias para famílias de baixa renda e, para a UMM-SP, a principal luta do movimento não foi viabilizada. O que ocorreu foi a “finalização de projetos que estavam parados na gestão de Maluf e Pitta”.

De fato, havia a expectativa, por parte da UMM-SP, de avanços na questão da moradia, que não foi atendida, porém, é importante indicar que a Ambiente Arquitetura, em parceria com Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (UMM-SP), realizou um projeto em âmbito municipal, o qual foi

denominado, pelos moradores, de City Jaraguá e cuja obra teve início e fim no mesmo período da gestão.

2.4.1 Cohab 2001-2004: trabalho social, movimento e assessoria

O trabalho social desse período, com a assessoria técnica Ambiente Arquitetura, foi realizado no projeto City Jaraguá. Assim como na CDHU, o recurso para o trabalho social destinado à assessoria, era uma porcentagem mínima, apenas para pagar o técnico social. Para esse trabalho, a assessoria contava com o suporte de uma psicóloga.

2.4.2 Relação com poder público/agente financeiro

Segundo relatam os técnicos Isabel e Ricardo, a relação com o poder público era mais próxima do que no período da CDHU. Os profissionais da área social, na gestão municipal, participavam de atividades desenvolvidas pelo movimento por meio do acompanhamento dos relatórios e também de visitas às atividades. Isso não quer dizer que havia clareza da dimensão do trabalho realizado com os movimentos de moradia, afinal, visitas esporádicas não são o mesmo que vivenciar as experiências do dia a dia.

Na equipe da Ambiente Arquitetura, nesse período, atuava a mesma psicóloga dos projetos da CDHU.

Também era a mesma psicóloga, que acompanhava, como eu falei, tinha recurso pequeno, mas foi um trabalho bastante intenso. [...] Lembrei que é o que nos leva também muitas horas, foi feito um trabalho, eu não vou dizer com amor, mas humano, muito humano, com pequenas distâncias entre a associação, as lideranças e todos nós da assessoria. Tudo bem, era profissional e tal, mas era de companheiro, era de parceiro, como foi em outros momentos, mas esse momento eu destaco um pouco. Então, eu acho que a gente conseguiu dessa maneira (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Assim como no depoimento da técnica Isabel, Nataly Ferreira (atual arquiteta da equipe Ambiente), ao ser questionada se nesse período da gestão de Marta Suplicy, havia trabalho técnico social no City Jaraguá, salienta:

A assessoria teve sim um técnico social que se apresentava em alguns momentos, entretanto não me lembro de suas atividades com as famílias. [...]. A coordenadora da entidade, por ter sua formação como socióloga, acabava, em alguns momentos, exercendo o trabalho social com as famílias (Depoimento de Nataly Ferreira, 2015).

2.4.3 Atividades do trabalho social com o movimento: contribuição dos sujeitos da pesquisa

Nessa ocasião, havia mais comissões criadas pelas famílias do que no período da CDHU, porém, não era obrigatória, nas legislações dos programas, a existência até então. A criação das comissões depende mais da proposta dos técnicos e coordenadores dos movimentos, para que as famílias possam se organizar e o processo seja mais participativo.

Mas esse eu acho que foi um destaque, bastante importante, porque me fez lembrar agora de alguns momentos em que o trabalho que eu mencionei, que era um trabalho social que a gente fazia, que a Ambiente fazia, tinha, assim, um lado de atividades culturais, atividades lúdicas, de uma preocupação grande com a organização da comissão da cozinha, que era para os mutirantes se sentirem bem em dias de mutirão. Com a associação, era com a creche. Tinha esse trabalho. Mas tinha um trabalho grande de trocar as informações, de discutir a política, de discutir o programa (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

No processo de autogestão do City Jaraguá, a questão da creche também foi considerada, já que, além de manter a família próxima, tornou-se uma possibilidade para as crianças se apropriarem dos espaços do movimento ou, conforme diz Nataly Ferreira, “é a formação dos pequenos” (Depoimento de Nataly Ferreira, 2015).

No período, Nataly era criança ou, como gosta de salientar, “*pré-adolescente*” e participou na atuação com as crianças da creche e esse envolvimento possibilitou que se identificasse com a luta.

Ao lado do terreno, há uma escola com diversos equipamentos (informática, salas de vídeos, espaços de lazer) é aberta ao público em geral e as crianças do mutirão também utilizavam esses espaços.

O trabalho social enaltece a questão cultural e, dentre outras atividades no processo de trabalho com projeto City Jaraguá, as famílias foram levadas ao teatro. Segundo relatos de Nataly, as pessoas salientaram que não sabiam como era esse espaço, ou se poderiam utilizá-los.

Também havia atividades de cinema coletivo, no espaço do empreendimento, com filmes que retratam situações parecidas com a realidade da população e que eram debatidos com as famílias, após cada atividade.

Os espaços de convivência foram diversos, e a cozinha comunitária, por exemplo, era o espaço no qual o grupo se reunia para compartilhar os momentos de intervalos no mutirão. (Fotos 35 a 38).

Fotos 35 a 38 – Aspectos da convivência no mutirão City Jaraguá (2001-2004)



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Por isso, é tão importante que tanto a equipe social como os técnicos de arquitetura planejem as ações coletivamente, pois, para criar espaços de convivência, também é preciso ter um olhar voltado à realidade de cada grupo.

Os profissionais devem atuar como questionadores de ideias preestabelecidas dentro da sociedade, compreendendo-se como sujeitos participantes da mesma luta que os movimentos.

2.5 Crédito Solidário e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades na cidade de São Paulo

Os dois principais programas federais, Crédito Solidário e MCMV-E, têm previsão de recursos para atender às solicitações dos movimentos de moradia.

Vale destacar que, apesar de não ser o objeto do presente estudo, a atuação dos técnicos sociais das assessorias e dos movimentos, nesse momento, ocorre por meio do programa MCMV-E, portanto, é importante indicar, ainda que brevemente, o seu funcionamento.

Nesse sentido, destacam-se as contribuições da UMM-SP e Ambiente Arquitetura para a elaboração de políticas públicas também em âmbito federal.

2.5.1 Crédito solidário – 2004

Em 2004, no governo Lula, o programa Crédito Solidário²⁵ é criado com vistas a permitir que os movimentos se encarreguem de gerir todas as etapas dos projetos de HIS que irão acompanhar. Inicialmente, os movimentos compreenderam esse programa como conquista, considerando o histórico de falta de programas que permitissem a participação das famílias.

O programa objetiva atender às cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, permitindo que o poder público dê o apoio, como facilitador, à participação das famílias. Também buscava promover, por meio dos recursos, entre outras opções, a aquisição de terras e as construções habitacionais.

Obviamente, não tardou para que os envolvidos observassem as dificuldades apresentadas por esse programa.

²⁵ Segundo a Resolução 93/2004, é “Um programa de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), criado pelo Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS)”.

Um dos impasses colocados aos movimentos de moradia foi a exigência para que estivessem habilitados no Ministério das Cidades, com vistas a atender às burocracias administrativas e, entre elas, que o movimento se constituísse como pessoa jurídica, ou seja, entidade com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a UMM-SP, com Ambiente Arquitetura, construiu três empreendimentos com recurso do programa, dos quais dois verticalizados: Vila Patrimonial, localizado na zona sul de São Paulo, e o Colinas da Oeste, localizado no bairro do Jaraguá; e um horizontalizado: o Vale das Flores, no bairro do Jaraguá.

Destes, a Ambiente Arquitetura realizou trabalho social com Vila Patrimonial e Colinas da Oeste. O processo de trabalho do empreendimento Vale das Flores, foi realizado por técnicos do movimento.

As obras dos empreendimentos verticalizados foram iniciadas em 2008 e, apesar da obra já estar terminada, estão em fase de legalização²⁶ há mais de dois anos e, por esse motivo, o trabalho social com as famílias na fase pós-ocupação foi prejudicado. Destaca-se que, o fato de passar muito tempo, entre uma ação e outra, prejudica e fragiliza todo o conjunto de trabalho realizado anteriormente com o grupo.

A atualização e regularização dos documentos do imóvel, bem como a elaboração dos estudos técnicos preliminares; obtenção dos pareceres das concessionárias do serviço público; adequação às normas e posturas municipais, observando-se as exigências estabelecidas pelas normativas do programa, foram os fatores que provocaram a demora no avanço dos empreendimentos.

Também as buscas por terreno com condições de realização dos projetos e com estrutura de serviços públicos que atendam às famílias, com certeza, foi um dificultador, considerando que essas áreas são mais valorizadas e somente as construtoras têm acesso.

²⁶ Processo em que o empreendimento habitacional passa pelos trâmites de cartório para a liberação do Habite-se, e pelas legislações; as famílias só podem morar no empreendimento, após a liberação desse documento. Dentro desse processo de legalização, há diversas solicitações de documentos de aprovação de diversos órgãos, como, por exemplo, os bombeiros. Por passar por em tantas instâncias não articuladas entre si e por vezes terem normativos distintos para a mesma situação, o tempo de espera das famílias é longo.

A partir dessas experiências, os técnicos da assessoria e da UMM-SP identificaram que, ainda que o programa permitisse a gestão e participação das famílias, não eram os seus interesses que estavam sendo atendidos.

Já que os movimentos necessitam comprar um terreno para a construção das moradias, as dificuldades se apresentam, pois, a terra continua a ser mercadoria.

O programa condicionava a liberação de recurso para a compra de terras à aprovação do projeto arquitetônico. As aprovações de projetos, até os dias de hoje, demandam longo prazo de espera, muitas vezes anos, devido à morosidade dos agentes envolvidos: poder público e agente financeiro.

Nesse processo de espera, os proprietários que haviam negociado com os movimentos, acabavam vendendo o terreno para as construtoras. E, assim, muitas famílias foram prejudicadas e diversos projetos perdidos.

Segundo a Resolução 93/2004²⁷, do programa Crédito Solidário, um dos critérios para a participação das famílias, é que estejam organizadas de forma associativa, com renda bruta mensal de até R\$ 1.125; ou famílias com renda bruta mensal entre R\$ 1.125,01 e R\$ 1.900,00, limitados a 10% das famílias, ou 35%, no caso de regiões metropolitanas.

As famílias passavam por análise de risco, em que o comprometimento da renda apurada, com o financiamento habitacional, era de até 25%. Dessa forma, muitas famílias do movimento tiveram dificuldades em acessar o programa. Isso fez com que a UMM-SP e os técnicos se reunissem para elaborar propostas de mudanças no programa e pressionaram o poder público.

O recurso do programa Crédito Solidário, para todo o processo (trabalho social, construção e aquisição de terreno), era de R\$ 30 mil por Unidade Habitacional (UH), em regiões metropolitanas.

O programa direciona recurso no valor de R\$ 14 mil para as atividades do trabalho social, que consta como exigência nas legislações do programa. Entretanto, a legislação previa um tempo de realização de trabalho social muito inferior ao que

²⁷ A Resolução 93, de 28 de abril de 2004, “Cria o Programa Crédito Solidário voltado para o atendimento de necessidades habitacionais de famílias de baixa renda organizadas em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil”.

de fato, ocorria, na prática. Ainda segundo a Resolução 93/2004, o trabalho social consiste:

No planejamento e na execução de ações integradas de caráter informativo, educativo e de promoção social [...]. As ações referem-se às informações sobre o programa e projeto em desenvolvimento; apoio à organização comunitária, educação ambiental, patrimonial, para a cidadania; geração de trabalho e renda/ou capacitação profissional (RESOLUÇÃO 93/2004, Item 07).

Já durante os trabalhos nos dois empreendimentos realizados pela UMM-SP, por meio da Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste²⁸ e o Mohas²⁹, os movimentos pressionaram o poder público por meio de manifestações nas ruas das cidades de São Paulo e Brasília. O Mohas, por exemplo, conseguiu complementar o recurso de obra com aporte dos poderes municipal e estadual.

Diferente da CDHU e Cohab, para o Crédito Solidário, as atividades de mutirão com as famílias eram parciais. As famílias participavam menos dos processos de mão de obra e mais da gestão.

2.5.2 Crédito Solidário 2005-2009: trabalho social, movimento e assessoria

No que tange ao programa Crédito Solidário, a assessoria realizou trabalho social nos projetos: o Vila Patrimonial e o Colinas da Oeste.

Do programa Crédito Solidário, conforme já salientado, os profissionais das assessorias e os representantes da UMM-SP participaram no formato da elaboração da proposta de construção do programa, mas não saiu como o esperado. As famílias não tiveram acesso às terras mais bem servidas de infraestrutura, que foram vendidas às construtoras. Além de atender aos interesses do mercado, não se registra alteração na lógica para o trabalho social.

Havia um recurso previsto para o trabalho social, porém, como nos demais programas, a possibilidade de pagar o técnico e ter estrutura para as atividades veio

²⁸ Realizou a execução e gestão dos Empreendimentos Colinas da Oeste e Vale das Flores, com recursos do programa Crédito Solidário. Tal projeto está finalizado e em fase de legalização

²⁹ Realizou a execução e gestão do Empreendimento Vila Patrimonial com recursos do programa Crédito Solidário. Tal projeto está finalizado e em fase de legalização

com o mesmo formato que os programas anteriores, demonstrando preocupação mínima com essa organização.

O programa não fugiu da lógica, que é a produção em massa de habitação, como se isso, por si só, pudesse resolver o problema do déficit habitacional. Ricardo relata:

Como todo governo, as pessoas olham e falam “imagina, o dinheiro é para a produção”, sempre o entendimento da construção de resolver o problema da moradia no País é construir unidade. Independente se ela é boa ou se ela é ruim; se é bem-feita ou malfeita; se tem a participação das famílias ou não tem, sempre teve esse entendimento. Então, o dinheiro que vai lá para a habitação, tem que ser para comprar bloco, concreto, e tal, tem que ser para produzir a casa e não uma outra coisa (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Desde o período da atuação com a CDHU e Cohab, o movimento e a assessoria buscaram realizar mais do que o recurso permitia, então, mesmo no programa Crédito Solidário, o valor era tão baixo que só permitia pagar o salário dos técnicos, que mantinham outros trabalhos, fora da assessoria, para ter garantida sua sobrevivência, enquanto trabalhador.

O problema era o mesmo dos demais programas: as assessorias e os movimentos que se propunham a fazer um trabalho relevante e comprometido com as famílias gastavam mais do que poderiam.

No Crédito Solidário, mesmo tendo esse recurso, era muito pequeno, muito difícil – aliás, todo recurso era pequeno, mas esse era pequeno mesmo. O técnico social não tem uma expectativa de ter ressarcido o seu trabalho minimamente, enfim, a sua produção. Porque vai ter dinheiro para construir e não vai ter dinheiro para o trabalho social? Tem que ter e essa distribuição é feita na maneira que vem no programa. No programa, tinha realmente valor muito reduzido para isso, então, tinha que se fazer o projeto social relacionado com o que tinha, e a vigência também, claro, em função de toda essa estrutura, esse formato, que tinha sido montado para o Crédito Solidário. Então, nesse momento, também tivemos mais psicólogos, mais técnicos sociais (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Apesar de haver mais técnicos sociais, o formato do programa limitava as atividades e a participação dos profissionais.

Comparando os programas que existiram até então, há uma diferença, ainda que mínima, no programa Crédito Solidário, visto que, além da possibilidade de, a partir do trabalho integrado, estruturar um pouco mais a equipe, a organização para o trabalho social também aumentou, em proporção de tempo de atuação nas atividades.

Quando tinham os períodos específicos para o trabalho, e tinha os dias para o trabalho social que todos participavam, todas as atividades era proposta tratadas junto com a coordenação do projeto. Tinha uma parte que era de preparação, de formação, de entendimento do que é autogestão, como estava sendo feito o projeto, isso o pré-obra, depois na obra, da organização das comissões isso foi feito junto, como também um trabalho além disso, que era de formação das pessoas enquanto cidadãos, isso também era feito. Em escala pequena, mas sempre tinha uma atividade específica para isso (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

No mesmo sentido, Evaniza Rodrigues, ao refletir acerca do trabalho social nos programas habitacionais que se relacionam aos movimentos populares salienta que

No Crédito Solidário, aí sim, a partir do Crédito Solidário isso fica uma coisa muito mais clara, muito mais definida, com um programa mais delimitado, das ações. Posso estar me esquecendo de alguma coisa, mas só no MCMV é que você vai ter um normativo, um termo de referência, que aí no nosso entender, por um lado, foi um ganho: tem que ter, tem grana para ter, tem um repertório mínimo ou seja não pode simplesmente transformar a assistente social em areia, pedra e tijolo, por outro lado, reduz o conceito de trabalho social na autogestão e ele passa a ser quase que o requisito mínimo aos normativos, uma cópia de um trabalho feito pela gestão pública, pelo poder público. E se perde, no meu entendimento, a construção que vinha sendo feita pelos movimentos, pelas assessorias técnicas sobre isso (Depoimento de Evaniza, 2016).

A equipe de técnicos sociais da Ambiente Arquitetura era composta de duas psicólogas e um psicólogo, que atuavam nos dois projetos, no mesmo período. Os técnicos sociais que acompanhavam o trabalho dos dois empreendimentos supracitados deixaram de compor a equipe em 2010, ou seja, antes da realização do trabalho de pós ocupação. Desde então, os próprios moradores vêm se organizando. Houve atuações esporádicas dos profissionais de arquitetura até 2013 quando novos técnicos sociais foram contratados e retomou as atividades com o grupo, considerando que o Habite-se foi liberado em 2015 (Fotos 39 a 53).

Fotos 39 a 53 – Mutirão e trabalho social com as famílias do Mohas (2007-2015)



Fonte: acervo da Assessoria técnica Ambiente Arquitetura

2.5.3 Relação com poder público/agente financeiro

No que tange à relação dos agentes públicos e do agente financeiro, no período do Crédito Solidário, o trabalho social e a organização do movimento eram acompanhados a distância.

O agente financeiro, nesse caso, a CEF, tem suas regras internas, que impossibilitam os profissionais de realizar visitas, participar de reuniões à noite ou

em fim de semana. Antes disso, o movimento deve fazer uma solicitação, por meio de ofício, por exemplo, para que o técnico da CEF participe de alguma atividade.

Eu estava pensando: Como é o entendimento de quem está lá no poder público? Interesse tem, não dá para fazer. Sempre tem alguma forma: não trabalha 2 horas aqui e no sábado de manhã vai lá duas horas, vai fazer uma troca, qualquer coisa, para ver, para aprender também, para poder até analisar relatório, reavaliar o programa e tal. Então, por isso que o nosso papel acaba sendo muito de contestar, porque sempre vem coisas muito irreais, muito fora da realidade, fora que não são aceitáveis. Não tem um entendimento de qual é o trabalho do movimento, qual é o trabalho nosso, o que de fato precisa ser feito, só através do que a gente fala mesmo, e que nem sempre é aceito (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

A técnica social, que acompanhava o trabalho da equipe da Ambiente por meio do agente financeiro, realizava reuniões com os técnicos sociais da assessoria e com os coordenadores dos empreendimentos.

Nas reuniões, buscava salientar que havia pressão do setor financeiro do agente, que lhe solicitava informação de como estava o trabalho social nos projetos para liberar ou não o recurso: se o relatório está entregue e aprovado, libera-se o recurso, se não, atrasa-se o valor das medições de obra e trabalho social.

Vale considerar que os relatórios baseiam-se em outro instrumento: o Projeto Técnico Social (PTS), que prevê as ações em conformidade com o cronograma de obra. Ou seja, ainda que a realidade das famílias seja dinâmica e, portanto, em constante transformação, a equipe social precisa elaborar esse planejamento dentro de regras elaboradas de cima para baixo, que limitam a atuação do técnico e, ao mesmo tempo, não dispõe de recursos para realizar as atividades.

Nos relatórios, é necessário informar as atividades previstas em conformidade com a ordem cronológica do PTS.

Uma das pessoas que vivenciou a experiência de construir sua moradia com o programa Crédito Solidário foi a representante Graça. Em relação ao trabalho social realizado com as famílias do Vila Patrimonial, salienta:

Na época, no Patrimonial, o técnico social era o Carlos³⁰, ele, dentro da medida do possível, fez o que podia. Eu acho que, por causa dos recursos, a gente não teve técnico social como deveria. Mas, assim mesmo, eu acho que foi bem proveitoso, ele conseguiu passar alguma coisa, nós aprendemos coisas, também, dentro das possibilidades. [...]. Pelo tempo que nós tínhamos com o técnico social, que era uma vez a cada 15 dias, pela falta de recursos, que era muito pequeno dentro do valor que tinha para o trabalho social, aí o Carlos também não podia fazer milagre, né. Ele conseguiu fazer algumas coisas, assim, de entendimento do que era mutirão (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

É interessante observar que a representante não culpabiliza o técnico, pois compreende que havia limitações na atuação dele. Essa visão resulta da própria experiência de Graça nesse processo e também de um trabalho da equipe que fomenta, aos representantes, uma leitura mais ampla da forma como são pensadas as políticas públicas no Brasil.

2.5.4 Atividades do trabalho social com o movimento: contribuição dos sujeitos da pesquisa

A moradia da representante Graça, o projeto Vila Patrimonial foi construído na zona sul de São Paulo, em um bairro que há deficiência de serviços. O programa prevê a construção de moradias, porém não há proposta de construção e articulação de equipamentos e serviços para que a população possa utilizar, como é de direito.

Diante dessa situação, as famílias organizadas, no caso do Vila Patrimonial, já inserida na dinâmica da UMM-SP e em conjunto com a Ambiente Arquitetura, após a chegada no bairro, articularam os demais moradores para pressionar o poder público.

Uma das coisas de você ter as famílias organizadas foi as conquistas do bairro, na melhoria do bairro. Um exemplo foi uma AMA³¹, que agora está no nosso bairro, que antes não tinha. A gente organizou, levamos as famílias lá, fizemos lá várias reivindicações e hoje tem uma AMA que atende ao nosso condomínio. Inclusive, tem pessoas que moram no nosso condomínio que trabalham nessa AMA hoje, gerou empregos. A gente, que participava do movimento de saúde, que era da igreja Nossa Senhora Aparecida, um grupo grande da Cidade Ademar, não era só o Patrimonial, era um grupo grande, do qual a gente fazia parte. Fizemos várias reuniões, manifestação, a gente conseguiu essa conquista (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

³⁰ Psicólogo, técnico social que trabalhou na Ambiente Arquitetura no período do Crédito Solidário.

³¹ É o serviço de Assistência Médica Ambulatorial (AMA). No caso supracitado, refere-se à unidade de Cidade Ademar, em São Paulo/SP.

O mutirão e os momentos de autogestão, conforme já relatado, são espaços de um aprendizado.

Se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa (como a melhoria da escola do bairro), depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas (como a preservação de um área verde ou a melhoria do trânsito). Podemos ainda nos articular com 16 outros grupos para desafios maiores, como o fim da violência, o combate ao desemprego, etc. Aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente, ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia (TORO; WERNECK, 1996, p. 15-16).

As atividades do trabalho social desenvolvido em projetos do Crédito Solidário, assim como nos demais programas, envolveram a criação de comissões maiores: Cozinha, Socioeducativa, Saúde, Compras, Almojarifado, Segurança na Obra, Comissão de Obra, Conselho Fiscal, Comissão de Cotação, Ética, Comissão de Meio Ambiente e Pontuação.

Para compor essas comissões, a equipe social, em conjunto com os arquitetos, a partir das experiências em outros processos de trabalho coletivo, esclareciam, em assembleia, qual seria o papel de cada comissão. A partir disso, as famílias optavam por participar daquela com a qual se identificavam. Para a representante Graça, a partir de uma fala do técnico social Carlos, começou a participar da Comissão de Compras.

Ele conseguiu fazer algumas coisas, assim, de entendimento do que era mutirão. Eu me lembro de um trabalho que fez, que ele queria montar comissões, ninguém queria fazer parte de nada, ninguém, a de compras ninguém participava, aí eu dei meu nome. Eu acho que o Carlos conseguiu me salvar; se ele não tivesse falado aquele dia com convencimento, eu também não teria me candidatado para fazer parte da Comissão de Compras. Eu entendi o que ele estava falando, entendi a importância, ele conseguiu passar para a gente a importância, o que é o processo de autogestão da obra (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

Os profissionais que atuam na Ambiente Arquitetura, de forma geral, tentam desconstruir a ideia do trabalho social enquanto “convencimento”. Estimular as famílias do movimento, não é o mesmo que convencê-las já que a participação está relacionada também a compreensão de sua própria capacidade em realizar mudanças, compreensão da importância de sua participação enquanto sujeito político.

Observa-se no relato que Graça quis participar da atividade, porque compreendeu a importância de seu envolvimento no processo do qual já faz parte. O técnico forneceu elementos para a reflexão, porém o ato de participar partiu desta compreensão e da vontade em e contribuir.

Também na atuação dos técnicos, de forma geral, nesse trabalho conjunto, o estímulo ao envolvimento das crianças e dos jovens, nas atividades desenvolvidas pelos movimentos, pode trazer resultados positivos. No empreendimento Vila Patrimonial, por exemplo, por meio da Comissão Socioeducativa, as crianças organizaram uma assembleia no condomínio para eleger um minissíndico e pensar em atividades do interesse delas. Com isso, surgiu a possibilidade de obterem uma brinquedoteca e uma videoteca, no espaço do centro comunitário.

A opção de manter um centro comunitário no local, hoje utilizado por todos, é das famílias. Os técnicos discutem entre si e depois levam as propostas para as famílias que, às vezes, passam até meses decidindo sobre os equipamentos ou a cor de seu empreendimento.

Na discussão, por exemplo, para decidir uma cor, na opinião da equipe da Ambiente Arquitetura, o resultado não é a cor escolhida, mas o processo de decidir coletivamente.

O olhar cuidadoso e preocupado dos profissionais da Ambiente Arquitetura no processo de trabalho e mesmo na reflexão da própria prática contribui à trabalhos futuros.

Nós fomos no conjunto da CDHU outro dia, e eu entrei nos apartamentos. [...]. Não deixei de perguntar para as pessoas como elas usam os apartamentos, por exemplo, eu reparei que eles têm uma varanda pequena, que quase ninguém usa como varanda, virou um depósito da casa. Tem gente que até fechou com plástico a parte de fora. E aí deixa bicicleta, um monte de tranqueira, tudo o que a gente vai juntando na vida tava lá na varandinha. [...]. Então, é uma coisa que eu tenho que prestar atenção, não só como arquiteto, mas como alguém que está nesse processo como um todo. Ali tem um problema. A gente não considerou que essas famílias, na vida, precisavam de um lugar para guardar essas coisas. Então, esse apartamento não tem esse lugar, está faltando (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Observa-se, ainda, que os vínculos criados entre os profissionais e as famílias do movimento seguem para além do fim da obra.

2.6 Minha Casa Minha Vida Entidades (2009 – Atual)

O programa é regulamentado pelas diretrizes do Ministério das Cidades, por meio da Lei 11.977, de 7 de julho de 2009³²; Lei 12.424, de 16 de junho de 2011 (com alterações da Lei 11.977, de 7 de julho de 2009); Resolução 200, de agosto de 2014 (fornece diretrizes ao Minha Casa Minha Vida Entidades); Portaria 21, de janeiro de 2014 (fornece diretrizes ao Trabalho Social em HIS); Portaria 412, de 08 de agosto de 2015 (dispõe sobre os parâmetros de priorização e sobre o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMVE); e Instrução Normativa 39, de 19 de dezembro de 2014 (que regulamenta a Resolução 200, do MCMV Entidades).

Como já mencionado, a UMM-SP é um dos principais movimentos que vem intervindo de forma propositiva junto ao poder público e, com isso, contribuiu para que, em 2009, fosse implementado o PMCMV e com ele a modalidade via Entidades (PMCMV-E) que objetiva tornar acessível a moradia para a população de baixa renda, organizada em associações, dentre outras formas. Indicou propostas para o PMCMV-E, a partir das vivências históricas, considerando, inclusive, as deficiências encontradas no programa Crédito Solidário.

Contudo, há diferenças marcantes entre os dois programas, especialmente no que se refere ao modo como cada um lida com a questão de financiamento. O Crédito Solidário é um programa de financiamento no qual o beneficiário retorna integralmente o valor de investimento, em até 20 anos, sem taxa de juros, o que já era considerado um avanço. O MCMV-E, por sua vez, não parte do valor financiado, mas sim da capacidade de pagamento da família beneficiária, fixando as mensalidades em 5% da renda familiar, por um período de dez anos. Assim, a mensalidade do MCMV-E muitas vezes é um valor simbólico e educativo (TATAGIBA; TEIXEIRA; BLISKSTAND; PATERNIANI, 2013, p. 20).

Além da possibilidade de gestão via movimentos, já disponível no programa Crédito Solidário, o PMCMV-E prevê a compra antecipada de terrenos e o recurso para o trabalho social é consideravelmente superior ao programa anterior, mas

³² A Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, “Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 8.036, de 11 de maio de 1990; e 10.257, de 10 de julho de 2001; e a Medida Provisória 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

destacando que esses recursos, em programas anteriores, eram escassos ou não existiam.

A experiência da UMM-SP contribuiu a ações positivas na cidade de São Paulo, porém, isso não quer dizer que no âmbito nacional, o PMCMV-E atenda a realidade da população. Segundo Lago (2009, p. 1)³³,

O caso de São Paulo sobre autogestão de moradia está em outro nível em relação ao resto do país. Isso se deve às inovações e ao acúmulo de experiências, porque na verdade a capital paulista não começa sua experiência autogestionária no governo Lula com o Crédito Solidário, mas no governo da Luiza Erundina em 1989.

Outra diferença entre os programas refere-se à pesquisa de risco financeiro ao qual as famílias eram submetidas. No programa atual, as famílias não precisam comprovar que tem condições de realizar financiamento. Considerando as mudanças, nesse aspecto entendidas como positivas, o programa MCMV-E apresenta:

Não será necessária a avaliação de risco de crédito da Entidade Organizadora por parte do Agente Financeiro para verificação de sua capacidade de pagamento, no entanto será necessário realizar a análise da capacidade de gestão, regularidade jurídica e fiscal e, ainda, o histórico da entidade na implementação de empreendimentos habitacionais (RESOLUÇÃO 200/2014. Art.12.1.1)

Quando surgiu o programa MCMV-E, a renda constante nas legislações para famílias de baixa renda, compreendida dentro do conceito de “faixa I”, visava a atender pessoas que tivessem renda bruta familiar até R\$ 1.395.

Naquele período, esse valor correspondia à soma de três salários-mínimos, porém, com os ajustes salariais anuais, e o longo tempo de espera para aprovações de projetos as famílias iam se desenquadrando do critério e, há casos de ultrapassar o valor em R\$ 1 ou R\$ 2. Nessa situação, a família que passou anos lutando para acessar seu direito, não é atendida com moradia e ao mesmo tempo, não tem possibilidade de acessar outras modalidades do programa.

Compreendendo que essa proposta não atendia à realidade das famílias e não considerava elementos apontados pelos técnicos e movimentos, estes, em especial a UMM-SP, reivindicaram que a renda fosse alterada sem a definição de valor e, em vez disso, indicada a opção como “três salários-mínimos”. Em 2011, por meio do Decreto 7.499, de 16 de junho de 2011, foi alterado o valor da renda.

³³ Entrevista publicada no Observatório das Metrópoles do Instituto Nacional de Ciências de Tecnologias.

As operações realizadas com recursos provenientes da integralização de cotas no FAR e recursos transferidos ao FDS, conforme previsto no inciso II do *caput* do art. 2º, beneficiarão famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) e ocorrerão na forma de regulamento estabelecido por ato conjunto dos Ministérios das Cidades, da Fazenda, e do Planejamento, Orçamento e Gestão (DECRETO 7.499, 2011, Art. 08).

Observa-se que os movimentos não conseguiram que a mudança da normativa fosse alterada para três salários-mínimos e compreendem que esse processo não difere das dificuldades de programas anteriores, como o Crédito Solidário, em que devido a processos burocráticos e aprovações tardias dos projetos, as famílias iam se desenquadrando do critério de renda.

Também há os critérios de priorização: Mulher chefe de família; titular ou membro familiar com deficiência; idosos e moradores de áreas de risco.

Os idosos são prioridade no atendimento, não há idade máxima prevista para acessar a moradia. Este é um direito garantido na Constituição Federal de 1988, com a luta dos trabalhadores organizados.

O programa MCMV-E prevê que as famílias que participam dos programas de HIS devem ser inseridas no sistema federal do Cadastro Único (CadÚnico). Ocorre que as famílias faziam o cadastro e depois passavam por uma entrevista com a CEF. Compreendendo que não havia necessidade de realizar duas entrevistas para o mesmo sistema, a UMM-SP, enquanto elaborava uma proposta por escrito e por meio de reuniões com os representantes do Ministério das Cidades, sugeriu que sejam consideradas as informações relatadas no momento da inserção no cadastro único, sistema ao qual o agente financeiro tem acesso e pode utilizar.

Além das articulações mencionadas, em 2011, a UMM-SP também realizou atos em Brasília e em frente à CEF³⁴.

Nesse sentido, a modificação foi compreendida como conquista, para os movimentos, pois não é mais necessária a entrevista com o agente financeiro nessa modalidade do programa. As informações das famílias são transmitidas para o sistema no número de contrato do projeto do qual fazem parte e os dados passam por consulta em sistemas de cadastro de participantes do FGTS; na Relação Anual de Informações Sociais (Rais); no Cadastro Nacional de Mutuários (Cadmut),

³⁴ Atual Gerências Executivas de Governo e Habitação (GIHAB). Sede da Av. Paulista, em São Paulo/SP.

Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin); e Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliária (Siaci).

Atualmente, a renda bruta familiar permitida pelo programa MCMV-E é de um R\$ 1.600.

Os representantes do governo federal alegam que, para as cidades brasileiras, o valor do programa contempla a realidade da população de baixa renda e, portanto, não há necessidade de alteração.

Compreende-se que tal alegação não considera a problemática que isso implica. Um dos problemas é a defasagem relacionada à inflação, ou seja, o valor de R\$ 1.600,00 hoje é diferente de quando o programa foi criado. Outro problema é desconsiderar as diferenças e disparidades regionais, pois o custo de vida em uma cidade grande é diferente de uma cidade pequena.

Se não é considerada a realidade da população brasileira, os programas não vão atender à população.

Já em relação às burocracias, hoje não é necessário apresentar, ao agente financeiro, o comprovante de renda ou endereço, como ocorria nos demais programas habitacionais. Ocorre que esse era um ponto muito difícil, para as famílias, muitas vezes prejudicadas por não terem como comprovar endereço, por viverem em áreas irregulares, além de a maioria trabalhar em situação informal, o que implica não ter comprovante de renda.

Os representantes da UMM-SP conseguiram implementar propostas apresentadas em seminários que realizaram em diversas regiões, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, e que foram consolidadas na Instrução 45, de 11 de novembro de 2012, e em especial na luta pelo aumento do valor estipulado para as UH, que passou de R\$ 52 mil, previstos na Resolução 141, de junho de 2009, para R\$ 76 mil, alterado na legislação mencionada e que se mantém na atualidade. Esse valor de R\$ 76 mil, já era o valor acessado pelas construtoras.

A luta para a modificação de valores das U.H também está relacionada ao fato de que as construtoras têm acesso ao recurso do MCMV e recebiam totais diferenciados, ou seja, o recurso que as empresas recebiam eram maiores, pois, historicamente, há o entendimento, por parte de alguns agentes, de que as famílias dos movimentos precisam sempre de menos. Portanto, a luta vem no sentido não

apenas de ter a moradia com melhor qualidade, mas de não permitir que aqueles que vêm sendo deixados de lado no acesso aos direitos, continuem sendo prejudicados.

A Resolução 200/2014 e a Portaria 21/2014, em vigência, preveem o recurso para o trabalho social no “valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do valor da operação, quando se tratar de loteamentos, e 2% (dois por cento) para empreendimentos sob a forma de condomínios” (Cap.V, Art. I). De acordo com o arquiteto Ricardo Gaboni,

Algumas pessoas do governo acham que essa organização é uma coisa que cai do céu, que não precisa de dinheiro, que não precisa de nada, já existe, já vive e não querem saber como. É um erro também [...]. Então, já é uma evolução grande da época que havia um entendimento mais assim: primeiro a habitação social é habitação para pobre, então, quatro paredes com telhado em cima está resolvido. Quanto menos dinheiro gastar, mais famílias vamos atender, porque, afinal, tem uma demanda enorme vivendo muito precariamente, muito mal, se atender mais gente, mesmo que de forma só razoável, ok, está valendo. Não é o que a gente faz. A gente pensa num atendimento definitivo e tal (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Assim como no programa Crédito Solidário, para acessar os recursos do programa MCMV-E, os movimentos devem estar habilitados no Ministério das Cidades, na forma de pessoa jurídica, e com CNPJ, além de apresentar comprovações de experiência no processo de gestão, conforme item 5.2 da Resolução 200/2014, na modalidade de “contratação direta com a entidade organizadora (pessoa jurídica)”.

Compreende-se que, devido ao recurso ser mais alto, as exigências também são maiores, se comparadas às do programa Crédito Solidário.

Essa exigência é vista como negativa, dada a forma como os movimentos vem sendo convocado a se tornar entidade jurídica. Porém, não há como deixar de considerar que essa também é uma forma de garantir transparência, às famílias, já que associações de origem desconhecida, que não compõem a luta dos movimentos de moradia, podem acessar o recurso na modalidade entidade.

Dessa forma, é possível saber ainda, quem são as associações denominadas de “barrigas de aluguel” pelos representantes da UMM-SP. Não tardou para que a mídia divulgasse denúncias alegando que os movimentos sociais estavam realizando fraude com verba pública, criminalizando e enfraquecendo, com isso, as ações dos movimentos de moradia. A UMM-SP, tem que o tempo todo criar

estratégias e mecanismos que possibilite ampla transparência de suas ações com vistas a não permitir que falsas alegações desmobilize as famílias.

No item 6, da Resolução 200/2014, sobre o regime de autogestão, são considerados os seguintes itens: Autoconstrução pelos próprios beneficiários; Mutirão ou ajuda mútua; e Administração direta. Além disso, prevê:

Parágrafo único. Para o caso de regime de construção sob autogestão, é obrigatório que o Responsável Técnico ou a Assessoria Técnica da Entidade Organizadora comprove, junto ao Agente Financeiro, acervo técnico compatível ao projeto elaborado (RESOLUÇÃO 200, DE AGOSTO DE 2014).

Já nas primeiras experiências em relação ao MCMV-E, a UMM-SP conseguiu realizar as três primeiras compras antecipadas de terras: dos empreendimentos Florestan Fernandes e José Maria Amaral, do Movimento Leste 01 - filiado à UMM - a primeira do Brasil; a segunda, o empreendimento Maria Zorilda, da Central Pro-Moradia Suzanense (Cemos); e a terceira, o Projeto Alexios Jafet, do qual fazem parte três movimentos: Associação dos Trabalhadores Sem Teto Zona Noroeste; Associação por Habitação com Dignidade (AHD); e Anjos da Paz da Vila Santista.

Nas negociações com proprietários, agentes públicos e financeiros dessas três opções de compra de terra pioneiras, no Brasil, pelo MCMV-E, a assessoria técnica Ambiente Arquitetura estava presente e faz parte dessa conquista coletiva.

Destaca-se a importância da participação da assessoria, nesta etapa, pois não se trata simplesmente de comprar terras para construir determinado número de unidades habitacionais. Existem vários outros aspectos que precisam ser considerados, como o acesso a equipamentos públicos, à cultura, ao esporte, lazer, transporte, proximidade dos locais de trabalho, etc.

Comprar as terras não é o que se objetiva, porém, se consideradas as escassas opções da população e a disputa pela terra com o mercado, que hoje almeja inclusive as áreas mais distantes, é uma conquista para a UMM-SP e para as assessorias.

Além das primeiras compras, a assessoria contribuiu para viabilizar o projeto Santa Terezinha III, em Taboão da Serra (Associação Família Feliz); e Santa Sofia, na zona sul de São Paulo (Mohas).

O PMCMV-E apresenta como exigência a constituição da CAO e CRE. Cada uma deve ter no mínimo um representante da coordenação do movimento e dois futuros moradores.

A CAO é mais voltada para a gestão das atividades das obras e dá apoio à CRE, que, por sua vez, aglutina os que assinam as documentações exigidas para as liberações de recursos do programa. As comissões são eleitas em assembleia.

Para que as comissões não se restrinjam a processos burocráticos, os movimentos abrem um leque de possibilidades para atuação de CAO e CRE.

No programa MCMV-E e também nos mencionados programas anteriores de mutirão (municipais e estaduais), os movimentos não se limitam a ter apenas uma ou duas comissões. Por isso, a UMM-SP, em conjunto com os técnicos, sempre trabalhou os grupos de famílias por meio de comissões.

A ideia de ter comissões é a autogestão funcionando. O diferencial é onde a formação política é pensada pelo movimento e pelos técnicos.

Uma das atividades consideradas como prática da transparência é o momento da prestação de contas, além de acompanhar todo o processo, quando em assembleia, as famílias recebem informações e comprovações acerca da utilização dos recursos.

A diferença entre o MCMV-E e os demais programas está relacionada à participação e organização das famílias e, nesse sentido, é um avanço, já que permite implementar o que está previsto na PNH: a participação popular. Entretanto, o programa MCMV-E atende apenas 3% do déficit habitacional, conforme relatam as autoras.

Cinco meses depois do lançamento do Programa, e como resultado da pressão dos movimentos sociais de luta por moradia, o governo lançou o Minha Casa, Minha Vida - Entidades. O Minha Casa Minha Vida - Entidades (MCMV-E) é uma modalidade pequena, na qual só podem ser contempladas famílias com renda mensal de até R\$1.600,00. O MCMV-E representa 3% do financiamento total do MCMV e consiste na destinação de recursos públicos para moradia popular que são geridos por entidades da sociedade civil (TATAGIBA; TEIXEIRA; BLISKSTAND; PATERNIANI, 2013, p. 20).

Observa-se que na UMM-SP há a preocupação em dar continuidade na luta pela implementação da PNH, segundo os princípios da Reforma Urbana, porém, compreende-se que esses programas são um dos caminhos para se chegar a uma

PNH que atenda aos interesses da população, a principal bandeira de luta dos movimentos de moradia.

Nos encontros da UMM-SP, há discussões acerca do formato do programa e sobre o que fazer diante das dificuldades e da lógica pensada para os programas habitacionais: o movimento pode aceitar a derrota para o mercado e esquecer o que já foi conquistado até o momento, ou continuar sua luta trazendo à luz os desafios, mas também as possibilidades, dentro desse contexto, para mostrar que pode fazer diferente. Compreendem que é cedo para abandonar os instrumentos conquistados até agora e aceitar a derrota para o mercado.

2.6.1 MCMV-E (2009-2016): trabalho social, movimento e assessoria

É interessante mencionar que, dos projetos viabilizados pelos movimentos em parceria com a Ambiente Arquitetura, dois têm acompanhamento da equipe social, que são o Alexios Jafet (Jaraguá) e o projeto Santa Terezinha III (Taboão da Serra).

A equipe social da assessoria conta, hoje, com duas assistentes sociais, das quais uma foi contratada em 2011 e a outra em 2014. A equipe atua nos movimentos filiados a UMM-SP em projetos de HIS com recursos do programa MCMV-E. No que tange à equipe de arquitetura, são seis arquitetos (as) e sete graduandos em arquitetura.

É importante destacar que a equipe de arquitetos foi estruturada no início e no meio da obra³⁵ dos empreendimentos Florestan Fernandes e José Maria Amaral (Leste 01) que realizou o trabalho social pré-obra com a equipe social da Ambiente Arquitetura e após contratação da obra e liberação dos recursos, optou por empregar técnicos sociais diretamente pelo movimento, mantendo a assessoria no acompanhamento das obras. Na avaliação de Evaniza, essa também é uma experiência positiva para o movimento.

Na leste 01, a gente vem tendo uma experiência recente desse último empreendimento e dos próximos que vão vir, de ter um grupo de técnicos sociais, de pessoas que estão trabalhando com o movimento, então, eles não estão trabalhando só naquele empreendimento, só naquele “o fulano é técnico social do mutirão tal” mas que atuam no conjunto das coisas, estão

³⁵ O início do trabalho social pré-obra foi em 2010 e chegou até 2012.

com a gente no planejamento, estão com a gente nos atos, estão com a gente na obra, estão com a gente na hora de discutir obra, na hora de trabalhar o social. A gente tem avaliado e tem sido legal. Tem funcionado (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

Trabalhar no contexto do MCMV-E não é tarefa fácil, pois é um dos programas que mais apresenta recursos para o trabalho social e, ao mesmo tempo, aquele que mais fomenta o mercado imobiliário.

Com a possibilidade de estruturar a equipe social para atuar com as famílias do movimento, a assessoria Ambiente Arquitetura e os movimentos ficaram esperançosos, porém, uma vez mais o trabalho social ficou prejudicado.

Ao refletir acerca de qual é a proposta do programa para o trabalho social e o que de fato ocorre, algumas dificuldades foram identificadas, na atuação da equipe social da Ambiente Arquitetura, nos projetos que acompanham.

O programa prevê que, após a compra do terreno, a equipe e as coordenações da entidade devem realizar a etapa pré-obra e, dentro dessa exigência, é necessário realizar atividades como: Cadastramento das famílias para levantar as informações do grupo familiar; Processo de seleção das famílias e inclusão de seus dados no CadÚnico; Entrega da documentação solicitada pelo agente financeiro; Elaboração de projeto técnico; Apresentação do projeto urbanístico; Orientações sobre o programa, etc.

O agente financeiro solicita que sejam cumpridas as burocracias dessa etapa, porém, a liberação do recurso para o trabalho social, na etapa pré-obra, está condicionada ao cronograma de projeto arquitetônico, ou seja, enquanto não é assinado o contrato de obra, não há liberação de recursos para o trabalho social. Frisamos “o social”, considerando que não ocorre o mesmo para a elaboração do projeto urbanístico.

Nesse sentido, a demora para aprovação de projetos e assinatura de contrato, para início da obra, é o tempo em que a equipe realiza as atividades com as famílias, na primeira etapa. Na prática, não são 90 dias, como está previsto, pois só o projeto Alexios Jafet já conta cinco anos de trabalho social, na fase de pré-obra.

E é um desafio, para os movimentos e a equipe profissional, pensar estratégias de enfrentamento a essa problemática, que acaba desestimulando a

participação das famílias no movimento. Ao se referir ao trabalho social realizado em programas habitacionais nas três esferas de governo, Ricardo Gaboni destaca:

Eu acho que muita coisa que tem em comum, os três momentos aí, é que os governos sempre entenderam a necessidade do trabalho social. Entender a necessidade não significa entender o trabalho social. Entender a necessidade de acordo com a quantidade de problemas que chega para ele, então está faltando trabalho social. Eu vejo sempre dessa forma (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Para Evaniza, o trabalho social realizado pelos técnicos e movimentos nunca foi de interesse do Estado, que valoriza a burocracia e a obra, mas ignora os processos de trabalho.

Então, uma coisa que eu sempre critico no MCMV, na forma de selecionar os projetos, é tipo se a ata está com CPF errado, eu não contrato o projeto, mas se eu simplesmente nem sei onde é o terreno onde eu vou morar, isso não tem nenhuma importância. Se eu não fiz nenhuma reunião com as famílias, antes de contratar o projeto, se elas não discutiram o projeto, se elas não discutiram a forma de gestão, se elas nunca se viram na vida, eu contrato do mesmo jeito. [...]. Então, o programa não reflete isso, o Estado não quer saber disso, a menos na época que dá problema, quando dá problema, aí sim, aí o social é quem tem que resolver, não importa se o problema for de obra, se o problema for financeiro se o problema foi jurídico, se o problema foi que caiu um raio, o social tem que dar conta. A volta à normalidade (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

É preciso considerar que, dentro de um programa maior, que é o MCMV, as ações da modalidade Entidades são mínimas, porém, é a forma que o movimento tem de resistir, de mostrar que, com o mesmo recurso das construtoras, as famílias podem não apenas construir de forma diferente como exercer sua cidadania.

Uma das coisas que o programa MCMV-E possibilitou aos movimentos e também à Ambiente Arquitetura, contratar um número maior de técnicos sociais. Na assessoria Ambiente, a composição da equipe é de duas técnicas sociais trabalhando todos os dias e mais recentemente, um técnico que está na mesma dinâmica. Algo inédito na trajetória do trabalho social da assessoria. E prevê-se a contratação de mais técnicos sociais para compor a equipe.

2.6.2 Relação com poder público/agente financeiro

Os agentes não valorizam a participação das famílias dos movimentos e sempre há questionamentos tanto para as lideranças como para a equipe técnica:

Porque as famílias dos movimentos não fazem esse processo por meio de uma construtora e pegam as casas prontas?

Essa falta de compreensão prejudica a atuação dos movimentos e, conseqüentemente, fragiliza o trabalho do técnico social. Além disso, o movimento também vivencia o desafio de fazer enfrentamentos àqueles profissionais que apoiam a lógica de mercado.

Quanto à atuação da equipe social da assessoria nos dois projetos (Alexios Jafet e Santa Terezinha III), há impasses no processo de seleção das famílias, como, por exemplo, o fato de que, quem acompanha esse processo, da parte do agente financeiro, é o setor administrativo, que opera essas ações da mesma forma como opera com as construtoras, logo, forneceu o mesmo instrumental de pesquisa financeira³⁶, quando o programa MCMV-E prevê que não há essa análise de risco.

Outro impasse relaciona-se com a problemática da renda bruta familiar permitida pelo programa. Dentro do contexto econômico do País, como uma família, que vive na cidade de São Paulo, por exemplo, e que está há pelo menos 5 anos aguardando o poder público e agente financeiro aprovarem os projetos urbanísticos e liberar recursos para a obra de sua moradia, pode manter-se com a mesma renda bruta familiar?

Como o programa MCMV-E é recente, nem sempre as regras estão claras, considerando que as legislações às vezes são elaboradas de forma tão dúbia que geram diversas interpretações.

Destaca-se que o agente financeiro realiza cobranças para os movimentos e os técnicos que sequer estão previstas em legislações do programa MCMV-E.

A equipe busca, assim, verificar, com os movimentos, as legislações do programa, para contribuir na compreensão acerca do que solicitam os agentes.

Ocorre, por vezes, de o movimento questionar o agente financeiro sobre alguma solicitação para as famílias, não prevista em legislações, o agente informa que o procedimento compõe um normativo interno da CEF ao qual somente os técnicos do agente podem ter acesso.

³⁶ Desde 2013, por meio de tensionamento da UMM-SP ao agente financeiro, os instrumentais utilizados não são mais os mesmos que os de construtoras.

Qualquer normativo, que envolve a população, profissionais, lideranças ou qualquer outro ator, deve ser público e de fácil acesso. A assistente social que atua na Ambiente Arquitetura, Cintia Fidelis, ao refletir sobre a relação desse trabalho com o agente financeiro, ressalta:

Essa impressão frente aos movimentos, o que eles pensam dos movimentos não está tão implícito, é mais velado, mas está presente. Então, a gente vai percebendo isso, chega de uma outra forma. Em relação, ainda, à pergunta sobre essa relação dos técnicos com o agente financeiro, é importante também frisar qual é a concepção do trabalho que eles esperam, que eles entendem; está muito voltado para o resultado, está muito voltado para um produto. Então, é bastante difícil, porque a gente já sabe, a gente tem vivenciado que esses prazos estabelecidos para o programa não atendem à realidade, é bastante distante disso. Além dessas coisas, existem também aqueles normativos internos, existe uma série de outros elementos que vão dificultar bastante essa relação. Então, eles ainda determinam muitas coisas do trabalho, e, às vezes, o movimento não consegue ter um posicionamento mais político, e o entendimento que o agente financeiro é o agente financeiro. Não é o agente que vai determinar o trabalho, não é o agente que vai também colocar outras questões acerca disso. Então, esses papéis se misturam muito com os movimentos, as entidades organizadoras, às vezes, não têm essa clareza de qual é o papel do agente financeiro. Então, é um grande esforço do técnico estar sempre fazendo essa conversa para ele delimitar a ação (Depoimento de Cintia Fidelis, 2015).

A equipe da Ambiente Arquitetura vem conseguindo, com muita dificuldade, utilizar os espaços de reuniões com as famílias dos movimentos para debater e avaliar as intervenções do agente financeiro; as questões que refletem não apenas nas atividades do movimento, mas no dia a dia da vida das famílias, que, às vezes, são forçadas a se ausentar de seu trabalho para atender às solicitações do agente financeiro, para que, pouco tempo depois, diga que houve alterações que só ele pode saber e, na sequência, realiza outras solicitações.

Como os demais programas, os relatórios são a forma de acompanhamento do trabalho.

O máximo que nos exigem é um relatório, que a gente sempre fala que há desconfiança se eles são lidos ou não, porque ninguém nunca veio discutir conosco ou dizer: “Não, a gente quer discutir com vocês essa estratégia. Essa estratégia está sendo legal, a gente quer replicar essa estratégia. A gente quer que essa estratégia que vocês estão usando seja replicada em outros grupos”. Ou não: “Essa estratégia é ruim gente, vai dar tudo errado”. Ninguém vem discutir isso com a gente, então, o poder público simplesmente ignora o que a gente faz. E o que eu acho aqui, a consequência disso, acaba sendo que muitos processos são feitos sem nenhuma preocupação de construção desses valores: construções comunitárias, construção do entendimento mais comum de uma gestão coletiva nos processos (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

A equipe social (2011- atual) da Ambiente Arquitetura, recebeu solicitações para elaborar relatórios mais sucintos, apenas com a descrição das atividades. Não é entendimento das técnicas sociais, que atuam na assessoria, utilizar o relatório apenas como descrição de atividades.

Ao elaborar o relatório, as técnicas buscam indicar inclusive, a trajetória histórica dos movimentos de moradia, fazendo avaliações do programa, indicando as contradições das propostas, compreendendo que, além de uma forma importante de registrar o trabalho, é instrumento para repensar as ações e avaliá-las.

Quando documentamos estamos ilustrando e também deixando as marcas de nossas ações, contribuindo com a construção de um legado, de uma memória para nós mesmos e para os outros que nos sucederão. O ato de documentar não é, portanto, ato neutro, insípido e sem cor. Ele é, pelo contrário, ato carregado de valores, emoções e significados. Mesmo quando pareça ser ato cinzento, burocrático, ele se torna expressão do significado que o sujeito lhe dá (PITARELLO, 2000, p.5).

Os relatórios elaborados pela equipe apresentam as falas, propostas e os pensamentos das famílias com as quais atuam. O relatório, nesse processo, é considerado um registro histórico de sujeitos históricos, que retratam as experiências, a trajetória dos sujeitos no decorrer da produção habitacional, pois, ao construírem suas casas, estão construindo a história.

Com o poder público municipal, em São Paulo, a relação com o trabalho social ocorre mais no momento da inserção no CadÚnico.

O prazo para o processo de seleção das famílias é de 90 dias após a compra do terreno, podendo ser estendido por mais 90. O processo, envolve a inclusão de dados das famílias no CadÚnico e para que isso ocorra, os movimentos necessitam se organizar e articular com poder público municipal. É um processo que a equipe social acompanha com o movimento.

O próximo passo é a transferência dos dados da família para o Sistema de Tratamento de Arquivos Habitacionais da CEF (SITAH), o qual o envio das informações deve ser realizado pelo poder público municipal.

O tempo entre inclusão dos dados no CadÚnico, transmissão dos dados para o Sitah (se estiver funcionando), retorno da CEF ao movimento para indicar quais famílias foram aprovadas na análise e entrega de documentações, já envolve os 90 dias. Ocorre de os movimentos entregarem para CEF todos os documentos e

instrumentais exigidos pelo agente financeiro, que compõem um arquivo denominado pela CEF de “dossiê das famílias”. Com frequência as documentações são apontadas como “pendência” e solicitadas novamente.

Entre o movimento explicar e comprovar que as documentações solicitadas já foram entregues ao agente financeiro e este localizar o protocolo de recebimento e as documentações, tarda mais alguns meses.

Se o tempo previsto em legislações do programa se concretizasse na prática, talvez muitas dessas famílias não fossem prejudicadas. Essa é uma das dificuldades encontradas pelo técnico social e pelos movimentos que necessitam buscar estratégias e ter conhecimento de todas as legislações que regem o programa.

Considerando que as primeiras experiências do MCMV-E, no Brasil, são da UMM-SP, quando a equipe social iniciou o trabalho com as famílias, tudo estava no início e era muito novo. Logo, havia, e ainda há, algumas dificuldades para as famílias, quando vão realizar o CadÚnico, sistema que não parece estar integrado com o programa MCMV-E.

Essa observação vem das experiências de quando as famílias, ao tentarem realizar o cadastro nos espaços destinados para tal e mencionar que fazem parte do movimento de moradia, mesmo atendendo aos critérios do programa MCMV-E, voltavam indicando a seguinte orientação: “Você não precisa realizar esse cadastro, porque não atende os critérios necessários para acessar o Bolsa Família”.

Mediante as dificuldades das famílias que participam do processo do MCMV-E, os movimentos articulam com o poder público, por meio de reuniões, para que seja realizado o cadastramento das famílias em sistema de mutirão nas sedes das associações, considerando que no município de São Paulo há equipe para tal.

Se eu for falar pensando o processo que existe na cidade de São Paulo, é uma coisa. Se eu for falar isso pensando em outros municípios, é bastante diferente. Por quê? Porque São Paulo tem uma equipe bastante capacitada para fazer esse trabalho, essa interlocução. Eu não vejo grandes problemas, não problemas assim que se referem ao entendimento da forma que chega essa demanda para o poder público. Mas isso não é uma realidade dos demais municípios, o que a gente tem enfrentado é uma relação bastante difícil. Difícil porque, além de explicar a demanda, o que a gente precisa, há sempre uma desconfiança muito grande acerca do trabalho, a gente encontra técnicos ainda bastante conservadores, reproduzindo essa imagem ainda muito criminalizada dos movimentos. Então, isso é uma relação bastante difícil contra os movimentos. Isso é uma coisa com as prefeituras (Depoimento de Cintia Fidelis, 2015).

Para a equipe social da Ambiente Arquitetura, tanto os técnicos do poder público, como do agente financeiro, necessitam ter minimamente o conhecimento das regras do programa MCMV-E, do funcionamento de operação das atividades, e, principalmente, que estejam articulados para o trabalho.

Não havia essa articulação para o programa MCMV-E, pois, os agentes não compreendiam o processo em que o movimento realiza as indicações de quem são as famílias que o compõe, além de acompanhar todo o processo.

As regras que os agentes utilizavam eram as mesmas adotadas para os procedimentos do programa MCMV que o poder público acompanha. Nesse sentido, realizavam operações fora do processo do movimento ou do previsto nas legislações do PMCMV-E. Novamente, compreende-se que o formato do programa não contempla um planejamento integrado das políticas públicas.

Observa-se na trajetória dos programas habitacionais que, com todas as dificuldades e contradições que implica o programa MCMV-E, ainda é um avanço para realização do trabalho social e resultado de longa luta dos movimentos de moradia, em especial a UMM-SP. É uma possibilidade para que os profissionais e o movimento mantenham atuação coletiva e sua resistência ao realizar um trabalho que diferencia-se, mesmo dentro do programa, das ações que excluem as famílias dos processos.

Dessa forma, utilizam das possibilidades do programa, para estimular as famílias do movimento a continuar lutando para a execução da Política Urbana, da maneira que historicamente vem sendo discutida e elaborada. Ao mesmo tempo, sem permitir que os programas habitacionais, que atendem aos interesses de mercado, sejam desmobilizadores dessa luta.

2.6.3 Atividades com o movimento: contribuição dos sujeitos da pesquisa

O trabalho social realizado pela Ambiente Arquitetura e os movimentos também atua com a formação de grupos. Não há um padrão fechado, em cada associação, para quantidades e/ou nomes de comissões nas ações de trabalho. Isso é definido em conformidade com as indicações e solicitações das famílias de cada

movimento. Hoje há movimentos que criaram 22 comissões, para atuar nos processos autogestionários. Todos os membros são futuros moradores.

O espaço das assembleias gerais é onde as famílias tomam as decisões coletivamente, porém, há reuniões com a equipe técnica, realizadas também com cada comissão, ou pelo ao menos um representante de cada uma delas, para cursos, seminários, discussões, elaboração de propostas de trabalho, atuando também, como multiplicadores da informação e das ações (Fotos 54 a 57).

Fotos 54 a 57 – Atividades de assembleias (2014-2015)



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Nos espaços de reuniões, é fundamental a apresentação de propostas e conteúdo de interesse dos grupos, caso contrário, as reuniões e até mesmo as assembleias tornam-se espaços apenas de informes.

Diferente do processo de atuação em momentos de obra, avalia-se que o período de trabalho social na etapa pré-obra é um desafio para os técnicos. Como mencionado, o período de espera é longo e normalmente não há previsão para o início da obra. Dessa forma, a equipe e os movimentos têm que sempre modificar o repertório e as estratégias para manter o grupo de famílias operante, o que também é um exercício para pensar a prática.

Busca-se abrir espaços de comunicação para os grupos também expor seus descontentamentos, suas inquietações e dificuldades, além de estimular possíveis formas de enfrentamento de problemas relacionados à convivência. Os grupos de famílias são incentivados a fazer desses espaços um lugar democrático, onde todos terão a oportunidade de expressar suas opiniões e dialogar.

A equipe social da Ambiente Arquitetura busca realizar atividades que contextualizem a trajetória dos movimentos de moradia, os processos autogestionários, toda a luta dos trabalhadores, até chegar ao MCMV-E.

Considerando que a participação não é apenas um instrumento para a solução de problemas, mas também uma necessidade do Homem interagir em sociedade, criar, realizar, contribuir, sentir-se capaz de realizar algo, estimulam-se comportamentos para que as famílias compreendam-se como sujeitos ativos no processo participativo e não apenas executores de tarefas.

Compreendendo que as famílias são as protagonistas dos processos autogestionários, a equipe social da Ambiente Arquitetura as estimula e possibilita, em diversos momentos, à apresentarem, por meio de seminários e encontros, temas discutidos durante as ações do trabalho social. Para tal, o grupo reúne-se, discute os temas, realiza pesquisas, decide e elabora coletivamente a forma de apresentação das temáticas (Fotos 58 a 61).

Fotos 58 a 61 – Atividades com comissões (2013-2015)



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Quando ocorrem experiências que não são positivas, a equipe debate com os grupos que tal processo participativo implica aprendizagens compartilhadas, que devem envolver todos, porém, nem sempre será um processo fácil, afinal, o processo democrático não quer dizer que todas as pessoas devam pensar igual, porém, é preciso chegar em um consenso sobre o objetivo comum do grupo. Os pontos negativos possibilitam ao grupo e à equipe técnica criar novas estratégias para as ações futuras.

A equipe também faz avaliações das atividades em conjunto com as famílias. Um momento bastante importante e que segue sempre na direção de aprendizagem para a melhoria. Na etapa pré-obra, a equipe também participa das atividades iniciais no terreno, são as atividades de limpeza do terreno e construção da casa do caseiro que é o cuidado com a área e vínculos com o local da futura moradia.

Não é o ato de construir por si só, mas, o ato coletivo de planejar as ações (Fotos 62 a 65). Na organização para a obra, todo o trabalho também é pensado e discutido com a equipe técnica de forma geral (social e urbanístico), sempre com a preocupação de organizar os temas levados e qualquer outra atividade, com diferentes olhares, para que não se torne apenas uma forma de fazer a obra funcionar.

Evidentemente, a materialização do projeto urbanístico, por exemplo, por meio da obra, é bastante importante para as famílias, já que também é a concretização dos resultados de luta. Porém, o desenvolvimento e a continuidade autônoma do grupo materializam o trabalho social e a integração dos profissionais com as ideias de construção coletiva do trabalho, além de ser um diferencial nesse processo.

Fotos 62 a 65³⁷ – Atividades de limpeza do terreno (2012-2015)³⁸.



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

³⁷ Famílias dos projetos Santa Terezinha III das Associações Família Feliz e Bem Viver (Taboão da Serra) e do projeto Alexios Jafet, da A.H.D, Associação Anjos da Paz da Vila Santista e Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (São Paulo), todos parceiros que compõe a UMM-SP.

³⁸ Registro fotográfico realizado pela pesquisadora durante atuação na assessoria Ambiente Arquitetura.

CAPÍTULO III

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL, UMM-SP E AMBIENTE ARQUITETURA: EXPERIÊNCIAS SINGULARES DE PARCERIA

Esperteza, paciência, lealdade, teimosia e mais dia menos dia a lei da selva vai mudar. Todos juntos somos fortes, somos flecha e somos arco. Todos nós no mesmo barco, não há nada pra temer (Enríquez Bacalov; Chico Buarque, 1997).

3.1 Trabalho técnico social e a trajetória nas políticas brasileiras de habitação

Compreendemos o trabalho técnico social como um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que potencializem o fortalecimento da atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação. O trabalho social em HIS, com ações voltadas para as famílias de baixa renda, deve ser compreendido

no contexto da configuração da questão urbana, a partir da segunda metade do século XX, marcada pela desigualdade social e segregação socioespacial, decorrentes do modelo político e econômico adotado nos diferentes momentos históricos (PAZ; TABOADA, 2010, p. 45).

Na trajetória das políticas habitacionais, o trabalho social, em especial no período da ditadura militar, esteve relacionado à ideia de atividades que possibilitassem aceitação e adaptação das pessoas às formas de intervenções que eram oferecidas pelo governo. As remoções da população de baixa renda das áreas centrais eram ações bastante utilizadas. De acordo com Costa (2009, p. 3),

Os programas habitacionais, organizados mais intensamente desde a década de quarenta, buscaram apoio no trabalho social para a implementação das ações governamentais. Um dos primeiros profissionais envolvido nesse trabalho foi o Assistente Social, os quais se tornaram um dos principais protagonistas desse processo, exercendo o papel da mediação entre a população mais pobre, alvo dos programas, e o Estado; desenvolvendo uma prática tutelar e educativa que visava a aprovação, o aceite e a adaptação da população aos modelos dos programas habitacionais.

Esse processo contribuiu ainda mais com a lógica de segregação das cidades. Considerando que o objetivo principal era abrir espaço para a construção de empresas, os favorecidos não foram os trabalhadores, que se afastavam cada vez mais das regiões centrais.

De acordo com Carvalho (2011, p. 598), o trabalho técnico social realizado nos programas de HIS “está presente no País desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH, no período de 1968 a 1986”.

Sobre a participação dos técnicos sociais na atuação com a habitação popular, Paz e Taboada (2010, p. 46) salientam que,

Desde os anos 1960, observa-se a presença da interdisciplinaridade na composição das equipes, restrita aos profissionais da área de humanas, incluindo especialmente sociólogos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais. No entanto, é significativa a predominância dos profissionais da área de Serviço Social que trazem para esta atuação referências teórico-metodológicas e compromissos ético-políticos, construídos pela profissão num movimento de luta contra as bases conservadoras e tradicionais da profissão, conforme veremos mais adiante.

Não havia uma proposta comum de trabalho social entre os agentes que executavam as ações e o trabalho social era desenvolvido por meio de Cohabs, conforme relata Carvalho (2011, p. 598):

Esse trabalho se desenvolvia na área das Companhias de Habitação (Cohabs), através do recurso da Taxa de Apoio Comunitário (TAC), criada em 1973, visando à manutenção dos conjuntos habitacionais e seus equipamentos comunitários ou para o pagamento de assistente social que atuasse nesse novo espaço constituído, executando um plano de serviço social, custo, este, embutido no preço da habitação que era financiada ao mutuário.

O trabalho era mais voltado ao processo de seleção das famílias e, ao mesmo tempo, por ações com vistas a sanar pendências financeiras dos moradores em relação ao imóvel adquirido.

Essa forma de limitar as ações do trabalho social e dos técnicos sociais, além de compor questões estruturais, culturais e com ideias de mercado, também se utiliza do fato de que o técnico social é um trabalhador assalariado e, portanto, “é o momento em que o capital está decidindo sobre a vida dos trabalhadores, e o que lhe importa é apropriar-se do trabalho social” (GOMES, 2009, p.11).

Tanto os profissionais, como também os representantes dos movimentos sociais, opuseram-se a essa forma conservadora de pensar o trabalho social.

Considerando que a maioria dos trabalhadores sociais do período eram assistentes sociais, cabe destacar que essa categoria de profissionais, além de se opor ao modelo de ações emergenciais impostas pelo governo, buscou trabalhar com propostas na perspectiva da emancipação social.

Assim, o papel central do serviço social no espaço urbano passa a ser o de mediador dos interesses entre a instituição onde se insere e a população com a qual trabalha, exercendo sua prática de forma crítica, criativa e politizante (GOMES, 2015, p. 6).

Os profissionais, com destaque aos assistentes sociais, embasados na perspectiva de uma prática emancipatória e partindo das diretrizes do direito à cidadania, passam a se articular com os movimentos sociais objetivando fortalecer as lutas e contribuir para a mudança social. Paz e Taboada (2010, p. 47) salientam que, apesar desse período repressivo e da ausência de estímulos as atividades organizativas, as propostas e discussões acerca do trabalho social eram voltadas a ações que favoreçam o direito do trabalhador e viabilizem sua autonomia.

No período de 1992-1994, após o *impeachment* do presidente Fernando Collor, a Presidência é assumida por Itamar Franco, que, por sua vez, lançou os programas Habitar Brasil e Morar Município, mais articulados e trabalhados na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Ao final da primeira gestão FHC, a partir de 1999, influenciado pelos elementos de preparação do Programa Habitar Brasil, o desenvolvimento do trabalho social junto às populações beneficiárias de programas e/ou projetos com recursos advindos do Orçamento Geral da União passou a ser uma exigência. A inovação era que o governo federal passava a incluir nos custos do empreendimento a ser contratado, recursos para o desenvolvimento do trabalho social, sendo que parte destes recursos era a fundo perdido, ou seja, a custo zero para os municípios e estados (CARVALHO, 2011, p. 599).

No fim do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)³⁹ passa a financiar o Programa Habitar Brasil que recebe a denominação de Programa Habitar Brasil BID (HBB) e exigia o trabalho social nos momentos de pré-obra, durante as obras e na fase do pós-obra.

³⁹ Organização financeira internacional, foi criada em 1959, com o objetivo de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e do Caribe. O propósito também é melhorar a saúde, educação e infraestrutura, por meio dos apoios financeiro e técnico aos países que trabalham para reduzir a pobreza e a desigualdade (disponível no *site* do BID).

Compreendendo que, na trajetória dos programas habitacionais, os técnicos sociais eram, predominantemente, assistentes sociais, cabe salientar que no início dos anos 1990, em paralelo aos acontecimentos desse período, mais precisamente em 1993, os profissionais de Serviço Social, consolidando sua longa trajetória de luta, constroem um novo projeto político da profissão, que se expressa por meio do Código de Ética Profissional (1993).

O Código expressa o amadurecimento teórico-político do Serviço Social, representa a dimensão ética da profissão, define parâmetros para o exercício profissional, nas relações com usuários, outros profissionais, com a Justiça, com empregadores, buscando a legitimação social da profissão e a garantia da qualidade dos serviços prestados.[...] A intervenção dos assistentes sociais orienta-se para os processos emancipatórios, por meio de ações de cunho socioeducativo e organizativo e de prestação de serviços (PAZ E TABOADA, 2010, p. 51).

Essa categoria de profissionais, além de sua própria trajetória de luta, contribui com assessoria aos movimentos sociais e participa, em conjunto com esses atores e também profissionais de diversas formações, na luta pela reforma urbana.

Em 2003, no início do governo Lula, conforme já mencionado, é criado o Ministério das Cidades e além dos demais avanços em relação à política urbana, foi incorporado, na PNH, o trabalho social, como componente da política urbana e compreendido como um marco para o trabalho social.

Em 2005, outra possibilidade de realizar o trabalho social veio por meio do programa Crédito Solidário; em 2007, por meio do PAC; e, em 2009, por meio do programa MCMV. Entretanto, há que se observar que esses avanços não foram acompanhados da estruturação do trabalho social nas três esferas de governo.

É também um marco de luta para os movimentos sociais, acadêmicos e profissionais, a Lei federal 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica⁴⁰ gratuita para o projeto e a construção de HIS. Porém, apesar do avanço, a lei não prevê assistência técnica para o trabalho social, conforme dispõe o artigo 4º: “Os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura,

⁴⁰ Esse não é o termo utilizado pelos movimentos sociais que desde a gestão da prefeita Luiza Erundina em 1989, nos processos de mutirão, utilizam o termo “Assessoria Técnica” aos profissionais parceiros do movimento.

urbanismo e engenharia” (LEI FEDERAL, 11.888, 2008, Art. 4). Esse artigo revela uma visão restrita da assistência técnica.

Compreende-se que não é possível realizar o trabalho social em habitação sem a presença e contribuição dos profissionais de arquitetura, urbanismo, engenharia, jurídico, etc., porém, no campo do trabalho social, é um campo de intervenção necessariamente interdisciplinar e de troca de saberes. Mas, historicamente, verifica-se que há disputa de valores e de visão do mundo, assim, entende-se que, ideologicamente, é interessante àqueles que atendem aos interesses do capital, fragilizar atuações que visem, por meio de intervenções, incidir de forma concreta nas relações sociais do contexto vigente e, principalmente, que privilegie os trabalhadores.

Os movimentos de moradia sempre reconheceram a importância do trabalho social e da participação de profissionais de diversas áreas na atuação com as famílias.

Nesse processo, os movimentos foram um dos principais atores nas mobilizações para que o trabalho social fizesse parte da política urbana, para destinar recursos à contratação de assessoria técnica, incluindo o trabalhador técnico social.

Os desafios encontrados para o trabalho social e para os técnicos sociais são diversos, por isso, é fundamental que os profissionais, dentre outros elementos, sejam capazes de desmistificar as ideologias burguesas acerca de sua atuação e de seu papel para que possam alcançar maior protagonismo nos processos de elaboração de políticas públicas, na atuação com a população e para se opor, embasados no pensamento crítico, às ações planejadas sem a participação e contribuição dos técnicos sociais e da população envolvida.

É importante identificar-se com o trabalho nos movimentos de moradia e, conjuntamente, se opor a essa forma de planejamento que vem de cima para baixo, para não ser um mero complemento de ações emergenciais que desfavoreçam a população.

3.2 Particularidades do trabalho social na Ambiente Arquitetura: uma parceria que funciona

Antes de tudo, e buscando contribuir na reflexão sobre as particularidades do trabalho social na Ambiente Arquitetura, é importante definir a sua concepção de trabalho social.

Essa concepção vem sendo construída em um contexto mais recente, na atuação com os movimentos no programa MCMV-E. Compreende-se que há dificuldades para a construção dessa concepção no espaço da assessoria técnica, relacionadas às dificuldades surgidas nos programas de habitação anteriores ao MCMV-E, que também apresenta contradições. Ainda assim, é importante refletir sobre a compreensão dos envolvidos no processo, acerca desse trabalho.

Quanto à concepção do trabalho social da Ambiente Arquitetura, a fundadora da assessoria, Isabel, diz:

Não sei se consigo definir uma concepção, mas eu consigo definir uma coisa: que não há possibilidade de não ter o trabalho social da forma que está sendo feito. Se nós estamos construindo nesse regime e sempre com autogestão, sempre com a participação, não há como não ter um trabalho social que seja uma construção conjunta com o que é físico, como que é a moradia, como que vão viver e tal. Então o que leva, o que conceitua, enquanto todas as diretrizes do trabalho social é muito voltado para isso, como eu já falei, não especificamente para a construção, mas a forma que é feita para a construção da moradia, é mais ampla, é muito mais abrangente, é do cidadão, é da vida das pessoas, é da sociedade, é do entendimento político, enfim, do entendimento da participação dele na sociedade, que sempre está se estendendo (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

De fato, é preciso haver uma integração do trabalho social com a obra, ou seja, o físico, porém, para a equipe social da Ambiente Arquitetura, a autogestão não é um produto, não é a autogestão da construção civil, mas sim um processo de trabalho coletivo que democratiza as relações entre os envolvidos, sendo essa a parte mais importante, o sentido para essa forma de trabalho.

Também, conforme apontado no decorrer desta pesquisa, o trabalho social na habitação, apesar do reconhecimento na política é sempre conflituoso e palco de disputas, quando o técnico social realiza um trabalho diferente daquele que as ideologias de mercado definem que é o papel do técnico.

Cintia Fidelis, técnica social da assessoria, salienta:

Bom, em relação à concepção do trabalho social aqui na assessoria Ambiente, não sei se eu consigo definir ou identificar se a Ambiente tem essa concepção, isso me parece bastante confuso. Eu acho que é isso, tem momentos. Tem momentos que o trabalho social tem um peso X, uma importância, mas em outros momentos é bastante diferente. Eu acho que isso também está ligado a uma dificuldade que é do processo que tem a ver com várias outras coisas. É a primeira vez também, da Ambiente, que ela consegue ter duas técnicas sociais no seu corpo técnico, todos os dias, isso é um aspecto importante para pensar. Talvez a Ambiente não tenha uma concepção fechada, uma ideia. Ela tem uma ideia do trabalho a partir das suas experiências, a partir das suas vivências, do seu posicionamento, mas eu acho que essa concepção está sendo construída a partir desse último momento que a gente está passando (Depoimento de Cintia Fidelis, 2015).

A equipe social busca trabalhar de maneira a identificar lideranças que já existem nos grupos, formal ou informalmente, entendendo que os técnicos não formam as pessoas, é um aprendizado mútuo em que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2014, p. 34).

Então, hoje, no momento em que a gente está, acho que é possível realmente a gente ter o técnico, primeiro, com formação, com experiência, com alguma experiência, pelo menos, mas com formação para pensar na ação do trabalho social, com essa ação e esse projeto que não seja assistencialista, que não seja burocrático, que não seja nada disso. [...]. Eu acho que esse entendimento é a particularidade do nosso trabalho. Esse entendimento nosso que trabalho social não é uma ação família por família, de ver o problema da família, não é isso. É a formação de um grupo para a vida [...]. Não vejo uma particularidade do técnico social, mas teve, claro, qualquer técnico social que venha a trabalhar na equipe da Ambiente tem que ter esse entendimento. Se não tiver, obviamente, não dá para começar a conversa (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

De fato, como aponta Cintia, não há uma concepção de trabalho social da assessoria, clara e estabelecida, porém, há consenso de que vem sendo construída nas atuações mais recentes, com o movimento no programa MCMV-E. Também há a compreensão de que o trabalho social é mais amplo, como destaca Ricardo Gaboni é “formação de um grupo para a vida”.

De forma geral, há a compreensão de que o trabalho social não é para sustentabilidade da obra ou para atender burocracias, é um trabalho que busca romper com ações que vão contra os interesses do trabalhador.

Nessa direção os técnicos sociais devem estar atentos a esses instrumentos que os programas colocam à sua atuação, para não serem meros reprodutores de burocracias, reforçando o trabalho social para solução de problemas em obra e não como processo.

O trabalho social da Ambiente Arquitetura tem sua particularidade, ainda que o trabalho social seja visto, muitas vezes, como “aquele que vai ensinar a família a morar no condomínio”. A equipe social, de forma integrada com os demais profissionais, busca elaborar atividades que estimulem o senso crítico das famílias.

É importante frisar que os profissionais da Ambiente Arquitetura atuam com movimentos que já têm sua organização; já possuem seu histórico de lutas; sua forma de pressionar os agentes; suas estratégias de atuação; e os profissionais devem respeitar essa realidade. Portanto, todas as orientações técnicas devem vir mais no sentido de contribuir para essa organização.

Ao longo da trajetória da assessoria técnica, diversas parcerias foram realizadas e para toda a vida. Cinco representantes foram questionados acerca de qual é a contribuição do trabalho social da assessoria para o fortalecimento do movimento por moradia?

Quando a gente está focada numa obra, a gente aprende muito. [...] Por exemplo, quando a gente está fazendo uma obra, sempre a gente quer se apoderar de mais informação, quer fazer algo melhor. [...] então a gente discute muito nessa questão, nada de negativo, mas a gente sabe que quer morar com qualidade de vida. A gente sempre foi ensinado que quem quer morar com qualidade de vida, tem que ter um projeto melhor, e a gente sabe que não tem capacidade de fazer. Então, isso é a experiência que deu certo, né. Por exemplo, a assessoria já fez alguns projetos e a gente só falou “pelo amor de Deus, cancela esse e faz outro”. A gente pega esses tipos de desavenças. Mas isso, depois, a própria assessoria técnica fala: “Olha que bonito que tá!” Bonito porque a gente teve a nossa opinião também para dar. Isso foi muito bom, isso é que é legal (Depoimento de José de Jesus, 2015).

O trabalho social parece ser compreendido por Zequinha como aquele que possibilita discussões, conflitos, resultados e aprendizados. Também reforça a ideia de que os técnicos de arquitetura não impõem projetos às famílias, mas apresentam propostas e as famílias podem decidir se aceitam ou não, (Fotos 64 a 70).

Fotos 66 a 73 – Atividades das equipes urbanística e social da Ambiente (2015).



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Graça, representante do Mohas, salienta que o trabalho social, para ela, também foi um aprendizado. Em seu entendimento sobre o que é o trabalho social, salienta que, quando o técnico social que acompanhava seu projeto saiu, por falta de recursos para seu pagamento, a arquiteta Renata fez o trabalho social:

Nossa, eu teria que ficar falando aqui 20 horas que seria pouco. Eu sempre falo que a gente conseguiu o Patrimonial graças à Ambiente Arquitetura. Quando nós começamos, a gente não era filiada à União. Então, assim, tudo o que a gente aprendeu, tudo o que a gente brigou, foi a Ambiente e o Mohas. Eu me lembro de uma reunião que a gente foi, eu, o Ricardo e a Vani, que não estávamos sabendo nem o que estávamos fazendo lá, teve que aprender. E tudo o que a gente conseguiu foi realmente buscando informações e a Ambiente sempre assessorando, no sentido de conversar, de ir na Caixa, de pedir, ver o que faltava, assessoria mesmo né. [...] Nós aprendemos coisas também, dentro das possibilidades, e, assim, quando acabou, quem fez o trabalho social foi a própria Ambiente, a Renata, né, que fazia mais esse papel. Então, foi assim, dentro do que nós tínhamos, foi feito o possível. Valeu a pena (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

Tanto Graça quanto Zequinha participaram de atividades com um técnico social, de forma bem esporádica no contexto dos programas CDHU e Crédito Solidário. No contexto do programa MCMV-E, onde as duas técnicas sociais atuam de forma mais integral, obtivemos a reflexão de duas outras pessoas do movimento

cuja equipe social, vem realizando o trabalho por meio de seminários temáticos, cursos sobre histórico do movimento, história da formação do Brasil, lutas sociais, ditadura militar, direito à cidade, cidadania, etc. De acordo com Erika, o trabalho social

Contribui quando passa conhecimentos sobre temas que são pouco abordados na atualidade, contribui quando coloca as famílias para trabalhar juntas em processos que vão além do mutirão, com trabalhos sobre cultura, política ou através de discussões que acontecem em grupos de trabalho (Depoimento de Erika Oliveira, 2015).

Marcia Silva, que é militante no movimento da zona noroeste, salienta:

Os trabalhos que os técnicos trazem para gente, aqui, é o trabalho do social, no caso, né, através de reuniões, ajudam a gente, quando nós estamos, assim, em seleções de famílias, né, eles mostram o caminho que a gente deve seguir. Quando a gente participa de seminários, então, é, por exemplo, a gente teve um seminário muito bom da autogestão e foi assim, cada técnico falando, explicando as partes de como funciona. As famílias foram tirando dúvidas. É, então, a gente teve o entendimento do processo que a gente vai trabalhar né, a gente não está entrando dentro de um projeto sem saber o que a gente está fazendo ali. Isso é legal! E é isso (Depoimento de Márcia Silva).

Apesar de todas as dificuldades colocadas na realização do trabalho social nos demais projetos, no contexto de cada época, que sofre influências conforme as ideias de cada período, observa-se, no depoimento das duas representantes, que o processo do trabalho social é compreendido para além da obra. Há uma fala mais politizada, no sentido de compreensão dos processos.

De acordo com Cintia Fidelis, para pensar a contribuição do trabalho social da assessoria na direção do fortalecimento dos movimentos de moradia, é necessário compreender quais atividades o movimento vem realizando com as famílias e também é preciso que a própria assessoria se posicione em relação ao que se espera desse trabalho.

O resultado do trabalho social não está só na obra. Ele está muito antes da obra. Ele se percebe, ele se constrói muito antes do processo de obra. Às vezes, não tem o terreno, não tem a terra ainda, mas o processo está sendo construído. Nós não somos chamados, ou nós não estamos ligados para fazer um projeto de produção, a gente está junto para fazer outras coisas, para pensar em outras coisas. [...]. Isso não significa que quando o projeto termina, acaba essa relação com a assessoria. Muito pelo contrário, eu acho que ele só vai ampliando os espaços. Essa relação não termina, ela vai tomando uma outra forma, um outro jeito. Então, eu acho que é essa forma de enxergar esse trabalho, eu acho que essa é a particularidade, é o que nos liga, o que nos une aos movimentos (Depoimento de Cintia Fidelis, 2015).

Concordamos com Cintia Fidelis, quando salienta que a relação do movimento com a assessoria amplia-se, criam-se vínculos, estabelecem-se alianças políticas.

Outra questão que aparece na fala dos representantes dos movimentos é a compreensão das assessorias técnicas como parceiras, que acompanham outras atividades para além das obras, diferentemente de um escritório de arquitetura convencional ou construtora, restrito ao projeto e obra. Para Marcia Silva,

Ah, para mim, os técnicos é como se fossem uma parceria, né, traz, ensina bastante coisa pra gente, e é uma parceria. Eu creio, assim, que tem um elo, assim, que ao mesmo tempo em que a gente vai aprendendo, né [...] Então, por isso que a gente vê que é parceria, porque eles estão sempre juntos, não só dentro do movimento, mas em outras atividades também, né. Ah, em acampamentos, festas, que a gente também participa juntos, viagens de encontros, né, que a gente faz, e outras atividades, né. E é muito legal a gente ter isso, porque, outros arquitetos, por exemplo, de construtora, não tem esse tipo de parceria, é um trabalho assim bem convencional mesmo, né. Eles tão ali, fazem aquele trabalho, o projeto, conversa com você, depois você vai para sua casa e eles para o escritório e só se veem depois que estiver com o projeto pronto né (Depoimento de Marcia Silva, 2015).

A representante Graça, do Mohas, está acompanhando um projeto em outro município, contribuindo com uma associação que está iniciando esse processo de trabalhar com autogestão, assim, pode fazer um comparativo a partir de seu olhar.

É totalmente diferente o técnico daqui para o de lá, em Ribeirão. Ele é bom, ele é íntegro, mas ele não tem o mesmo entendimento... sabe, aquele olhar? De melhoria, de fazer a diferença, para que as pessoas possam ter uma qualidade de vida melhor? A gente percebe que não tem, é diferente daqui. Sabe, é difícil a gente lidar com isso, né. Eu não consigo deixar de comparar. É uma assessoria de escritório. TUDO DIFERENTE. Agora, eu to vendo essa comparação, to vivendo esta experiência e não é boa não, viu? Não é, Cleo. Sabe, assim, aquela coisa humana. A diferença? É todo o carinho, [...]. Em cada projeto que você vai, da Ambiente, é diferente um do outro. Não é aquela mesma coisa. E assim, as sacadas, tudo isso foi feito com o maior carinho. Tanto é que o Patrimonial, todo mundo que vai lá, ninguém diz que é uma obra de interesse social, arrumado, mobiliado... todo mundo quer morar lá, todo mundo quer morar (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

O que diferencia o trabalho coletivo da assessoria técnica dos processos de trabalho de uma empresa é justamente o fato de priorizar a humanização das relações. Os profissionais buscam refletir sobre seu próprio processo de trabalho de maneira a superar os desafios e pensar ações coletivas, não mecanizadas; compartilhar as batalhas, conquistas e também de momentos de comemorações e festividades.

Para Evaniza Rodrigues, os profissionais que atuam nas assessorias com a UMM-SP têm identidade de princípios, esse é, ao nosso ver, o principal diferencial.

Uma coisa que você fala bastante, Cleo, é a história de, assim, qual é o limite? Qual é o limite do movimento e qual é o limite do trabalho social. Acho que a primeira coisa é isso, tudo tem a ver com uma pactuação. Nós nunca contrataríamos um profissional, por mais qualificado e renomado que fosse, que tivesse uma visão de mundo confrontante com a visão de mundo do movimento. Não faz sentido isso. Eu não vou contratar um advogado que defende o individualismo ao extremo e tal, não. É uma identidade ideológica, uma identidade de princípios, mas no social isso fica muito mais claro (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

As articulações e interações entre movimento social, lideranças e assessorias técnicas potencializam as lutas e conquistas populares. São relações permeadas por tensões, conflitos e diferenças, mas com uma identidade política pautada pela reforma urbana, pelo direito à cidade e as moradias com qualidade e a participação social, que fazem diferença na cena pública.

3.3 “Você tem o direito de NÃO permanecer calado”: tensões e possibilidades

Em todas as relações, há conflitos, pois fazem parte dos processos democráticos. Não é diferente na relação entre a assessoria Ambiente Arquitetura e os movimentos com os quais atua.

Compreende-se que, quando surge um conflito, a ideia não é medir forças, pelo contrário, o movimento e a assessoria devem ampliar ainda mais os espaços para que os conflitos apareçam, sejam debatidos e negociados. São importantes a criação e o fortalecimento de espaços, para essas conversas, fundamentais para a construção de uma convivência social.

Para Isabel Cabral, as tensões na relação são diferentes, em cada época. Também identifica que há disputa de espaço, entre as lideranças. Nesse sentido, um trabalho que fortaleça as famílias, pode gerar desconforto em alguns momentos.

Então, o fato de ter um trabalho social que consegue que a gente democratize mais essa discussão, só que por outro lado também retorna mais para a gente, porque existe uma tensão um pouquinho mais atual, que a gente sente mais, que é a dificuldade de formar novas lideranças. Não só o aspecto de formar, mas ajudar a trabalhar, e isso é um pouco em linhas muito gerais, que eu diria, não vou especificar cada um, cada movimento, enfim, cada liderança. Então é só uma questão mesmo de como nos veem. Se eles nos veem mais atualmente, ou a todo momento, se nos veem

mesmo como parceiros, se mais ou menos parceiros (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Em face de um contexto cultural marcado por experiências individualistas, estímulos a relações de disputa e poder, é necessário manter-se atentos, para não cair nas armadilhas de fragilizar as ações coletivas, o envolvimento de todos. Nos momentos de tensões, essas representações podem influenciar as decisões coletivas ou, até mesmo, quando novas pessoas chegam para compor o grupo. Para a técnica social Cintia Fidelis, assim como para Isabel, as tensões vão se modificando, ao longo do processo,

Na relação com as lideranças, se há tensões, eu acho que é desde o início do processo, que há tensões, que vão se modificando ao longo do processo. Há uma correlação de forças, uma disputa também do espaço, que eu acho que tem a ver com o que as lideranças enxergam, também os técnicos. Então, isso se confunde, muitas vezes, e passa a ocorrer certa disputa de espaço mesmo, né. Eu acho que é essa tensão, ela é completamente desnecessária, mas ela é existente. No desenvolvimento do trabalho, o técnico vai se vinculando aos participantes, ao trabalho; a inserção do técnico, vai ocorrendo e vai se modificando também a relação com as famílias, com as lideranças. Isso realmente causa mudanças, e as mudanças nem sempre são bem aceitas pelas lideranças. E eu acho que está muito relacionada, essa tensão, ela é bastante delicada de a gente trabalhar, porque, ao mesmo tempo em que a gente identifica o ponto que tem que ser trabalhado, a gente também está dizendo para a liderança quanto ela também tem que modificar aquele processo. [...]. Então, eu acho que tem que mostrar primeiro isso. Nós estamos juntos aqui para fazer esse trabalho. Não é um espaço de disputa, de quem faz melhor ou de quem sabe mais. É conseguir conjugar esses conflitos (Depoimento de Cintia Fidelis, 2015).

Vem ocorrendo uma disputa entre “os velhos e os novos”, que entende-se faz parte de um mesmo espaço. Quando estimulados, há sempre aquelas famílias que se envolvem mais e começam a destacar-se dentro do grupo. De um lado, pode ocorrer de uma liderança mais antiga se sentir ameaçada, mas também do outro ocorre de a mesma não ser valorizada como sujeito histórico, que fez parte de uma trajetória de luta e, com certeza, pode contribuir muito com o grupo.

Outra dificuldade encontrada, é quando há o entendimento, por parte de algumas lideranças, das ações do trabalho social na mesma lógica das companhias habitacionais (Cohab, CDHU), conforme observa Ricardo Gaboni.

A outra questão é que se essa liderança, principalmente se é alguém que não consegue ter um entendimento mais amplo, de uma ação do social, não só ver o social como alguém, que nem a CDHU lá, alguém que tem que resolver os problemas. Muitas lideranças ainda têm esse entendimento, e tem muita dificuldade de enxergar além disso. Claro que, no dia a dia, não deixo de ver isso, as cobranças da Caixa ou da CDHU, lá na época, te

conduzia para isso: para se resolver o problema da burocracia. (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Para os representantes dos movimentos, observa-se que as tensões têm relação com a maneira como compreendem qual é o papel da assessoria e também a já mencionada relação das pessoas novas que chegam ao movimento e anseiam se envolver mais, e aqueles que já estão há mais tempo, como se observa nos relatos a seguir apresentados.

Sim, os movimentos ainda têm um sentimento de apropriação muito forte, é muito visível que existe um desejo de pertença muito grande, como se uma associação fosse a empresa particular onde quem está há mais tempo se sente dono e os que chegam têm que concordar e obedecer, senão, não servem para o movimento (Depoimento de Erika Oliveira, 2015).

Sim, principalmente pela falta de entendimento de alguns movimentos, porque existem pouquíssimas assessorias técnicas que hoje atuam no movimento social, por todas as dificuldades, principalmente financeiras, que existem (Depoimento de Maria das Graças, 2015).

Sim, sempre há divergências, em algumas tomadas de decisões (Depoimento de Marcia Silva, 2015).

Tensões, eu acho que sempre existe, mas sempre no ponto de construção. Eu acho que isso é bom, o debate sempre tem que acontecer. Mas quando a gente é parceiro, um vai entender o outro. Eu acho que isso é por aí. A gente vai ter que entender que a assessoria técnica tem que ter vida própria, igual ao movimento que vai ter vida própria. A gente tem que fazer com que os dois estejam satisfeitos. Porque jamais a assessoria técnica, ela não tem apoio de outras empresas por fora, ela está no movimento, foi o movimento que ela escolheu para atuar, porque ela sabe que é o movimento, também a gente trabalha muito para cada vez mais a assessoria técnica seja inserida nos nossos projetos (Depoimento de José de Jesus, 2015).

Evaniza destaca que a os conflitos fazem parte da relação entre movimento e assessoria, mas aponta que a pactuação de valores e propostas é fundamental durante todo o processo.

É obvio que tem um pacto prévio aí entre profissionais e movimento: “Olha, quais são os valores que a gente defende, e que nós, como movimento, queremos que isso se concretize naquele empreendimento”. E claro que os profissionais têm que se colocar: “Eu me alinho ou não me alinho”. Não é que isso não haja conflito: “A gente pensa igualzinho e a gente vai ter que tolerar”. Não, ao contrário, é claro que vai ter conflitos né. E os conflitos de todos os tipos, desde o limite do que esse grupo quer fazer efetivamente a autogestão, se ele defende efetivamente a autonomia das pessoas, o fortalecimento das pessoas, que as pessoas saiam mais fortes e mais capacitadas e mais imponderadas desse processo e que podem inclusive questionar a própria coordenação, a própria associação e o próprio trabalho social (Depoimento de Evaniza Rodrigues, 2016).

Conforme já salientado, as tensões e os conflitos fazem parte do processo de convivência, dos espaços de decisão coletiva e, apesar das tensões, há caminhos, possibilidades para o movimento e os profissionais realizarem discussões que resolvam as diferenças e que esses conflitos possam ser superados por meio de deliberações, conversas, da participação, transparência e do consenso. Dessa forma, é possível continuar lutando juntos.

Não há dúvidas de que muitas famílias e até mesmo os técnicos, às vezes, se calam, dentro do espaço do movimento, ou mesmo nas atividades com os técnicos, por receio de falar porém, apesar das tensões, o movimento é um espaço que fortalece o coletivo, que estimula o aprendizado e, principalmente, traz à luz a voz do povo.

O espaço de trabalho com o movimento possibilita, mesmo nos momentos de tensão, que as pessoas se posicionem.

Nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, por exemplo, há um ponto em comum, que é a compreensão da participação no movimento como estímulo a todos para dizerem seus pensamentos e propostas, o que é muito rico, em termos de troca de saberes. O técnico Ricardo Gaboni diz: *“Daí eu odiava falar em assembleia, nossa! Me botavam na frente daquelas trezentas, quinhentas pessoas, nem lembro quantas eram. Morria de vergonha”*. (Depoimento de Ricardo Gaboni, 2015).

Também se observa essa preocupação com o ato de falar, no relato de Zequinha:

Eu cresci, no movimento; aprendi a falar, no movimento. Por exemplo, antes eu não falava muito, e hoje vai ser difícil você escrever tudo o que eu vou falar. É muita coisa, isso é também uma faculdade que a gente aprendeu, isso é uma escola. Hoje, a gente conversa com secretário, a gente conversa, sei lá, com Ministro das Cidades, a gente conversa com qualquer pessoa, em pé de igualdade. Se eles têm as propostas deles, nós também temos as nossas. E isso a gente aprendeu no movimento, isso é muito bom, isso dá ânimo para a gente ficar cada vez mais no movimento (Depoimento de José de Jesus, 2015).

No relato do representante Zequinha, nota-se que o ato de participar dessas experiências e colocar suas ideias nos diferentes espaços é uma conquista de falar com “igualdade”. Da mesma forma, enfatiza a representante Graça.

Daí fui para reunião da Caixa, fui aprendendo. Eu era muito tímida, não conseguia nem falar, né, com as pessoas. Aí fui me desinibindo, fui falando e estamos aqui, no Patrimonial (Depoimento de Maria das Graças).

Essa preocupação do falar vem das influências recebidas na vida cotidiana, afinal, é mais estimulado, em nossa sociedade, o “direito a permanecer calado” do que o de se expressar. Na maioria das nossas escolas, por exemplo, é considerado um bom aluno aquele que não questiona, e aceita tudo o que lhe é transmitido como verdade.

Os padrões colocados para o “falar”, considerados dentro de uma lógica capitalista, oculta e desvaloriza outros saberes, aqueles que a experiência de vida possibilita; o saber de quem vivencia a realidade dos trabalhadores.

Em contraponto a essa forma de opressão, os movimentos de moradia fortalecem os trabalhadores, pela possibilidade de se expressarem e acessarem informações que, muitas vezes, não chegam para a população, seja pelas famílias que buscam os movimentos, ou da própria equipe técnica que os acompanham.

3.4 “Os chamados técnicos sociais”⁴¹: nosso chamado é para a luta

Para um trabalhador social, é um desafio trabalhar com pessoas, vivendo na globalização, já que todos nós, sofremos influências de processos histórico-culturais e de discursos ideológicos burgueses. Influências que acontecem nas escolas, na mídia, nas relações de trabalho, etc.

Nesse contexto, estão os trabalhadores sociais da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e também as famílias que participam das atividades planejadas por esses técnicos.

Em espaços de atuação com os movimentos pode-se observar com frequência, que as lideranças ao se referirem a presença da equipe da Ambiente Arquitetura em suas atividades, diferenciam: “a assessoria técnica” e os técnicos sociais. A impressão que fica é de que apenas os profissionais de arquitetura compõem a assessoria técnica e os técnicos sociais não são considerados enquanto assessoria técnica, mas, de um trabalho à parte que deve existir, já que as lideranças reforçam a presença dos técnicos sociais.

⁴¹ Termo que foi utilizado pela *Cartilha dos Mutirantes* da CDHU.

Nesse sentido, os técnicos sociais da Ambiente Arquitetura realizam atividades que procuram desconstruir a ideia de divisão das equipes técnicas (física e social) onde uma deve ser mais valorizada que outra. Defende-se que são saberes e olhares diferentes, complementares e com a mesma importância.

A equipe social realiza também atividades que resgatem a presença das assessorias nas lutas com os movimentos de moradia, ao mesmo tempo em que buscam refletir coletivamente com as famílias acerca do que representa a assessoria técnica e a equipe técnica para o movimento.

Dentro da assessoria, há algumas dificuldades, devido à quantidade de trabalho nos processos de obra e considerando que a equipe de estudantes e arquitetos que acompanha a obra tem que estar no canteiro, e nem sempre é possível para os técnicos realizar um planejamento coletivo.

Também há uma equipe de arquitetos que atua mais internamente, no escritório, realizando os projetos e, com esses, a equipe social tem bastante acesso e contato, o que já contribuiu e contribui para o envolvimento desses nas atividades da equipe social e vice-versa.

Quando há reuniões coletivas, é uma experiência enriquecedora, pois permite observar que boa parte da equipe compreenda o processo de forma mais politizada, porém, quando o assunto é trabalho social, sempre há divisão de opiniões e todos querem decidir como tem que ser realizado. É um ponto positivo, no sentido de que há uma possibilidade, aí colocada, para que os técnicos sociais indiquem seu posicionamento e olhar acerca de qual é o papel do técnico social no processo de autogestão.

O papel do trabalhador social na UMM-SP deve envolver as experiências dos movimentos que a compõe e, a partir disso, empreender ações que incentivem a autonomia; contribuam com uma cultura que combata o individualismo; para a construção de identidade de luta; resgatem a história do movimento, das lutas de classe dos trabalhadores.

Há dificuldades a serem consideradas e trabalhadas, como a autonomia do grupo; dificuldades relacionadas a possíveis mudanças; articulação entre os membros; dificuldade do grupo ao lidar com a inclusão de novos membros; aprendizagens; comunicação; conflitos entre os membros do grupo (disputa de

poder); e, em especial, os limites colocados para a realização do trabalho. São fatores que exigem de qualquer profissional que atue com famílias, na perspectiva de garantia do direito, o conhecimento necessário para trabalhar com essas situações.

Por meio desse conhecimento e de ferramentas estratégicas utilizadas pelos técnicos sociais, é possível fortalecer os vínculos entre as famílias e o envolvimento em questões mais coletivas na defesa dos direitos sociais.

O trabalhador social deve realizar atividades elucidativas que possibilitem às famílias romper com ideias de uma cultura que nada tem a ver com a delas; para que essas famílias possam continuar na luta por uma política de habitação com um programa que não distancie ainda mais as famílias dos acessos aos serviços básicos e que favoreça o mercado. As famílias precisam saber que fazem parte de um programa que não rompe com a lógica de mercado e qual é essa lógica e ao mesmo tempo, quais são as possibilidades e mecanismos para não reproduzi-la.

A equipe social estimula, por meio de atividades, uma reflexão crítica das famílias sobre o espaço que elas estão e sobre o segmento que elas compõem, que é o dos trabalhadores.

Durante o trabalho social realizado com as famílias das associações que compõem a UMM-SP, os técnicos buscam, antes de tudo, estudar e refletir acerca das experiências e situações que são apresentadas no cotidiano. Também pensar a prática, pois “pensar a prática de hoje não é apenas um caminho eficiente para melhorar a prática de amanhã, mas também a forma eficaz de aprender a pensar certo” (FREIRE; BETO, 1976, p.9).

Foi destacado o fato de que a equipe da Ambiente Arquitetura trabalha de forma integrada com os movimentos, porém, cada um com sua especificidade e seu olhar acerca daquele trabalho. Nem sempre é fácil manter-se atento às práticas e refletir acerca do papel desse trabalho conjunto, mas foi possível observar, nas trajetórias, como, apesar das dificuldades, os profissionais da Ambiente Arquitetura consegue incidir no pensamento coletivo dos grupos e em si próprios. Porém, e no sentido de contribuir para essa reflexão, cabe mencionar no presente trabalho, ainda que brevemente, a contribuição da atuação dos profissionais de Serviço Social e como realizar um trabalho orientado por um projeto ético político, possibilita um diferencial na atuação em movimentos de moradia. Justifica-se essa consideração

também pelo fato de que no depoimento dos sujeitos da pesquisa observa-se indicações de que há um diferencial de trabalho, que é mais politizado na atuação dessa categoria de profissionais.

As técnicas sociais que compõem a equipe da Ambiente Arquitetura têm formação em Serviço Social e são comprometidas com ações voltadas ao Projeto Ético-Político da profissão.

Então, o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideopolítica dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra hegemonia no cenário de vida social (IAMAMOTO, 2003, p. 69).

É possível, por exemplo, observar esse diferencial no depoimento de Nataly Ferreira, que acompanhou o trabalho social do ponto de vista do movimento, na construção de moradia, e participa, atualmente, das atividades desenvolvidas pela equipe social, já que essa integração dos técnicos faz parte da organização da assessoria. Questionada se observa mudanças na trajetória do trabalho social da Ambiente Arquitetura e dos programas habitacionais, salienta como diferencial que há mais recurso, no programa atual, porém ressalta:

Essa diferença também está presente na capacidade de propor do técnico, pois quando o técnico não se encontra preparado para o processo, como a autogestão e mutirão, o projeto desenvolvido não terá resultado, percebo isso pelo trabalho desenvolvido no mutirão City Jaraguá. [...] Hoje, os técnicos que trabalham da Ambiente têm um outro posicionamento, eles têm uma preocupação além da obra, têm por objetivo a formação do pensamento político e coletivo, e isso fica claro nas reuniões e trabalhos desenvolvidos; as pautas desenvolvidas pelo trabalho social abordam o contexto histórico dos movimentos sociais, do país, de modo a situar qual a importância dos movimentos e de que esses não têm o papel somente de luta pela moradia e sim a busca pelo direito básico que a cidade tem a oferecer (Depoimento de Nataly Ferreira, 2015).

Também a arquiteta Isabel Cabral sobre o MCMV-E, salienta que, com todas as implicações que o programa apresenta aos movimentos e técnicos, o trabalho das assistentes sociais que compõem a equipe tem um viés mais político com as famílias.

Mas, eu diria isso em termos de recurso e de desenho do programa, porque, de verdade, a gente, em todos eles, acabou fazendo esse trabalho de uma forma mais consistente, e, aí sim, nesse meio tempo, que começou a trabalhar a assistente social. Foi uma opção também que a gente teve, uma condição importante que a gente teve, essa oportunidade de ter, considerando o técnico social, mas de formação de assistente social, com

um viés mais político, vamos dizer assim, que vem de uma trajetória também com movimento social, isso para nós é importante, porque nós tivemos nesse caso do Minha Casa Minha Vida um trabalho muito mais rico, mais aprofundado, menos pontual, mais intenso e constante (Depoimento de Isabel Cabral, 2015).

Ao contrário do trabalho do arquiteto, que ganha materialização quando um prédio, por exemplo, é construído, o trabalho social pode não ser percebido tão facilmente.

Os resultados são percebidos no processo, quando os grupos com os quais os técnicos trabalham e, principalmente, pelas influências positivas dos movimentos, apresentam elementos em seu comportamento e em suas falas que demonstram as mudanças de um pensamento individual para um coletivo; quando suas ações demonstram preocupação com o outro; quando estão nos espaços de participação do movimento; quando acessa a moradia e as famílias estão lá, nos espaços de participação.

Na minha opinião, a técnica social na moradia está para desenvolver a consciência coletiva, aumentar a integração entre as famílias e desenvolver o sentimento de cooperação e a ideia de que juntos somos mais fortes e podemos muito mais (Depoimento de Erika Oliveira, 2015).

É importante destacar que há famílias que compõem as comissões dos projetos que participam voluntariamente das atividades do movimento e do trabalho social, por compreender a importância de estarem nesses espaços e também por ter disponibilidade, pois nem todos que não participam é pela ausência de compreensão, muitas vezes é pela dinâmica de trabalho.

Em julho de 2015, após uma atividade da equipe social, uma das mulheres com as quais a equipe vem realizando o trabalho social, solicitou que a equipe disponibilize os mesmos cursos para seus filhos, pois considera muito importante que conheçam também a história e trajetória dos movimentos no Brasil. São algumas demonstrações do resultado positivo do trabalho social.

Durante a atuação, busca-se trabalhar com o tema da cidadania, pois as famílias se identificam e, ao mesmo tempo, aumenta a segurança; desperta para a luta coletiva; e faz com que os envolvidos se sintam capazes de produzir transformações.

Fotos 74 a 77 – Atividades do trabalho social com as famílias da UMM-SP (2015).



Fonte: Acervo da assessoria técnica Ambiente Arquitetura

Esse trabalho não seria possível se não houvesse a integração de saberes dos envolvidos; o olhar dos profissionais de Serviço Social que tem sua atuação embasada no projeto ético político de sua categoria e, portanto, atuam com vistas a desvelar e desmistificar a realidade que produz e reproduz desigualdades. Objetiva a autonomia, à emancipação e a participação dos sujeitos sociais.

O trabalho social não seria possível sem os profissionais de arquitetura que compõem a assessoria técnica que buscam atuar para além da produção alienada de casas; romper com a ideia de projetos padronizados para todas as famílias, sem considerar a diversidade e a identidade cultural dos grupos. Mas, principalmente, esse trabalho não seria possível sem os protagonistas, que são as famílias e lideranças da UMM-SP.

Não seria viabilizado, esse trabalho, sem que o movimento possibilitasse espaço para os técnicos, por isso, trabalhar no cotidiano, com os movimentos de moradia, é um campo aberto de possibilidades.

O cotidiano é um espaço rico para que os profissionais possam coletar experiências e cabe ao assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação

da democracia e dos direitos de cidadania” (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2012, p. 24)

Também é fundamental que se capacitem para atuar no contexto de contradições econômico-sociais, tornando-se capazes de efetivar medidas eficientes para seu enfrentamento, tendo “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL, 2012, p. 24).

Trabalham com a ideia de romper com as ações tradicionais e conservadoras, buscando novas possibilidades no sentido de compreender e pensar no papel na sociedade assim como trazer à luz a importância de reconhecer os limites e as possibilidades presentes na ação cotidiana, conquistando novos caminhos para a atuação profissional.

Sabe-se que isso é um desafio, tendo em vista os limites impostos pelo trabalho institucionalizado e submetido aos interesses de mercado.

Por fim, compreendem que, apesar de termos as nossas raízes impregnadas de ideologias burguesas, que tendem a nos convocar à alienação e ao individualismo, as questões desenvolvidas neste trabalho, e relatadas nos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, colocam-se contra a cultura hegemônica burguesa.

É valorizada a construção coletiva das decisões e o aprendizado mútuo entre os envolvidos, em contraposição à cultura da competição, em que, para um ganhar, o outro tem que perder. Nesse caso, há um reconhecimento do trabalho social, da identidade dos grupos, da busca por conhecimento e de que a união dos envolvidos é importante para a conquista dos direitos e dos interesses comuns. O profissional não é chamado a adaptar, mas a mudar.

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferente na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para adaptar, mas para mudar (FREIRE, 1996, p. 30).

Os trabalhadores sociais são, também, construtores dos conhecimentos em que acreditam e abraçam a ideia de que é possível construir práticas e saberes, a partir das ações vivenciadas no cotidiano.

São chamados a convocar vontades. São chamados a romper com a forma conservadora e assistencialista de atuação; a atuar na perspectiva da garantia de direitos. São chamados à luta e mudança social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas o povo cria, mas o povo engenha mas o povo cavila. O povo é o inventalínguas na malícia da maestria no matreiro da maravilha no visgo do improvisado tentando a travessia azeitava o eixo do sol. (HAROLDO CAMPOS, in COSTA, 2012, p. 1).

O presente estudo apresentou a trajetória de lutas nas cidades brasileiras: pela terra, pela reforma urbana, pelos direitos e, dentre esses, o direito à cidade, a moradia digna, o direito ao controle social nas políticas públicas, em especial nos programas habitacionais e pela Política Urbana, com vistas à construção de cidades igualitárias.

São constantes as tentativas daqueles que defendem os interesses de mercado, de desmobilizar e controlar os trabalhadores por meio de mecanismos e ideologias que são empregadas conforme os interesses do capital. A cultura burguesa é colocada aos trabalhadores para que não se organizem e nessa lógica é valorizada a cultura individualista.

Diante das demandas por habitação, surgem programas habitacionais governamentais que se orientam fundamentalmente pela lógica do mercado e não de acordo com as reais necessidades da população trabalhadora, alijada do processo de decisão e de participação popular, reforçando a realidade de exclusão social.

Ainda que se registrem avanços nas políticas urbanas, em especial nas regulamentações conquistadas pós Constituição de 1988, observa-se as propostas não atendem às expectativas da população. O marco legal e institucional pouco impactou a lógica capitalista e neoliberal das cidades.

Essas contradições entre os interesses do capital e as exigências dos movimentos sociais de participação na definição de projetos que garantam a construção de cidades mais igualitárias com moradias dignas, próximas de equipamentos sociais como creches, escolas, equipamentos de saúde, espaços de lazer, infraestrutura de saneamento básico, iluminação, transportes, etc., estiveram e estão presentes em todos os momentos da luta histórica por moradia.

São dois projetos em permanente disputa: a) o defendido pela classe trabalhadora e pelos movimentos de moradia que tem como perspectiva a Reforma Urbana que pensa a cidade como um todo, visando à qualidade de vida da classe trabalhadora e, b) programas habitacionais que visam movimentar a economia de acordo com os interesses de mercado imobiliário e da construção civil (habitação em massa para reduzir o déficit habitacional, excluindo a participação da população).

Na luta por cidades mais igualitárias sobressai um dos mais antigos movimentos de moradia na história brasileira: a UMM-SP. O movimento destaca-se por participar da luta pela Reforma Urbana; pelo direito a cidade; por moradia digna e pelo direito a assessoria técnica. Além disso, atua com vistas a contribuir para a construção da Política Nacional de Habitação; atuar em programas habitacionais com recursos das três esferas de governo, que atua na construção de moradia por meio de mutirão e autogestão da produção habitacional e dos recursos públicos.

Na cidade de São Paulo, e no processo de construção de moradia, a UMM-SP incentivou a participação popular e, ao contrário do que fazem as empresas, não apenas torna esse processo democrático, como também sensibiliza as famílias para o coletivo e para a luta rumo às mudanças sociais.

A UMM-SP tem diversas agendas de luta, pois enquanto constroem moradias, articula políticas públicas, participa da elaboração de Planos Diretores e programas habitacionais, atuam nas lutas da juventude, idosos, mulheres, debates temáticos, realizam cursos, seminários, formação política, atos, manifestações nas ruas, realizam reuniões com o poder público e agente financeiro, enfim, realizou conquistas que sem esses atores não seria possível.

As assessorias técnicas, por serem parceiras dos movimentos de moradia são também criminalizadas e chamadas a tornarem-se empresas pelos programas habitacionais e sua lógica de mercado.

É um desafio realizar um trabalho com os movimentos sociais na atuação junto à programas habitacionais os quais apresentam mecanismos que não contemplam a organização das famílias e tampouco há previsão de trabalhos coletivos.

Dentre as assessorias técnicas que atuam com a UMM-SP, está a Ambiente Arquitetura, cuja trajetória vem se mantendo muito ligada à parceria com o movimento.

Esta parceria possibilita a participação de profissionais em todos os momentos do processo: elaboração de propostas para política habitacional, discussão dos projetos social e urbanístico, participação nas manifestações, nos atos políticos, nas articulações com o poder público e agente financeiro, nos encontros nacionais, estaduais e regionais da UMM-SP, nas ocupações, enfim, na parceria com o movimento. Na trajetória desses dois atores, houve ampla organização para construir moradias e histórias em processos autogestionários.

No PMCMV-E há movimentos que realizam trabalho por meio da contratação de construtora sem grande envolvimento das famílias. Em contraponto, a UMM-SP e Ambiente Arquitetura, apesar das dificuldades conseguiram com um trabalho integrado (técnicos sociais, jurídicos e urbanísticos, movimento etc.) realizar o trabalho social com as famílias de forma coletiva.

O trabalho social dessa parceria, conforme apresentado no presente estudo, contribui para a formação política, a continuidade da atuação das lideranças no movimento ou fora dele, em lutas que vão além da construção de moradias, com processos de trabalhos que se diferenciam da atuação das construtoras que visam ao lucro financeiro enquanto as famílias objetivam a qualidade de vida.

No contexto dos programas habitacionais, não apenas o trabalho social, mas os próprios técnicos sociais são desvalorizados pela lógica de mercado, que cria mecanismos para classificar a categoria de profissionais como aqueles que resolvem os problemas em obras e/ou faz a descrição de atividades. Apenas a produção de casas é valorizada e nada mais.

O trabalho social nas políticas brasileiras de habitação esteve relacionado à ideia de adaptar as pessoas e fazê-las aceitar as intervenções que o governo oferecia, entre elas as remoções. Desde o BNH, havia esse trabalho mais voltado ao processo de seleção das famílias, predominantemente realizados por assistentes sociais.

Os profissionais de diversas categorias, entre eles os de formação em Serviço Social, não estavam de acordo com a forma como os programas vinham sendo colocados e alinharam-se à luta pela reforma urbana e por tudo o que isso implica.

Apesar de previsto o trabalho social pelos órgãos públicos não ocorria em programas relacionados aos movimentos de moradia, portanto, também há longa trajetória de luta para que, dentro dos programas, haja recursos previstos para a

contratação de técnicos sociais diretamente pelos movimentos, ou pela assessoria técnica.

Observa-se a previsão de recursos para esse trabalho no programa Crédito Solidário e no programa MCMV-E, após pressão dos movimentos populares, em especial da UMM-SP.

Nota-se no decorrer dessa pesquisa que as assessorias técnicas que atuam com a UMM-SP, entre elas a Ambiente Arquitetura, tentaram manter na composição da equipe pelo menos um técnico social, compreendendo a presença do técnico social como importante ao processo de organização dos grupos, mas também na contribuição com ações comprometidas com a transformação da sociedade.

Não é tarefa fácil para o técnico social criar mecanismos de participação popular e cidadã já que é necessário desconstruir uma cultura autoritária, individualista e centralizadora, estabelecida historicamente na formação da sociedade brasileira. Não é algo imediato, mas um longo processo no qual se compreende que o trabalho social é uma parte dele.

A hipótese do presente estudo foi de que o trabalho realizado pela assessoria técnica Ambiente Arquitetura em parceria com a UMM-SP destaca-se qualitativamente por ser comprometido politicamente com as lutas sociais.

O presente estudo aponta para uma relação de parceria entre técnicos e UMM-SP, mas, também, uma relação humanizada. Isso demonstra que a atuação não é mecanizada e os vínculos criados se mantêm mesmo após a finalização do trabalho. Não é uma relação que transforma tudo em mercadoria, como as de mercado onde “a coisificação das relações humanas transforma escolhas, capacidades, sentimentos, afetos e valores em objetos de desejo de posse” (BARROCO, 2010, p. 157).

Identifica-se no estudo que há tensões que permeiam a relação entre assessoria técnica e os movimentos, porém, observa-se que o processo de decidir coletivamente envolve a existência de conflitos, dessa forma, fazem parte dos processos democráticos, além disso, é positivo haver espaços para que esses momentos ocorram, caso contrário, o trabalho se igualaria à lógica burguesa que rege o individualismo.

O que não pode ser permitido é que a disputa pelo poder interfira na relação horizontal que é defendida pelos profissionais da assessoria e pelo movimento. Não pode ocorrer uma relação de mercado: contratante e contratado.

Ainda que com tensões, observa-se que nas interações durante o trabalho em autogestão tanto os técnicos quanto as famílias do movimento são estimulados a se expressar, indo contra a lógica do silêncio, da opressão e desvalorização de saberes.

O trabalho social é um trabalho com direção política que busca a formação de cidadãos autônomos, críticos, que luta por direitos sociais e por uma qualidade de vida para todos. Entretanto a formação de valores coletivos está na contramão dos valores neoliberais que perpassam toda a vida em nossa sociedade capitalista e que são veiculados cotidianamente através dos grandes meios de comunicação de massa: a submissão às ordens, obediência às hierarquias do sistema, individualismo e competição. Reforçam a perpetuação das desigualdades sociais e mascaram os verdadeiros interesses da classe trabalhadora, em benefício dos privilégios de uma minoria dominante.

Todos os atores estão presentes no contexto do sistema capitalista composto por classes sociais antagônicas onde valores subliminares capitalistas perpassam todas as ações da sociedade e trabalhar com valores de solidariedade, de reconhecimento da diversidade, de criticidade, de união de esforços, de objetivos e de lutas coletivas é um processo que se desenvolve no cotidiano das pessoas, com toda a riqueza e as contradições que o dinamismo da vida em sociedade apresenta.

Nesse sentido, a presença de técnicos com formação em Serviço Social agrega questões importantes ao processo, visto que esta profissão possibilita intervir na realidade a partir de um olhar crítico. Além disso, no decorrer dos estudos, identifica-se que é uma particularidade no trabalho social da Ambiente Arquitetura a presença de assistentes sociais na composição da equipe, fato mencionado pelos sujeitos da pesquisa como um trabalho que tem viés mais politizado.

O trabalho do técnico social da Ambiente Arquitetura com a UMM-SP é uma alternativa que contribui para a organização politizada dos trabalhadores que participam no movimento, para a participação cidadã e efetiva. Essa possibilidade

de atuação integrada é uma oportunidade para o técnico social da Ambiente Arquitetura de concretizar seu compromisso social.

A própria trajetória dos profissionais que atuam na Ambiente Arquitetura revela a identidade política com os movimentos, da mesma forma as lideranças dos movimentos que após acessarem a moradia, continuaram participando de lutas por direito, seja no próprio movimento, seja em outros espaços, reforçam essa identidade.

A Ambiente Arquitetura não se caracteriza como “assistência técnica” e os profissionais da assessoria, identificam-se com a ideia de Caio Santo Amore, apresentada durante a oficina⁴² de Assistência Técnica em HIS realizada em novembro de 2015.

O termo “Assistência Técnica” gera uma polêmica aqui em São Paulo, pelo modo que o serviço se constituiu a partir do programa de mutirão com autogestão. O famoso tripé que tem o poder público, movimento popular e assessoria técnica, se constitui de três entes autônomos. Assistência técnica gera esse incômodo porque é como quem diz assim: “Nós estamos indo lá para consertar geladeira, máquina de lavar [...]”. Esse termo veio da Lei federal 11.888/2008 e consta no Estatuto das Cidades (AMORE, 2015).

O diferencial do trabalho da assessoria está na identidade política com o movimento, na presença e integração de saberes. Os técnicos não apenas defendem a classe trabalhadora, como fazem parte dela. Na realização de um trabalho coletivo, o diferencial está na atuação em espaços de objetivo comum e com um trabalho que possibilita a satisfação pessoal e a profissional.

O presente estudo resgata a trajetória de luta dos movimentos sociais, das lideranças, acadêmicos e profissionais, além disso, contribui à reflexões acerca dos movimentos de moradia, em especial da UMM-SP, e a compreensão do papel desses atores sociais na trajetória da política urbana.

O espaço de assessoria técnica é um campo onde é possível a inserção de diversos profissionais alinhados com os objetivos dos movimentos para trabalhar com as demandas da questão urbana nesse sentido, é também para o Serviço Social um espaço de possibilidades para o exercício profissional.

⁴² Vídeo: Oficinas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. Arquiteto e Urbanista Caio Santo Amore. Disponível em: <<https://www.facebook.com/asstechis/videos/1676252982650918/?pnref=story>>. Acesso em 20fev.2015.

Espera-se que essas reflexões contribuam para estimular o interesse de profissionais para atuação com vistas ao fortalecimento dos movimentos de moradia. O estudo indica que o espaço acadêmico estimula a participação de profissionais comprometidos com as lutas sociais, a atuar em prol da população.

Aponta para uma possibilidade de atuação integrada e trabalho coletivo no enfrentamento dos problemas habitacionais, urbanos e sociais, com participação social e estímulo à cidadania, com a contribuição do técnico social. Dessa forma, os estudos são relevantes para colaborar com as reflexões acadêmicas relacionados à temática.

Considerando que experiências como as investigadas no presente estudo, representam uma pequena parcela da produção de HIS no Brasil, o desafio para os movimentos e profissionais comprometidos com enfrentamento dos problemas urbanos, é ampliação de experiências coletivas de trabalho nessa área, que contribuam para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, em contraposição ao modelo hegemônico.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Arnaldo. **Inclassificáveis**. CD: O silêncio, faixa 6, 1997.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

BACALOV, Enríquez; BUARQUE, Chico. **Todos juntos**. In: Álbum de estúdio de Chico Buarque. CD: Os Saltimbancos, faixa 10, 2001.

BARBOSA, Benedito Roberto dos Santos. **Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo**: trajetória, lutas e influências nas políticas habitacionais. Tese (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC, 2014.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/1993, de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008. **Revista Projetar**. CUT Brasil. Edição especial. s.d.

_____. Ministério das Cidades. Decreto n. 7.499, de 16 de junho de 2011. Regulamenta dispositivos da Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7499.htm>. Acesso em: 3 dez. 2014.

_____. Ministério das Cidades. Portaria n. 21, de 21 de janeiro de 2014. Alterações no trabalho social dos programas habitacionais. Brasília, 2014.

_____. Ministério das Cidades. Resolução n. 93, de 28 de abril de 2004. Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (CCFDS). Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101058>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

_____. Ministério das Cidades. Resolução 200, de 5 de agosto de 2014. Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_25819834_RESOLUCAO_N_200_DE_5_DE_AGOSTO_DE_2014.aspx>. Acesso em: 3 dez. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

Acesso em: 5 dez. 2014.

_____. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei n. 2.291, de 21 de novembro de 1986. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2291.htm>. Acesso em: 3 dez. 2014.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e autogestão** - construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase, 1992.

_____. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. v. 01 - Cem anos de política pública no Brasil, 2012. São Paulo: Unesp.

CARRION, Otilia B. K. **Nova política habitacional: uma velha questão**. 1990. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/393/625>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CARVALHO, Lizete. Trabalho técnico social x meio ambiente nos programas habitacionais públicos brasileiros. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, n. 4, 2011.

CARPANELLI, Fernanda; SANTOS, Cleonice Dias; PAZ, Rosangela Dias. **Movimentos de moradia na cidade de São Paulo no contexto das lutas sociais**. XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Natal (RN), 2014.

CARDOSO, Adauto Lúcio Cardoso; ARAGÃO, Themis Amorim. Do fim do BNH ao programa minha casa minha vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). **O programa minha casa minha vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CAVALCANTI, Gustavo Carneiro Vidgal. **Uma concessão ao passado**: trajetória da união dos movimentos de moradia de São Paulo. Tese (Mestrado)- Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CDHU. **Cartilha do mutirante**: respostas e esclarecimentos da CDHU às famílias que vão participar do programa Pró-Lar Mutirão Associativo. 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: o mito fundador e a sociedade autoritária. 2001. Disponível em:

<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/brasil_mitofundador_e_sociedade_autoritaria_marilena_chauai.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

COSTA, ANA CAROLINA LOPES. **Da feira nordestina a galáxia de Haroldo Campos**: Uma Leitura de Circulador de Fulô. 2012. Disponível em:

<http://www.gepec.unir.br/anais/htdocs/pdf/Ana_Carolina_Lopes_Costa.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2016.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Política habitacional e trabalho social**: Um olhar crítico sobre o projeto de trabalho técnico social. Artigo. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. São Luís: UFMA, 2009. v. 1. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/politica-habitacional-e-trabalho-social-um-olhar-critico-sobre-o-projeto-de-trabalho-tecnico-so.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2015.

FERNANDES, Cássia do Carmo Pires. **A política nacional de habitação de interesse social**: estudos de avaliação de resultados. Tese (Dissertação) - Universidade Federal de Viçosa (MG), 2009.

FERNANDES, Duval; RIBEIRO, Vera. A questão habitacional no Brasil: da criação do BNH ao programa Minha Casa Minha Vida. Rio de Janeiro. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais do Congresso**, 2011.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil**: do acesso à moradia ao direito à cidade. Texto. 2º FÓRUM DE SOCIOLOGIA. Justiça Social e Democratização, realizado em Buenos Aires, de 1º a 4 de agosto de 2012, junto ao Comitê de Pesquisa sobre Habitação e Meio Ambiente Construído da International Sociological Association” (ISA). Disponível em:

<http://www.observatoriodasmetroles.net/download/artigo_reginaferreira_isa.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.

FERRO, Sergio. **Arquitetura e trabalho livre**. Pedro Fiori Arantes (Org.) São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a praticas educativas. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Trajatória histórica do serviço social e políticas urbanas** - retorno às práticas de apoio à remoção de moradores de favelas? Artigo. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis (SC), 2015. Disponível em:
<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427799038_ARQUIVO_SimpósioNacionaldeHistoria2015.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2015.

GOMES, Fabio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Revista Sociologia Política**, v.17, n.32, Curitiba (PR) 2009.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas sociais. Traduzido do original em inglês "The right to the city", por Jair Pinheiro, professor da FFC/Unesp/ Marília. Artigo, 2012. Disponível em:
<<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 9 fev.2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente, disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Tradução de Claudio Carina; revisão técnica de Luísa

Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social em tempo de capital fetiche**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades, entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LAGO, Luciana. **Minha casa minha vida: experiências de autogestão coletiva**. Entrevista ao Observatorio das Metrópoles. 2009. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1713%3Aminha-casa-minha-vida-experiencias-de-autogestao-coletiva&catid=45%3Amaterias&Itemid=114&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2015.

JUNIOR, Luiz Gonzaga do Nascimento. **É**. In Gonzaguinha. CD: Corações Marginais, faixa 4, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza **A sociabilidade do homem simples**. 3. ed., São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O estatuto da cidade comentado**. Celso Santos Carvalho (Org.), Ana Claudia Rossbach. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. **Reforma Urbana é o direito a cidade**. 2014. Entrevista à Rede Brasil Atual. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/padrao-brasil/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-333.html/>>. Acesso em: 4 nov. 2015.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O leitor de Marx**. Org. José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

MINEIRO, Edilson; RODRIGUES, Evaniza. Do crédito solidário ao MCMV entidades – histórico dos programas. 2012. In: LAGO, Luciana Corrêa do. **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012. 256 p. il. 23 cm (Habitação e cidade; 2).

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho social com grupos em serviço social**: a dinâmica de grupo como estratégia para reflexão crítica. 2. ed., Rio de Janeiro: Cortez, 2014.

NAVARRETE, Rubén Darío Lucas. **Autogestão das cooperativas de habitação de interesse social**: os modelos solidários como alternativa de produção de moradias e desenvolvimento social. Tese (Mestrado em Serviço Social) - Curso de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas (RS), 2008.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda**: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades. Campinas, 17 de dezembro de 2013. Relatório Final de Pesquisa. Disponível em: <http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/publicfiles/Clacso_versao_final.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira. **Fundo nacional de moradia popular**: marco histórico de participação da união dos movimentos de moradia de São Paulo. Tese (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1996.

_____; TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trajetória do trabalho social em habitação**.

Curso a Distância: Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Brasília: Ministério das Cidades, set. 2010.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. **Assessorias técnicas: trajetória e destinos entre o mercado e o estado**. 2006. Disponível em:
<file:///C:/Users/user/Downloads/378-780-2-PB%20(3).pdf> Acesso em: 15 maio 2015.

PITARELLO, Marli. **A documentação profissional**: em questão o uso e a produção do registro na prática cotidiana do assistente social. Texto elaborado com finalidade didática, 2000.

ROSA, Elaine. **A autogestão no mutirão**: Novas e velhas questões. Tese (Mestrado), São Paulo, 2012.

RODRIGUES, Evaniza. **Autogestão no programa minha casa minha vida entidades**. 2014. Disponível em:
<file:///C:/Users/user/Downloads/Oficina_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_autogestao.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2015

RODRIGUES, Evaniza; BARBOSA, Benedito Roberto dos Santos. **O estatuto da cidade comentado**. Celso Santos Carvalho (Org.), Ana Claudia Rossbach. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010.

ROYER, Luciana. **Política habitacional no estado de São Paulo**: estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU. 2002. Tese (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em:
<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/royer_mestrado_polithabs_p.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

RONCONI, Reginaldo. **Habitações construídas com gerenciando pelos usuários com a organização da força de trabalho em regimes de mutirão**: o programa Funaps comunitário. Tese (Mestrado)- Departamento de Arquitetura da Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo (USP-SP), 1995.

SANCHES, Débora. **Assessorias técnicas e movimentos de moradia na produção de habitação na área central de São Paulo**. 2013. Disponível em:
<<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1825/1/E3030.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza (1890-1915)**. 2. ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed., São Paulo: Edusp, 2004.

SÃO PAULO, Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano. A política que a prefeitura de São Paulo está praticando. **Revista Projeto e Redação**, 1990.

_____. **Manual de orientação para entidades sociais urbanas**. São Paulo: Secretaria de Bem-Estar Social do Município. 1973.

SAULE, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da Reforma Urbana no Brasil. 2009**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado) - Escola de Engenharia da Universidade de São Carlos/USP, 2010.

TATAGIBA, Luciana F.; TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; BLISKSTAND, Karin; **Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda: um estudo de caso sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades**. 2013. Disponível em < http://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/public-files/Clacso_versao_final.pdf> Acesso em :02. Nov.2015

TORO, Bernardo; WERNECK, Nilsia Maria Duarte Furquim. **Mobilização social. Um modo de construir a democracia e a participação**. Unicef-Brasil, 1996.

VILAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. 1986. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

VIOLA, Paulinho da. **Dança da Solidão**. LP: Dança da Solidão, RCA e Abril Cultural, 1972.

WHITAKER, João. **O processo de urbanização brasileiro e a função social da propriedade urbana**. 2010. Curso a Distância: Ações integradas de urbanização de assentamentos precários. 2. ed. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/media/doc/biblioteca/SNH003.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. Sistematização crítica da produção acadêmica. Capítulos 1.2.3. São Paulo: cidade da intolerância ou o “urbanismo”. **Revista do IEA – Estudos Avançados**, Dossiê São Paulo, v. 25, n. 71, São Paulo, jan. /abr., 2011. ISSN 0103-4014.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM TÉCNICOS DA ASSESSORIA

Perfil do profissional

Nome completo: _____

Idade: _____

Cidade/bairro de residência: _____

Formação acadêmica

Nome do curso: _____

Nome da instituição de ensino: _____

Ano de início do curso: _____ Ano de conclusão do curso: _____

Cursos: () doutorado () mestrado () pós-graduação () extensão

() outros: _____

Atuação profissional

Emprego atual: _____

Área de atuação profissional: _____

Ano de início da atuação nessa instituição: _____

Outras experiências que deseje relatar

Questões

1. Como era o trabalho social da Ambiente Arquitetura nos programas: Cohab, CDHU, Crédito Solidário e MCMV-E? (Indicar se havia ou não técnico social, formação do mesmo e as mudanças na trajetória dos programas.)
2. Em sua opinião, há diferença entre assessoria técnica e escritório convencional? Por quê?
3. O que o motiva a trabalhar em AT com projetos de HIS e em parceria com movimentos de moradia?

4. Durante a atuação com os movimentos de moradia, como era/é a relação do trabalho social com o poder público? Explique.
5. Durante a atuação com os movimentos de moradia, qual a relação do trabalho social com o agente financeiro? Explique.
6. Na sua opinião, há pontos de tensão com as lideranças? Se sim, quais?
7. Na sua opinião, qual a contribuição do técnico social no trabalho junto aos movimentos de moradia?
8. Na sua opinião, como o trabalho social pode contribuir para fortalecer os movimentos de moradia?
9. Na sua opinião, há algum diferencial do trabalho técnico social de assessoria técnica junto aos movimentos sociais? Se sim, Qual?
10. Em sua opinião, qual a concepção da Ambiente sobre TS?

ANEXO B – ENTREVISTA COM AS LIDERANÇAS

Dados da liderança

Nome completo: _____

Idade: _____

Cidade/bairro de residência: _____

Entidade

Nome da entidade filiada à UMM-SP: _____

Ano de início da sua atuação no Movimento: _____

Em casos de moradias com obras concluídas

Ano de início de construção de sua moradia: _____

Ano do término da construção da moradia: _____

Com recurso de qual programa habitacional sua moradia foi construída?

Com recursos municipais SP () CDHU () Crédito Solidário ()

Houve trabalho técnico social?

() SIM. Ano de início do trabalho social: _____

() NÃO. Por quê? _____

Se sim, o(a) técnico(a) contratado(a) era de assessoria técnica? Em caso de não, informe de onde era o(a) técnico(a).

() SIM () NÃO. _____

Em casos de projetos de moradias em andamento

Ano de início de construção de sua moradia: _____

Previsão do término da construção da moradia: ____/____/____

Com recurso de qual programa habitacional sua moradia está sendo ou será concluída?

Com recursos municipais SP () CDHU () Crédito Solidário () PMCMV-E ()

Há trabalho técnico social?

() SIM. Ano de início do trabalho social: _____

() NÃO/ Por quê? _____

Se sim, o(a) técnico(a) contratado(a) era de assessoria técnica? Em caso de não, informe de onde era o(a) técnico(a).

() SIM () NÃO. _____

Questões

1. O que você compreende por autogestão?
2. Em sua opinião, há diferença entre assessoria técnica e escritório convencional?
Por quê?
3. Na sua opinião, qual papel do(a) técnico(a) social junto ao movimento?
4. Na sua opinião, qual a contribuição do técnico social no trabalho junto aos movimentos de moradia?
5. Você identifica tensões entre assessoria técnica e movimentos? Se sim, quais?
6. Em sua opinião, como o trabalho social da Ambiente Arquitetura contribuiu/contribui para fortalecer os movimentos de moradia?